UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES

TURISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO URBANO: ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL

ANDERSON FONTENELE VIEIRA

TERESINA, PIAUÍ
2024

ANDERSON FONTENELE VIEIRA

TURISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO URBANO: ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI), como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Linha de pesquisa: Planejamento, Gestão e Políticas Socioambientais.
Orientadora: Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes
Coorientadora: Profa. Dra. Laura Mary Marques Fernandes
Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo de Sousa Melo

TERESINA, PIAUÍ
2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Sistema de Bibliotecas UFPI - SIBi/UFPI
Biblioteca Setorial do CCN

V657t Vieira, Anderson Fontenele.
Turismo e educação superior no desenvolvimento urbano: estudo no município de Parnaíba, Piauí, Brasil / Anderson Fontenele Vieira. -- 2025.
139 f. : color.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Piauí. Centro de Ciências da Natureza. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Teresina, 2025.
"Orientadora: Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes."

1. Urbanização. 2. Turismo urbano. 3. Educação superior. 4. Plano diretor. I. Lopes, Wilza Gomes Reis. II. Título.

CDD 711.13

Bibliotecária: Caryne Maria da Silva Gomes - CRB3/1461

ANDERSON FONTENELE VIEIRA

TURISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO URBANO: ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Linha de Pesquisa: Planejamento, Gestão e Políticas Socioambientais.
Orientadora: Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes
Coorientadora: Profa. Dra. Laura Mary Marques Fernandes
Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo de Sousa Melo

Aprovada em 16 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes
(Presidente e Orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA KEULY LUZ BEZERRA
Data: 18/12/2024 07:57:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Ana Keuly Luz Bezerra (IFPI)
Examinador Externo à UFPI

Documento assinado digitalmente
VANICE SANTIAGO FRAGOSO SELVA
Data: 16/12/2024 15:11:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva (UFPE)
Examinador Externo à UFPI

Prof. Dr. João Soares da Silva Filho
(Membro Interno à Instituição – UFPI)

Prof. Dr. João Batista Lopes
(Membro Interno ao curso – PRODEMA/UFPI)

TERESINA, PIAUÍ
2024

Dedico esta tese aos que fazem parte da minha história pessoal e profissional, por motivos distintos vocês me influenciaram a acreditar que o doutorado era possível. Dedico também, a cidade de Parnaíba, o meu lugar favorito no mundo, que me acolheu desde criança até a vida adulta e de onde, de vez em quando, me despeço.

AGRADECIMENTOS

Começo este espaço reservado aos agradecimentos da pesquisa de doutorado, de forma mais particular e íntima: “Tenho em mim todos os sonhos do mundo.” Esse verso do poema Tabacaria, de Fernando Pessoa, faz parte da minha construção biopsicossocial a muito tempo, em verdade, desde quando me entendo como leitor autodidata que viu nos livros maneiras de descobrir o mundo.

Quando menino brinquei de ser poeta e escritor, pois as palavras lidas e escritas permitiam expressar sentimentos, já homem, tentei ser pesquisador e confesso que nessa tentativa me encontrei e perdi muitas vezes. Sei que este texto deveria ser sobre agradecer, reconhecer e validar àqueles e àquelas que foram importantes no meu processo de doutoramento. Tentarei fazer isso também, ao meu modo...

A priori gostaria de agradecer a mim, por não ter desistido em todas as vezes que esse parecia ser o único caminho. Nestes cinco anos do meu processo enfrentei uma pandemia mundial, perdas afetivas, desempregos, empregos precarizados, cenário político difícil, adoecimento mental e físico, mudanças profissionais e novas formações acadêmicas, dentre outras questões, que fazem parte da minha individualidade. O que trouxe como consequências uma reprovação, trancamentos, prorrogações, mas também, muitos questionamentos: Ainda faz sentido seguir este caminho? O fim do doutorado trará o que busco profissionalmente? É possível recomeçar de outras formas?

Enfim... Apesar de como tudo aconteceu e de como me sinto em relação a isso, quero falar sobre gratidão. Agradeço aos meus familiares: pai Raimundo, mãe Lucia, irmãos Adriano, Aline e Alexandre *in memoriam*, embora não entendam o significado pessoal e profissional do doutorado, representam a minha base familiar com quem aprendi valores que carrego.

Agradeço a minha filha Izabelly Vitória, por ser um fio de esperança de um futuro melhor e mais bonito! Você me inspira com o seu amor genuíno a seguir e a ser um homem que busca ser mais assertivo. Te amo, minha menina!

Agradeço ao meu noivo Victor, pela cumplicidade, carinho, amor e cuidado de sempre. Em nossa convivência diária compartilhamos nossas vidas, felicidades e tristezas, músicas e fotografias, sonhos individuais e nossos. Obrigado, meu bem, por participar diretamente deste momento contribuindo com o seu olhar, afeto e abraços sem fim!

Agradeço à minha orientadora, professora Wilza, que durante os anos de doutorado se fez presente orientando na construção da tese e em aconselhamentos para a vida. Você me

provocou a refletir quando disse que não iria desistir de mim, e metaforicamente gargalhando ao telefone, afirmou que pularia comigo de mãos dadas ao precipício... Agora estamos finalizando essa etapa.

Agradeço aos meus coorientadores, professora Laura e professor Rodrigo. Ambos chegaram no meio do processo, mas foram muito necessários com os seus olhares individuais para conseguirmos desenvolver a tese da melhor forma possível no tempo que tínhamos.

Agradeço às professoras: Ana Keuly e Vanice, e aos professores João Batista e João Filho, por aceitarem ao convite de compor a banca de avaliação na qualificação e defesa. As contribuições de vocês foram e serão consideradas com muito respeito para a entrega da versão final.

Agradeço aos meus alunos e minhas alunas, das muitas Instituições que passei nestes 14 anos de docência, por balizarem a construção da identidade docente pautada na perspectiva de Paulo Freire da ação/reflexão e do afeto. Apesar dos dissabores e contradições que enfrentamos como professores, acredito que a educação é instrumento libertador e transformador para uma sociedade mais justa.

Agradeço a minha psicóloga, Ana Paula, por quem fui acompanhado desde 2019, não apenas por conta de o doutorado ter se tornado uma demanda, mas por todas aquelas questões que mencionei anteriormente geradoras de episódios de ansiedade e depressão. A terapia me resgatou por diversas vezes!

Encerro os agradecimentos, deixando o convite para a reflexão das pessoas que lerem com carinho essas palavras hoje, momento presente, ou na posteridade dos tempos que virão. Nunca deixem de esperançar sobre a vida que desejam para si e nem sobre a capacidade enorme que vocês têm de tornar possível os sonhos que parecem distantes, pois, apesar dos percalços, curvas no caminho e portas fechadas, nós temos uma habilidade de ressignificar quem somos, o que desejamos e sonhamos. Como dizia Belchior: “Sim, já é outra viagem e o meu coração selvagem tem pressa de viver,” mas sabe esperar no consolo de que a vida é sobre nós mesmos, nossas histórias, tempos, recomeços... e não sobre o que esperam de nós.

“A cidade capitalista é certamente o exemplo mais eloquente do poder de um certo tipo de desejo, conhecimento e prática objetivados.” David Harvey

RESUMO

A população brasileira já ultrapassou os 200 milhões de habitantes e 87% deste quantitativo vivem em cidades, que são socialmente construídas e transformadas para atender aos interesses de moradores, gestores públicos e agentes do mercado. Observa-se crescimento relativo maior nas cidades médias quando comparadas às grandes e capitais. Essa tendência faz parte do conceito de fragmentação socioespacial, reforçando o papel estruturador delas na produção e consumo dos serviços públicos e privados em seus territórios e entorno. Atividades socioeconômicas como o Turismo e a Educação Superior podem contribuir para o desenvolvimento urbano, mas também podem causar impactos negativos, necessitando de estudos direcionados ao planejamento e gestão. Parnaíba, o segundo maior município do estado do Piauí em número populacional, localizado na Planície Litorânea, a 339 km da capital Teresina, dispõe de atrativos turísticos que poderiam ser melhor organizados e tem apresentado crescimento urbano, a partir do surgimento de novas Instituições de Ensino Superior (IES). Nesta tese, o objetivo geral foi analisar como as conexões entre Turismo, Educação Superior e Espaço Urbano estão relacionadas com o crescimento e desenvolvimento socioespacial da cidade de Parnaíba, no período entre os anos de 2007 e 2024. A pesquisa é de abordagem qualitativa e natureza aplicada, classificada como exploratória e descritiva, por meio de levantamentos bibliográfico e documental abordando aspectos de crescimento e desenvolvimento urbano, gestão do turismo em cidades, políticas públicas setoriais e expansão universitária. Também foram realizadas pesquisas de campo para identificação e caracterização da oferta turística local. Ao analisar os planos diretores municipais de 2007 e 2016, constatou-se aumento nas propostas de turismo entre os documentos e que só no segundo é introduzido o tema da Educação Superior. O fato desses instrumentos serem propostos por governos de diferentes perspectivas políticas-ideológicas pode justificar a ausência, inclusão e descontinuidade de ações. Identificou-se ainda, a existência de uma estrutura institucional com Superintendência e Conselho Municipal de Turismo, infraestrutura de apoio, além de terem sido mapeados 32 atrativos e 27 equipamentos e serviços turísticos. Apesar de serem localizados no perímetro urbano e da existência de um conjunto histórico e paisagístico tombado com potencial para o Turismo Cultural, prevalecem os segmentos de Sol e Praia e o Ecoturismo. Em relação ao Ensino Superior, foi constatado o aumento da densidade populacional e de habitações próximas às IES, estas últimas igualmente cresceram no quantitativo quando comparados os setores censitários de 2010 e 2022, passando de cinco para 13. Embora o turismo seja discutido como atividade desenvolvimentista desde os anos de 1970, somente nos anos 2000, é que se institucionalizou um modelo de gestão pública e que foi formatado o destino Parnaíba. A partir dos dados sobre a expansão da educação, conclui-se que esse fenômeno colaborou diretamente com o crescimento e desenvolvimento socioespacial urbano do município analisado.

Palavras-chave: Cidades médias; Planejamento urbano; Plano diretor; Turismo urbano; Ensino Superior.

ABSTRACT

The Brazilian population has already exceeded 200 million inhabitants and 61% of this population lives in cities, which are socially constructed and transformed to meet the interests of residents, public managers and market agents. Greater relative growth is observed in medium-sized cities when compared to large cities and capitals. This trend is part of the concept of socio-spatial fragmentation, reinforcing the structuring role of those in the production and consumption of public and private services in their territory and surroundings. Socioeconomic activities such as Tourism and Higher Education are considered attractive for urban development, but they can also cause negative impacts, requiring studies aimed at planning and management. Parnaíba, the second largest municipality in the state of Piauí in terms of population, located on the Coastal Plain, 339 km from the capital Teresina, has tourist attractions that could be better organized and has shown urban growth, with the emergence of new Educational Institutions Higher Education (IES). In this thesis, the general objective was to analyze how the connections between Tourism, Higher Education and Urban Space are related to the growth and socio-spatial development of the city of Parnaíba, in the period between 2007 and 2024. The research has a qualitative approach and nature applied, classified as exploratory and descriptive, through bibliographic and documentary surveys addressing aspects of urban growth and development, tourism management in cities, sectoral public policies and university expansion. Field research was also carried out to identify and characterize the local tourist offer. When analyzing the municipal master plans of 2007 and 2016, an increase in tourism proposals was found between the documents and only in the second is the topic of Higher Education introduced. The fact that these instruments are proposed by governments with different political-ideological perspectives may justify the absence, inclusion and discontinuity of actions. The existence of an institutional structure with Superintendency and Municipal Tourism Council support infrastructure was also identified, in addition to 32 attractions and 27 tourist equipment and services being mapped. Despite being located in the urban perimeter and the existence of a listed historic and scenic complex with potential for Cultural Tourism, the Sun and Beach and Ecotourism segments prevail. In relation to Higher Education, an increase in population density and housing near the HEIs was noted, the latter also grew in quantity when comparing the census sectors of 2010 and 2022, going from five to 13. Although tourism has been discussed as a developmental activity Since the 1970s, it was only in the 2000s that a public management model was institutionalized and the destination of Parnaíba was shaped. Based on data on the expansion of education, it is concluded that this phenomenon directly contributed to the growth and urban socio-spatial development of the municipality analyzed.

Keywords: Medium cities; Urban planning; Master plan; Tourism in cities; Higher education.

RESUMEN

La población brasileña ya superó los 200 millones de habitantes y el 61% de esa población vive en ciudades, que se construyen socialmente y se transforman para satisfacer los intereses de los residentes, de los gestores públicos y de los agentes del mercado. Se observa un mayor crecimiento relativo en las ciudades medianas en comparación con las grandes ciudades y capitales. Esta tendencia se enmarca en el concepto de fragmentación socioespacial, reforzando el papel estructurador de quienes participan en la producción y consumo de servicios públicos y privados en su territorio y entorno. Actividades socioeconómicas como el Turismo y la Educación Superior se consideran atractivas para el desarrollo urbano, pero también pueden causar impactos negativos, requiriendo estudios orientados a la planificación y gestión. Parnaíba, el segundo municipio del estado de Piauí en términos de población, ubicado en la Llanura Costera, a 339 km de la capital Teresina, tiene atractivos turísticos que podrían ser mejor organizados y ha mostrado un crecimiento urbano, con el surgimiento de nuevas Instituciones Educativas Educación Superior (IES). En esta tesis, el objetivo general fue analizar cómo las conexiones entre Turismo, Educación Superior y Espacio Urbano se relacionan con el crecimiento y desarrollo socioespacial de la ciudad de Parnaíba, en el período comprendido entre 2007 y 2024. La investigación tiene un carácter cualitativo. enfoque y naturaleza aplicados, clasificados en exploratorios y descriptivos, a través de levantamientos bibliográficos y documentales que abordan aspectos del crecimiento y desarrollo urbano, la gestión turística en las ciudades, las políticas públicas sectoriales y la expansión universitaria. También se realizó una investigación de campo para identificar y caracterizar la oferta turística local. Al analizar los planes maestros municipales de 2007 y 2016, se encontró un aumento de propuestas turísticas entre los documentos y que solo en el segundo se introduce el tema de Educación Superior. El hecho de que estos instrumentos sean propuestos por gobiernos con diferentes perspectivas político-ideológicas puede justificar la ausencia, inclusión y discontinuidad de acciones. También se identificó la existencia de una estructura institucional con Superintendencia y Consejo Municipal de Turismo, infraestructura de apoyo, además de mapear 32 atractivos y 27 equipamientos y servicios turísticos. A pesar de estar ubicada en el perímetro urbano y de existir un conjunto histórico y paisajístico catalogado con potencial para el Turismo Cultural, prevalecen los segmentos de Sol y Playa y Ecoturismo. En relación a la Educación Superior, se notó un aumento en la densidad poblacional y de viviendas cercanas a las IES, estas últimas también crecieron en cantidad al comparar los sectores censales de 2010 y 2022, pasando de cinco a 13. Si bien el turismo se discute como una actividad de desarrollo desde la década de 1970, sólo en la década de 2000 se institucionalizó un modelo de gestión pública y se moldeó el destino de Parnaíba. A partir de datos sobre la expansión de la educación, se concluye que este fenómeno contribuyó directamente al crecimiento y desarrollo socioespacial urbano del municipio analizado.

Palabras clave: Ciudades medianas; Planificación urbana; Plan maestro; Turismo en las ciudades; Educación superior.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 - Fluxograma dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do IBGE…….29
Figura 2.2 - Fluxograma dos IDS Ambientais do IBGE.....29
Figura 2.3 - Mapa das regiões turísticas do estado do Piauí.....38
Figura 2.4 - Mapa de satélite das regiões turísticas do estado do Piauí.....39
Figura 3.1 - Fotografia de letreiro do Delta do rio Parnaíba e do roteiro Rota das Emoções, localizado no Porto das Barcas, município de Parnaíba……...…….52
Figura 3.2 - Fotografia da catedral setecentista de Nossa Senhora da Graça, localizada na Praça da Graça, município de Parnaíba…….....…...54
Figura 3.3 - Fotografia de sobrado do século XIX da Casa Inglesa, localizado na avenida Presidente Getúlio Vargas, município de Parnaíba…….……...54
Figura 3.4 - Fotografia da Casa dos Azulejos, localizada na avenida Presidente Getúlio Vargas, município de Parnaíba…….…….....…….55
Figura 3.5 - Fotografia de Ilha dos Guaras (*Eudocimus ruber*), localizada no Delta do rio Parnaíba.....59
Figura 4.1 - Mapa de localização do município de Parnaíba.....73
Figura 4.2 - Fotografia de agências de turismo localizadas no Porto da Barcas, município de Parnaíba…….……....78
Figura 4.3 - Fotografia do terminal rodoviário Séptimus Clark, município de Parnaíba…….……80
Figura 4.4 - Fotografia do centro de atendimento ao turista, no terminal rodoviário Séptimus Clark, município de Parnaíba.....80
Figura 4.5 - Fotografia do terminal aeroviário internacional Prefeito Dr. João Silva Filho, município de Parnaíba……...81
Figura 4.6 - Fotografia do terminal aeroviário internacional Prefeito Dr. João Silva Filho, no município de Parnaíba……...82
Figura 4.7 - Planta do conjunto histórico e paisagístico tombado pelo IPHAN, município de Parnaíba…….……85
Figura 4.8 - Mapa de localização de atrativos turísticos no perímetro urbano, município de Parnaíba…….87

Figura 4.9 - Fotografia do Museu do Mar, localizado no Porto das Barcas, município de Parnaíba...……...……...88
Figura 4.10 - Fotografia da praia da Pedra do Sal, localizada no município de Parnaíba …….....…….……89
Figura 4.11 - Fotografia da lagoa do Portinho, localizada nos municípios de Parnaíba e Luís Correia.....……..…….....90
Figura 4.12 - Mapa de localização de equipamentos e serviços turísticos no perímetro urbano, município de Parnaíba……..……..…….....92
Figura 5.1 - Fluxograma sobre periodização da Educação Superior no Brasil.....101
Figura 5.2 - Mapa comparativo de densidade demográfica urbana a partir do aumento no número de IES, município de Parnaíba…….…….....……..……111
Figura 5.3 - Fotografia de condomínio de apartamentos concluído em 2024, localizado próximo à UFDPar, município de Parnaíba…….……..…….....113
Figura 5.4 - Fotografia de kitinetes localizadas próximas à UFDPar, município de Parnaíba……..…….....114
Figura 5.5 - Fotografia de condomínio de apartamentos localizado próximo à UFDPar, município de Parnaíba……..……..…….....114
Figura 5.6 - Fotografia de condomínio de casas localizado próximo à UFDPar, município de Parnaíba……..……..…….....115

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 - Quantitativo de serviços e equipamentos turísticos inventariados no município de Parnaíba, categoria B……...…….....…….76

Tabela 4.2 - Quantitativo de atrativos turísticos inventariados no município de Parnaíba, categoria C……84

Tabela 5.1 - IES por organização acadêmica e categoria administrativa, em 2023, no Brasil……...…….....……..106

Tabela 5.2 - Número de IES e matrículas de graduação segundo a organização acadêmica, em 2023, no Brasil.....107

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Indicadores Ambientais de Saneamento do IBGE.....30
Quadro 2.2 - Breve histórico das políticas ambientais no Brasil…….....32
Quadro 2.3 - Polos turísticos no estado do Piauí.....40
Quadro 2.4 - Classificação dos destinos turísticos.....41
Quadro 3.1 - Aspectos de turismo no plano diretor do município de Parnaíba, Piauí, 2007……...51
Quadro 3.2 - Aspectos de turismo no plano diretor do município de Parnaíba, Piauí, 2016.....57
Quadro 4.1 - Número de equipamentos e serviços turísticos cadastrados no CADASTUR e mapa das empresas do município de Parnaíba, PI, em novembro de 2024….....75
Quadro 4.2 - Voos realizados no aeroporto do município de Parnaíba, em 2022.....81
Quadro 5.1 - IES localizadas no município de Parnaíba.....108

LISTA DE SIGLAS

ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
APA - Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba
CEPRO - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo
DS - Desenvolvimento sustentável
Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FAC-CESUMAR - Faculdade Cesumar de Ponta Grossa
FACETEN - Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil
FAESPA - Faculdade de Ensino Superior de Parnaíba
FAHESP - Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
MCidades - Ministério das Cidades
MEC - Ministério da Educação
MinC - Ministério da Cultura
MMA - Ministério do Meio Ambiente
Mtur - Ministério do Turismo
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organizações das Nações Unidas
PDES/PI - Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Piauí
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEMT - Plano Estratégico de Marketing Turístico do Piauí
PIB - Produto Interno Bruto
PNT - Plano Nacional de Turismo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRT - Programa de Regionalização do Turismo

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMARH/PHB - Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEMARH/PI - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

SETUR/PI - Secretaria de Turismo do Estado do Piauí

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC - Serviço Social do Comércio

SUPCUL/PHB - Superintendência Municipal de Cultura de Parnaíba

SUPTUR/PHB - Superintendência Municipal de Turismo de Parnaíba

UESPI - Universidade Estadual do Piauí

UFDPar - Universidade Federal do Delta do Parnaíba

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UNESA - Universidade Estácio de Sá

UNIABEU - Centro Universitário ABEU

UNIFATECIE - Centro Universitário UNIFATECIE

UNIFSA - Centro Universitário Santo Agostinho

UNIGRANDE - Centro Universitário da Grande Fortaleza

UNIJORGE - Centro Universitário Jorge Amado

UNINTER - Centro Universitário Internacional

UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau

UNIP - Universidade Paulista

UNIPA - Centro Universitário do Paraná

UNIRB - Centro Universitário UNIRB

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18
2 REFLEXÕES SOBRE TURISMO, CIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 26
2.1 Cidade e Desenvolvimento Sustentável (DS) 26
2.2 Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) 28
2.3 Políticas Públicas de Meio Ambiente no Brasil 31
2.4 Interfaces entre Planejamento e Turismo 33
2.5 Políticas Públicas de Turismo no Brasil 34
2.6 Turismo em Cidades 35
2.7 Turismo no Estado do Piauí 37
2.8 Destino Turístico Parnaíba 40
3 PLANEJAMENTO URBANO E TURISMO NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL 43
4 TURISMO URBANO: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL 66
5 EDUCAÇÃO SUPERIOR E URBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL 98
CONCLUSÕES 120
REFERÊNCIAS 123
ANEXOS 130

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira chegou a 203,1 milhões de habitantes, em 2022, segundo dados do censo demográfico mais atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Em relação à distribuição populacional houve crescimento relativo maior nas cidades médias - categorizadas por terem entre 100 mil e 500 mil habitantes, quando comparadas às grandes e capitais. Essa tendência faz parte do conceito de fragmentação socioespacial, reforçando o papel estruturador na produção e consumo dos serviços públicos e privados delas em seus territórios e entorno. Estas relações dialéticas se configuram pelos interesses antagônicos e similares de moradores locais, gestores públicos e do mercado.

A urbanização no Brasil é um processo histórico complexo, produzido por muitos determinantes que afetam aos diferentes grupos sociais de formas particulares. A migração rural-urbana pela falta de oportunidades socioeconômicas no campo, a industrialização e o crescimento em escala econômica, o aumento do consumo de bens e serviços e os conflitos agrários por terras são exemplos disso. Para Milton Santos (1993), o país havia alcançado no final do século XX, a urbanização da sociedade e do território “praticamente generalizada”, após um longo período em que isso ocorria em contextos sociais seletivos e privilegiados.

Os movimentos migratórios internos entre as décadas de 1950 à 1980, vindos das regiões Norte e Nordeste em direção à Sudeste, tiveram como consequência o surgimento das metrópoles, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (IBGE, 2015). A partir do aumento e da concentração populacional nas grandes cidades, problemáticas urbanas como as desigualdades socioeconômicas, a falta de infraestrutura e o crescimento de assentamentos em áreas periféricas reforçam a necessidade e urgência de políticas públicas.

Fenômenos sociais semelhantes ocorreram também em cidades médias, que se tornaram polos de crescimento populacional e urbano. No entanto, ao contrário daquelas migrações, inicia a partir dos anos de 1970, motivada por mudanças nos padrões locacionais da indústria, pela periferização das metrópoles e pela política governamental de investimentos nas regiões brasileiras menos desenvolvidas (Andrade; Serra, 1999).

Mais de 80% da população brasileira vive em cidades (IBGE, 2015), onde se observa que os atores sociais modificam cotidianamente visando o atendimento de demandas por infraestrutura básica e de apoio. Os processos de crescimento e desenvolvimento urbano implicam o estabelecimento de ações de planejamento e gestão por meio de políticas públicas para minimizar problemas de uso e ocupação (Alves; Silva; Ribeiro Filho, 2015).

Ocorre que as cidades passam a se configurar como “arena de disputas” frequentes por territórios que são usados e/ou que são negligenciados, a depender do interesse de grupos hegemônicos (Cruz, 2005). São resultantes da evolução espaço-tempo das sociedades que as habitam e delas se apropriam instituindo formas de produção desigual do ambiente urbano (Corrêa, 2004).

Neste cenário, percebe-se que ambientes construídos têm seus espaços consumidos como um produto social da acumulação do capitalismo, privilegiando antes os interesses políticos e do capital (Lefebvre, 2001; 2006; Harvey, 2005; 2014), para depois atender aos moradores, grupos marginalizados e periféricos. A constante reconfiguração do espaço urbano acontece seguindo a mesma lógica até quando mudam seus atores.

O planejamento urbano é uma maneira de projetar desenvolvimento e crescimento das cidades, materializando em ações as diretrizes contidas nos instrumentos organizacionais e jurídicos da política urbana. Um desses instrumentos é o plano diretor, que contém determinações de ordem metodológica e operacional regulamentadas pelo Estatuto da Cidade das possibilidades da expansão (Brasil, 2001; Brasil, 2005; Caetano; Rosaneli, 2019). Antecipa-se que não será sugerido o plano diretor como a única possibilidade de pensar a complexidade da gestão em cidades.

Neste contexto, Alves, Silva e Ribeiro Filho (2015, p. 11) destacam que para planejar as cidades é necessário “um conjunto de políticas públicas, especialmente as de caráter preventivo, e ações de planejamento que antecipem os novos requerimentos, valorizem as potencialidades e amenizem os pontos fracos.” Então, faz parte das ações de planejamento, a criação de cenários positivos para possibilitar a visualização dos aspectos urbanos que se pretende abordar.

É importante pensar o planejamento com foco em políticas públicas de desenvolvimento e ordenamento baseadas em estudos e análises técnico-científicas, promotoras da participação social efetiva e não somente enquanto discurso político e/ou ideológico. O que pode dinamizar os usos espaciais para minimizar desigualdades e monitoramento de problemáticas de expansão urbana excludente (Figueiroa; Scherer, 2016; Caetano; Rosaneli, 2019). Neste sentido, é possível tentar construir consensos no âmbito da sociedade civil para reduzir o peso da lógica capitalista no espaço urbano.

O turismo do ponto de vista da classificação das atividades econômicas se enquadra no setor terciário e tem sido considerado como protagonista no fomento ao desenvolvimento local de territórios médios e pequenos, desde que devidamente planejado (Fernández, 2020; Conceição, 2020). Para Oliveira, Soares e Solla (2024, p. 86), o setor do turismo é “uma

importante fonte geradora de empregos e renda, além de contribuir para o fortalecimento e proteção das identidades culturais por meio de um desenvolvimento endógeno". Aponta-se a Agenda 2030, em seu ODS de número 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, em que é sugerida a elaboração e implementação de políticas de promoção do turismo sustentável.

Destaca-se o fato do Brasil ser turisticamente conhecido no cenário internacional pelos recursos naturais que atraem turistas estrangeiros, principalmente, interessados no Turismo de Sol e Mar. Para Mendes Júnior e Ferreira (2009, p. 432-433), "não se limita ao turismo praticado por meio da compra ou consumo de produtos turísticos padronizados, (...), mas tem incorporado o praticado por grandes concentrações de pessoas, notadamente o turismo de "praia e sol". Desde o histórico aumento dos fluxos denominados como de massa, nos anos 1950, essa maneira de fazer turismo é a mais geradora de impactos socioambientais, quando comparada aos segmentos de Turismo Comunitário, Ecoturismo, Turismo de Natureza e Turismo Cultural.

Existem exemplos de cidades brasileiras situadas dentro e fora do litoral, que estão se destacando no desenvolvimento turístico. Apontam-se pesquisas abordando questões do Turismo Urbano, como em São Paulo capital (Allis; Vargas, 2015; Ferreira; Pacheco, 2022), Belo Horizonte, em Minas Gerais (Bassani; Gomes; Pessali, 2020) Curitiba, no Paraná (Gomes; Pessali, 2017; Domareski-Ruiz; Fernandes; Gândara, 2014), São Luís, no Maranhão (Santos; Marques; Leite, 2022), e Recife, em Pernambuco (Morais; Mendonça; Santos, 2022; Corá; Henriques, 2021), entre outras.

Nos estudos de Edwards, Griffin Hayllar (2008, p. 1034, tradução nossa) são apresentados alguns atributos das áreas urbanas que são atrativos para os turistas, pois as cidades são:

> facilmente acessíveis por meio de aeroportos e serviços regulares. Há um grande estoque de acomodações, construídas para atender aos viajantes a negócios e, por fim, os destinos urbanos atraem vários mercados turísticos diferentes, pois oferecem comunicações, transporte, serviços e instalações que atendem às necessidades dos turistas.

As cidades, na visão de Silva, Brandão e Sousa (2021, p. 428), "têm a essência que move o turista: vida, autenticidade, cultura, pessoas, gastronomia", o que contribui para que o turismo se configure, muitas vezes, como uma das principais fontes de rendimentos econômicos.

Neste estudo, o turismo é problematizado epistemologicamente em maior medida de forma interdisciplinar, enquanto fenômeno social em que suas interfaces dialogam com questões socioambientais, urbanas e políticas. É composto por quatro componentes diferentes: o turista e/ou visitante, os prestadores de serviços, o governo e a comunidade do destino

turístico (Ignarra, 2013). A forma que os turistas e visitantes percebem a cidade deve ser considerada e com isso, “as ações do planejamento urbano podem deixar marcas na cidade, as quais são apropriadas pelos residentes e por quem as visita, dinamizando a prática do turismo” (Fernandes, 2015, p. 2).

O turismo é uma atividade socioeconômica capaz de fomentar desenvolvimento, mas que também, por sua natureza capitalista gera impactos físicos, socioeconômicos e ambientais negativos, independentemente de planejamento e gestão (Fernández, 2020; Conceição, 2020). É importante destacar que as ações da sociedade geram impactos no meio ambiente, pois não existe intervenção sem alteração no espaço geográfico.

Segundo Ignarra (2013), às demandas do turismo podem entrar em conflito com o desejado pelos residentes. Quando isso ocorre nas cidades não é facilmente percebido, uma vez que, existem outros meios de produção impactantes, como a indústria e o comércio. Assim, a resistência dos residentes pode gerar formas inovadoras que sejam menos impactantes para as pessoas, os recursos naturais e as cidades. Contudo, este tipo de iniciativa não é comum nos centros urbanos do Brasil.

O turismo no estado do Piauí segue a mesma linha de outros estados nordestinos, ocorrendo, principalmente, no litoral, denominado de Polo Costa do Delta, uma das sete regiões turísticas propostas, com a prevalência do turismo de Sol e Mar (Brasil, 2006; 2010a; 2010b), sazonal e concentrador de fluxos turísticos. Ignarra (2013) define o polo como ponto central de uma área ou zona turística, de onde o desenvolvimento se faz. Este Polo é formado pelos municípios de Bom Princípio do Piauí, Cajueiro da Praia, Luís Correia, Ilha Grande e Parnaíba, objeto deste estudo.

Parnaíba é o segundo maior município do estado do Piauí, em número de habitantes, tendo apresentado, em 2022, população de 162.159 pessoas (IBGE, 2022). Em 2020, apresentava área territorial de 436,907 km², com população, de 153.482 habitantes e densidade demográfica de 334,51 hab/km², sendo que 137.507 pessoas residem na zona urbana (IBGE, 2020). Ao se comparar estes dados com os do censo de 2010, em que a população era de 145.705 pessoas, observa-se um gradativo crescimento nos últimos anos.

Cabe contextualizar o principal atrativo turístico regional, o Delta do Rio Parnaíba, localizado na fronteira dos estados do Piauí e Maranhão. É um ecossistema com área aproximada de 2.700 km², formado pelo Rio Parnaíba e seus afluentes, que deságuam no Oceano Atlântico. A biodiversidade é variada e abriga manguezais, restingas, dunas e ilhas, proporcionando habitat para muitas espécies da fauna, incluindo aves, répteis, mamíferos e peixes.

A região é considerada uma das mais importantes áreas de conservação da biodiversidade marinha e costeira do Brasil. De acordo com Félix-Silva, Oliveira e Bezerra (2020, p. 305),

> a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, foi criada pelo Decreto nº 1.922/96, e abrange três estados: Piauí, onde atinge os municípios de Cajueiro da Praia, Luiz Correia, Parnaíba e Ilha Grande; Maranhão, demarcando os municípios de Araioses, Água Doce, Tutóia e Paulino Neves; e Ceará, onde perpassa os municípios de Barroquinha e Chaval. Na APA, há séculos, o extrativismo é praticado, incluindo a atividade da pesca artesanal em suas diversas modalidades: pesca em água salgada, em água doce, no mangue. A região é abundante em variedade de frutas e de crustáceos, entre eles: o marisco, o camarão, a ostra, a lagosta e o caranguejo. As características dos recursos naturais da região da Planície Litorânea fazem com que pescadoras e pescadores artesanais desenvolvam mais de um tipo de extrativismo, o que a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) denomina de pescador polivalente.

Do ponto de vista turístico, Parnaíba é classificado no mapa do turismo nacional 2024, como de categoria B, o que indica reconhecido potencial para desenvolver a atividade. Para os outros municípios são atribuídas as categorias em Luís Correia (categoria B), Cajueiro da Praia (categoria C), Ilha Grande (categoria D) e Bom Princípio do Piauí (categoria E) (Brasil, 2024). Este instrumento de classificação federal é legítimo e serve como um balizador para investimentos financeiros e criação de políticas setoriais, sendo vinculado ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

O turismo local se caracteriza como doméstico e interestadual, com períodos de sazonalidade e fluxos maiores nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro. Isto ocorre devido às férias escolares, laborais e o carnaval, além dos feriados prolongados (Silva; Hoffmann; Costa, 2020). De acordo com último relatório de pesquisa de demanda turística do estado do Piauí, em julho de 2013, nos municípios de Teresina, Parnaíba, Luís Correia e São Raimundo Nonato (CEPRO, 2013). O turismo predominante era o doméstico de brasileiros residentes na região Nordeste, sendo 78,0%, principalmente, do Piauí, Ceará e Maranhão (CEPRO, 2013). Hipoteticamente essa dinâmica deve ter mudado, mas, por conta da ausência de estudos recentes de demanda não se têm dados confiáveis.

Estas características fazem de Parnaíba um centro turístico de distribuição e escala do Polo Costa do Delta, mas que não se observam ações no sentido de, efetivamente, torná-la uma cidade turística. Substancialmente isso se deve pela falta de planejamento e gestão efetivos, influenciando na ausente profissionalização do setor, na dinamização da oferta de recursos e no desenvolvimento turístico sustentável em nível local.

Como dito, buscou-se discutir o turismo de maneira disciplinar, inter e transdisciplinar, nesses dois últimos, a partir de diálogos com outra atividade que igualmente ocorre na área e que pode ser transversalizada por ele no ambiente urbano, especificamente, o aumento na oferta e expansão da Educação Superior. Afirma-se isso, com base nas características citadas e devido à ocorrência de fluxos migratórios intra e inter-regionais para acessar às Instituições de Ensino Superior (IES).

O marco temporal de início foram o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no ano de 2007, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), no ano de 2004; e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), no ano de 2001. A cidade de Parnaíba tem recebido pessoas vindas de vários locais, seja para residir, ou ir e vir, diariamente, atraídas pela a ampliação da oferta de cursos de Educação Superior e de IES. Necessitando, então, da implantação de serviços urbanos e de moradias para atender ao atual contingente populacional, o que contribui para o crescimento da cidade. Segundo Holanda (2018), os municípios de Parnaíba, Piauí e de Sobral, no Ceará são considerados polos universitários de seus estados/regiões, por mobilizarem não só fluxos internos, mas também, nacionais e internacionais de discentes, pesquisadores e docentes em busca de cursos de graduação, pós-graduação e eventos técnico-científicos.

Neste sentido, a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), pela Lei N° 13.651, de 11 de abril de 2018 (Brasil, 2018). Instituição que correspondia ao antigo *campus* da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com expansão no ano de 2006, e hoje, conta com cursos de graduação nas áreas de Medicina, Biomedicina, Fisioterapia, Psicologia, Biologia, Pedagogia, Turismo, Ciências Contábeis, Administração, Ciências Econômicas, Matemática e Engenharia de Pesca; e Programas de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado (UFDPar, 2017).

Além da UFDPar existe um campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), um do Instituto Federal do Piauí (IFPI), um do Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), um da Faculdade Regional da Bahia (UNIRB), um da Universidade Paulista (UNIP) e o Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), que também oferta vagas no curso de Medicina. Há outras instituições menores e polos de Educação à Distância (EAD) de grandes grupos educacionais - como: Estácio de Sá, UniCesumar, Uninter, Uniasselvi e Universidade Ceuma.

Ressalta-se, então, que a oferta de mais opções na Educação Superior em Parnaíba pode ter contribuído para o crescimento e desenvolvimento local, com aumento da população e de visitantes, como também, de consequências e de problemas provenientes desse crescimento.

Observa-se a expansão imobiliária com loteamentos urbanos, construção de condomínios, casas, apartamentos para locação/compra e número de equipamentos públicos: praças, parques e áreas verdes. Também, houve ampliação na oferta do comércio varejista, principal atividade econômica, predominantemente com a presença de micros e pequenas empresas; a instalação de organizações de grande porte que dinamizaram a economia local, como *shopping center*, franquias estaduais e nacionais de lojas de móveis, cinema, farmácias, restaurantes, supermercados, academias de musculação, dentre outras.

Como questões norteadoras de pesquisa tem-se: a) Quais são os aspectos abordados pelas políticas públicas federais, estaduais e municipais em relação ao turismo? b) Quais as políticas públicas locais de planejamento urbano voltadas para o Turismo e para a Educação Superior? c) O aumento da oferta de Ensino Superior contribuiu para o desenvolvimento do turismo e do crescimento urbano?

Nesta perspectiva, foram sugeridas as seguintes hipóteses: I) Os documentos de planejamento urbano orientam sobre o desenvolvimento do turismo e da Educação Superior; II) Faltam políticas públicas voltadas diretamente para as demandas do turismo na região; III) A expansão do Ensino Superior tem contribuído nas transformações socioespaciais urbanas.

Neste trabalho, o objetivo geral foi analisar como as conexões entre Turismo, Educação Superior e Espaço Urbano estão relacionadas com o crescimento e desenvolvimento socioespacial da cidade de Parnaíba, no período entre os anos de 2007 e 2024.

Como objetivos específicos estabeleceu-se:

- Apontar as políticas públicas de turismo que têm relação com o município de Parnaíba.
- Estudar os dois planos diretores municipais, um de 2007 e o outro de 2016, dando ênfase às orientações voltadas para o Turismo e para a Educação Superior.
- Caracterizar turisticamente os atrativos, serviços, equipamentos e a infraestrutura de apoio local.
- Identificar a influência e interrelação entre o crescimento da oferta de Ensino Superior, e de Turismo para o desenvolvimento socioespacial urbano.

Além deste capítulo de **Introdução**, em que são apresentados o tema, o problema e justificativa, hipóteses, objetivos e estrutura da tese, este documento está composto por mais cinco seções, compostas pelo referencial teórico, resultados, apresentados em forma de artigos, além das conclusões e das referências utilizadas.

Dessa forma, no segundo capitulo, intitulado "**Reflexões sobre Turismo, Cidade e Desenvolvimento sustentável (DS)",** são abordados aspectos teóricos conceituais sobre

cidades, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e indicadores de sustentabilidade, como também, de políticas ambientais e de turismo.

É importante destacar que os resultados encontrados na pesquisa, os quais respondem aos objetivos propostos, estão sendo apresentados na forma de artigos. Assim, o terceiro capítulo refere-se ao artigo intitulado "**Planejamento Urbano e Desenvolvimento do Turismo no Município de Parnaíba, Piauí, Brasil,"** que aborda a análise dos dois planos diretores, publicados nos anos de 2007 e 2016, focando nos aspectos de turismo.

No quarto capítulo, tem-se o artigo intitulado "**Turismo Urbano: Uma Análise no Município de Parnaíba, Piauí, Brasil,"** que trata sobre a qualificação e a identificação de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, dando ênfase aos aspectos com potencial para o desenvolvimento de um Turismo Urbano.

No quinto capítulo, apresenta-se o artigo, que tem como título "**Educação Superior e Urbanização no Município de Parnaíba, Piauí, Brasil."** Nesse artigo foram contextualizados a Educação Superior e o turismo, bem como, a correlação das transformações socioespaciais urbanas.

Por fim, em **Conclusões** são discutidos os resultados obtidos a partir dos três artigos, de modo a novamente tratar sobre o estudo da urbanização local relacionando o Turismo e a Educação Superior. Enquanto nas **Referências,** foram apresentadas a lista de todos autores citados neste trabalho.

2 REFLEXÕES SOBRE TURISMO, CIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DS)

Neste capítulo são apresentados aspectos referentes às características das cidades, bem como, fundamentos teórico-conceituais sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e indicadores de sustentabilidade. Além disso, são abordadas políticas ambientais e de turismo no Brasil, correlacionando com o planejamento turístico e com o turismo no estado do Piauí e na cidade de Parnaíba.

2. 1 Cidades e Desenvolvimento Sustentável (DS)

Os conceitos de Desenvolvimento Sustentável (DS) e sustentabilidade são amplamente divulgados, no entanto, isso ocorre atravessado por questões de difícil aplicabilidade/efetividade, debates de viés político-ideológico e da correlação com aspectos econômicos, sociais e ambientais. Não se pretende qualificar e aprofundar os conceitos através de correntes teóricas, mas, contextualizar brevemente, para o entendimento de como seria possível aplicá-los.

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorreu no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia. Onde reuniram-se chefes de Estado de 113 países, organizações internacionais governamentais e não governamentais, além de jornalistas, tendo como tema a poluição atmosférica e o consumo excessivo dos recursos naturais. A partir dela foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além de ter sido dialogada a relação entre meio ambiente, crescimento econômico e bem-estar humano (ONU, 1972).

Com base na declaração da conferência (ONU, 1972), o entendimento era de que as sociedades do Norte Global eram desenvolvidas e tinham alcançado um grau elevado de progresso devido ao conhecimento científico e tecnológico por elas produzido. Sendo essa, a justificativa para que houvesse melhoria no meio ambiente humano. Apesar de serem apontadas dimensões de desenvolvimento, a exemplo da social, a econômica era tida como o objetivo de todos os países. Representando um modelo desenvolvimentista que replicava uma lógica imperialista de progresso, isentando os países do Norte industrializados dos problemas socias e ambientais (Dias, 2017; Alonso, 2018).

Destaca-se o economista francês Ignacy Sachs, um dos precursores em nível epistemológico sobre DS, sugerindo e difundindo o termo Ecodesenvolvimento, além da ideia

de dimensões de sustentabilidade integradas (Sachs, 2002; 2004). Em pleno século XXI, percebe-se ainda considerável dificuldade na homogeneização destes conceitos, seja por parte de instituições que debatem a respeito e não entram num consenso, ou pela dificuldade de aplicabilidade e mensuração. Portanto, refletir como isso é possível com foco em instrumentos de mensuração, especificamente, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS).

Os indicadores são categorizados em três gerações, sendo a primeira correspondente aos que recebem o nome de Indicadores Ambientais (IA) ou de Sustentabilidade Ambiental (SA). Desenvolvidos a partir do ano de 1980, têm-se como exemplos: cobertura florestal de um território, qualidade do ar de uma cidade, indicadores de poluição da água por coliformes, indicadores de desmatamento, desertificação ou mudança no uso da terra (Quiroga Martínez, 2007; Veiga, 2010).

Os IDS ou de segunda geração foram sendo elaborados a partir de 1990, estes buscavam retratar o DS multidimensional, compostos por indicadores - ambientais, sociais, econômicos e institucionais. Destacaram-se as iniciativas de países como - México, Chile, Argentina, Estados Unidos, Reino Unido e Suécia. Porém, a partir de 1996, a ONU por meio da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), articulou-se na tentativa de balizar a construção de indicadores que norteassem os países (Quiroga Martínez, 2007; Veiga, 2010).

Nas palavras de Quiroga Martínez (2007), a terceira geração começou a partir dos anos 2000, tendo como grande desafio criar indicadores transversais ou sinérgicos, que permitissem incorporar aspectos econômicos, sociais e ambientais de forma transversal e sistemática. Cabendo a estes explicar o progresso na sustentabilidade, ou melhor ainda, para a sustentabilidade do desenvolvimento efetivamente, usando um número limitado de indicadores verdadeiramente vinculativos, habilitados sinergicamente, relacionando dimensões e setores de sua origem (Quiroga Martínez, 2007; Veiga, 2010).

Essa discussão sobre indicadores reforça que a compreensão do turismo do ponto de vista desenvolvimentista reverbera que se conheçam modelos e iniciativas científicas em nível mundial. A Organização Mundial do Turismo (OMT), lançou em 2017, um estudo para medir a sustentabilidade do turismo (Camacho-Ruiz *et al.*, 2016; Córdova, 2017; Araújo *et al.*, 2020). Tendo como objetivo desenvolver uma estrutura estatística internacional para medir o papel do turismo no desenvolvimento sustentável por meio das dimensões econômica, ambiental e social (Vieira; Araújo, 2015; Camacho-Ruiz *et al.*, 2016; Araújo *et al.*, 2020).

Ao integrar o turismo dentro dos padrões de medição econômica, social e ambiental fornecendo uma linguagem comum e produção, gerenciamento e integração de dados mais eficazes. Essa estrutura baseada em padrões pode apoiar ainda mais a credibilidade, a

comparabilidade e o alcance de vários programas de medição e monitoramento relacionados ao turismo sustentável, incluindo a derivação dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os da Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável (RIOTS) da OMT (Córdova, 2017; Asmelash; Kumar, 2019).

Para esse fim, em escala global, aponta-se a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (DS), estabelecida pela Cúpula das Organizações das Nações Unidas (ONU). A preocupação da ONU com o crescimento urbano e a expansão das cidades é explicitada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente, no de número 11, que está relacionado ao uso de informações para o planejamento e a gestão urbana (PNUD, 2015). A existência de um ODS é suficiente para demonstrar que a preocupação não tem uma escala apenas brasileira, mas mundial. Isso significa que devem ser construídas experiências locais, regionais e nacionais; além de conhecer as de outros lugares.

Nos grandes centros urbanos a expansão espacial descontrolada, o crescimento econômico e a concentração de renda são produtos da urbanização impulsionados pelo capitalismo industrial e financeiro (Harvey, 2005, 2014). Pode ofuscar, então, a participação de atividades comerciais e de serviços no Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, que geram menos pressão ao meio ambiente.

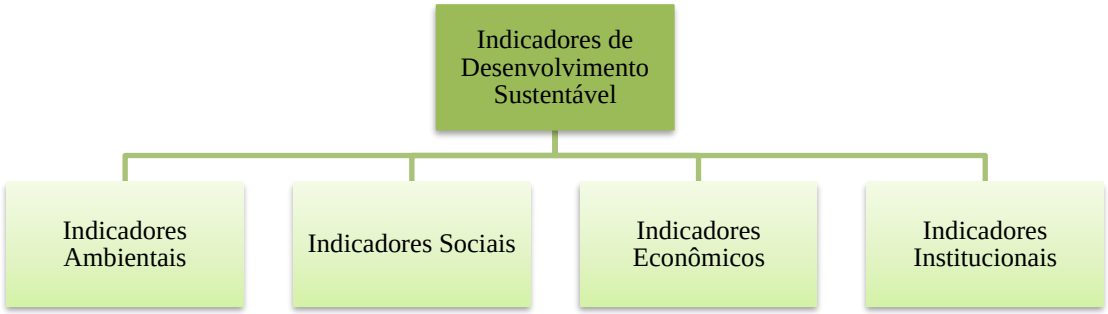
2.2 Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os IDS são ferramentas que servem para qualificar uma determinada dinâmica relacionada com as dimensões de sustentabilidade. Sendo orientadores do *status* de desenvolvimento menos impactante para os contextos territoriais e/ou organizacionais. Existem propostas de organismos internacionais e nacionais e que são aplicadas por métodos diferentes.

Optou-se por utilizar como referencial os do IBGE (figura 2.1), publicados em sua última edição no ano de 2015, pelo reconhecimento da metodologia e constância da publicação: 2002, 2004, 2008, 2010 e 2012. Estes instrumentos propõem validar um padrão qualitativo recomendado por organismos internacionais, como a CDS da ONU para o desenvolvimento sustentável considerados ao contexto brasileiro (IBGE, 2015).

Metodologicamente contempla 63 indicadores interrelacionados, divididos em quatro dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica e institucional, reunindo dados para orientação ao planejamento e elaboração de políticas públicas de desenvolvimento sustentável (IBGE, 2015).

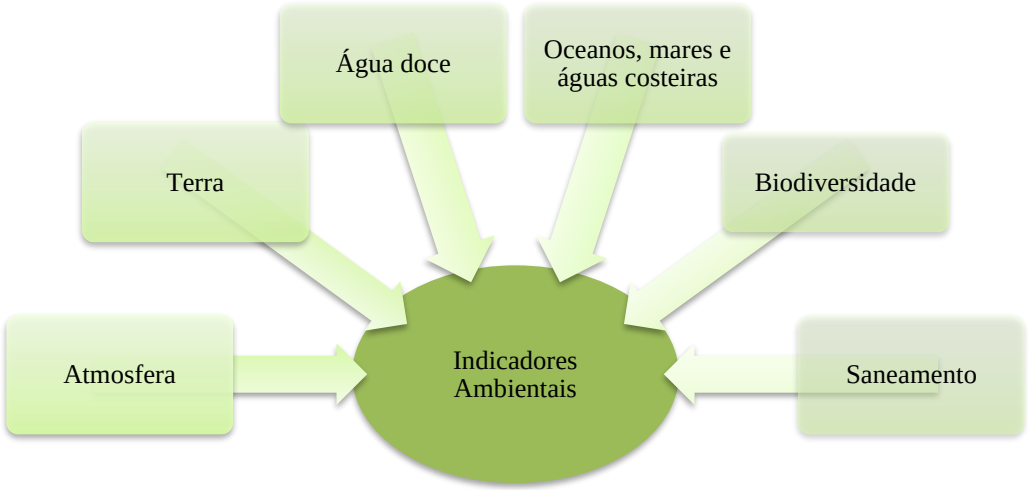
Figura 2.1 - Fluxograma dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do IBGE



Fonte: IBGE (2015), adaptado pelo autor (2024).

Os indicadores ambientais (figura 2.2) são divididos em seis eixos temáticos: atmosfera; terra; água doce; oceanos, mares e águas costeiras; biodiversidade e saneamento, contemplando 19 indicadores. Tais instrumentos tratam dos fatores de pressão e impacto relacionados aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente (IBGE, 2015).

Figura 2.2 - Fluxograma dos IDS Ambientais do IBGE



Fonte: IBGE (2015), adaptado pelo autor (2024).

Os indicadores de saneamento estão relacionados ao acesso a abastecimento de água, acesso a esgotamento sanitário, acesso a coleta de lixo doméstico e tratamento de esgoto. No quadro 2.1 descrevem-se cada um deles, o que representam e elementos relacionados aos aspectos metodológicos e de relevância. Foram selecionados por serem importantes

qualificadores da situação urbana e ambiental de um município, bem como, por fazerem parte da oferta de serviços básicos no turismo e na educação. Influenciando na qualidade de vida, saúde de moradores locais, de visitantes e turistas.

Quadro 2.1 - Indicadores Ambientais de Saneamento do IBGE

Indicador	Representa	Metodologia	Relevância
Acesso a abastecimento de água	Proporção da população urbana e rural com acesso por rede geral, poço ou nascente.	Distância não superior a 1000 metros da moradia, provendo no mínimo 20 litros *per capita* por dia. Não aborda questões da qualidade da água e nem da interrupção.	Assegura boas condições de saúde e higiene.
Acesso a esgotamento sanitário	Proporção da população urbana e rural com acesso adequado no domicílio.	Adequado quando realizado por rede coletora e fossa séptica (ligada ou não à rede). Essas formas inibem possíveis contaminação do solo, subsolo, lençol freático e corpos d'água superficiais.	Saúde da população reduzindo o risco e a frequência de doenças associadas aos esgotos.
Acesso a coleta de lixo doméstico	Parcela da população atendida pela coleta de lixo doméstico.	Coleta de lixo do domicílio particular permanente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, ou indiretamente de caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza pública ou privada.	Importante mecanismo para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, associado à saúde da população quanto à proteção do meio ambiente.
Tratamento de esgoto	Capacidade de tratar o esgoto coletado.	Registro volumétrico do esgoto coletado por amostragem de prestadores de serviços de esgotamento sanitário.	Garantir boas condições de saúde humana, pois possibilita o controle e redução das doenças por água contaminada por coliformes fecais.

Fonte: IBGE (2015), adaptado pelo autor (2024).

Os indicadores ambientais segundo Batalhão *et al.* (2018, p. 1876), "podem contribuir diretamente para o desenvolvimento sustentável de territórios em todas as escalas geográficas". São considerados como ferramentas que podem ser usadas para possibilitar "o planejamento, a execução das ações pertinentes e o monitoramento dos resultados obtidos, de modo a realizar possíveis correções e adequações" (Oliveira; Bitar, 2009, p. 2), contribuindo, dessa forma, para auxiliar na tomada de decisões no planejamento e gestão das cidades.

O planejamento urbano é uma maneira de projetar desenvolvimento e crescimento das cidades, materializando em ações as diretrizes contidas nos instrumentos organizacionais e jurídicos da política urbana. Um desses instrumentos é o plano diretor, que contém

determinações de ordem metodológica e operacional regulamentadas pelo Estatuto da Cidade das possibilidades da expansão (Brasil, 2001; Brasil, 2005; Caetano; Rosaneli, 2019). Antecipa-se não ser a intenção do pesquisador meramente sugerir o plano diretor como a única possibilidade de pensar a complexidade que é a gestão de cidades.

Neste contexto, Alves, Silva e Ribeiro Filho (2015, p. 11) destacam que para planejar as cidades é necessário "um conjunto de políticas públicas, especialmente as de caráter preventivo, e ações de planejamento que antecipem os novos requerimentos, valorizem as potencialidades e amenizem os pontos fracos." Então, faz parte das ações de planejamento, a criação de cenários positivos para possibilitar a visualização dos aspectos urbanos que se pretende abordar**.**

2.3 Políticas Públicas de Meio Ambiente no Brasil

Como visto, o DS é um conceito que pode ser refletido e aplicado em múltiplas perspectivas da vida em sociedade, nesta tese a compreensão das dinâmicas de crescimento e desenvolvimento urbanos devem ser refletidas considerando a contribuição direta que a educação tem para tal. Questionamentos que tratam da relação entre desenvolvimento e gestão ambiental eficiente, eficaz e efetiva surgem quando se pensa as cidades.

De acordo com Campos (2002), ao definir gestão ambiental, o autor aponta que consiste "na administração do uso dos recursos ambientais, por meio de ações ou medidas econômicas, investimentos e potenciais institucionais e jurídicos, com a finalidade de manter ou recuperar a qualidade de recursos e desenvolvimento social." Percebe-se que a estruturação de políticas públicas, capital financeiro, pessoas e organizações possibilita a existência deste tipo de sistema de gestão, o que não significa que por si só traga como consequência a redução de danos aos recursos naturais.

Historicamente, por volta da década de 1980, o Estado brasileiro tinha uma postura centralizadora na construção/implantação/execução e fiscalização de políticas públicas ambientais. O contexto em questão remonta aos últimos anos de ditadura militar, a qual vigorou de 1964, com a culminância do golpe militar, sendo finalizada 21 anos após, em 1985, quando inicia a redemocratização que tem como marco a promulgação da Constituição Federal (CF), de 1988. Apontam-se como consequências disso: a ampla participação social na tomada de decisões, ações de descentralização de monitoramento e fiscalização, bem como o estímulo ao debate que trata da gestão dos territórios a partir da relação espaço físico e relações com as sociedades que deles usufruem (Cunha; Nunes Coelho, 2010).

Ainda na visão dos autores as políticas públicas ambientais podem ser categorizadas em três tipos, sendo: 1) Regulatórias: que correspondem àquelas cuja elaborações de legislação específica permite regular o uso e o acesso ao meio ambiente e criação de instituições para o cumprimento das leis; 2) Estruturadoras: decorrentes da intervenção direta do poder público ou de Organizações Não Governamentais (ONG's) na proteção ao meio ambiente, sendo um exemplo a criação de Unidades de Conservação (UCs) públicas ou não; e - 3) Indutoras de comportamento: que influenciam o comportamento de indivíduos ou grupos sociais, identificadas com o DS, a exemplo das certificações (Cunha; Nunes Coelho, 2010).

No quadro 2.2 estão apresentados alguns fatos e fases referentes às políticas ambientais ocorridas no Brasil.

Quadro 2.2 - Breve histórico das políticas ambientais no Brasil

Base de regulação (1930 a 1971)
● Década de 1930, processos de industrialização e urbanização brasileiros na região Sudeste; ● Decreto de N° 23.793, de 1934, criação de Parques Nacionais (PARNAS) e áreas florestais protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste; ● Em 1937, criação do Parque Nacional (PARNA) de Itatiaia (RJ); ● Décadas de 1950 e 1960, criação de Unidades de Conservação (UCs), no Centro-oeste e a Floresta Nacional (FLONA) de Caxiuanã (PA), Amazônia Legal; ● Em 1958, criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). **Foco:** Abordagem nacional dos problemas ambientais.
Intervencionismo do Estado e crise ecológica global (1972 a 1987)
● 1972 - 1° Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo; ● 1970 - Crise do petróleo e a escassez dos recursos; ● 1971 - Surgimento do *Greenpeace*; ● Relação de conflito entre as políticas ambientais e as políticas modernizantes (regime militar); ● Em 1973, criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); ● Criação de 72 unidades federais de diferentes tipos. **Foco:** Abordagem dada aos problemas de reestruturação regional.
Democratização e descentralização decisória (1988 a atualidade)
● Divulgação do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS); ● Constituição Federal (CF) de 1988, Brasil, descentralização e pioneirismos; ● Em 1989, criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); ● 1992 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de janeiro; ● Criação de 119 unidades federais de diferentes tipos (até 2001), sobretudo, na região Norte; ● Em 1993, criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Foco:** Abordagem descentralizada na tomada de decisões.

Fonte: Cunha; Nunes Coelho (2010), adaptado pelo autor (2024).

Compreender as fases e fatos históricos que contribuíram na/para a construção de um arcabouço legal e estruturante de políticas públicas ambientais brasileiras serve para entender a situação em que o país se encontra em uma conjuntura global e regional. Permitindo reflexões a nível de gestão sobre o que tem dado certo e o que deve ser revisto para implementação de

agendas democráticas e coletivas. Evidentemente não se buscou reduzir a temática, pois, existem outros autores que propõem marcos complementares ou divergentes.

2.4 Interfaces do Planejamento e Turismo

O planejamento é um pilar na gestão de destinos turísticos consolidados ou com potencial de desenvolvimento. Apesar de ser um tema amplamente investigado, desde a década de 1950, a aplicação prática dos modelos teóricos e conceituais falha em ser integrada nas gestões territoriais. Esta lacuna é evidenciada nas análises de estudiosos como Petrocchi, Barretto, Ignarra e Fernandes.

Fernandes (2011), define planejamento como um processo que permite prever e avaliar ações futuras, com vistas à tomada de decisões mais racionais. De maneira semelhante, Petrocchi (2002) descreve como um futuro desejado e todas as providências necessárias à sua materialização. Ambos os conceitos sublinham a natureza sistematizada do planejamento.

Ainda na perspectiva de Fernandes (2011), podem ser apontados os seguintes pré-requisitos: a) estabilidade política e econômica, que criam um ambiente mais propício a implementação de planos de longo prazo; b) continuidade administrativa, que garante projetos e políticas mantidas ao longo do tempo; c) disponibilidade de dados estatísticos para a tomada de decisões informadas e acompanhamento de resultados; d) capacidade técnica no desenvolvimento e execução eficaz dos planos; e - e) mentalidade favorável da classe dirigente.

Gunn (1979), sugere para um planejamento turístico eficaz, o estabelecimento de estratégias que possam reduzir e/ou prevenir impactos negativos. Devendo ser somado ao envolvimento de todos os atores sociais: empreendedores de turismo, gestores públicos e comunidade local, de modo a assegurar a participação coletiva. Os planejadores devem pensar o processo na perspectiva regional para garantir que atenda às características e necessidades locais.

Acerca do papel dos gestores públicos enquanto agente que comumente é apontado como o maior responsável por promover a estrutura para o setor, uma questão que vem a ser central é: Por que e quando o Estado deve intervir? As parcerias público-privadas surgem como uma solução possível, oferecendo uma combinação de recursos e conhecimentos entre setores para a implementação de projetos turísticos. Questões éticas e limites do planejador são fundamentais também, para garantir que beneficie de maneira justa todos os envolvidos.

Cooper, Hall e Trigo (2011) discutem essas questões, ressaltando diferentes abordagens que podem ser adotadas:

a) Ufanismo: A ideia de que o planejamento e o turismo por si só podem resolver problemas sociais e econômicos.

b) Abordagem Econômica: Foco na contribuição econômica do turismo para o desenvolvimento regional.

c) Abordagem Físico-Espacial: Enfoque no planejamento territorial-urbano e regional.

d) Abordagem Comunitária: Consideração das necessidades e do envolvimento da comunidade local.

e) Turismo Sustentável: Promoção de práticas que garantam a conservação dos recursos naturais e a viabilidade a longo prazo do turismo.

O planejamento turístico é uma ferramenta que deve ser fundamentada em bases científicas, empíricas, políticas e sociais. A aplicação prática, porém, ainda enfrenta desafios significativos. Para que seja efetivo deve ser multidimensional e integrar as necessidades de diferentes atores, respeitando as especificidades regionais e promovendo um desenvolvimento sustentável e equitativo.

2.5 Políticas Públicas de Turismo no Brasil

As políticas públicas de turismo no Brasil começaram a ser construídas, a partir da década de 1930, com o surgimento das primeiras iniciativas e regulamentações. No entanto, a institucionalização ganhou maior relevância com a criação dos Planos Nacionais de Turismo (PNT), que marcaram a estruturação do setor em períodos distintos da história brasileira. No entendimento desta pesquisa esses documentos foram propostos com foco na conjuntura social, institucional e política (Maranhão, 2017; Vilela; Costa, 2020).

Durante os anos 1930 e 1940, o Brasil começou a reconhecer o turismo como uma potencial fonte de desenvolvimento econômico. Na década de 1950, com a criação do Serviço Nacional de Turismo (SNT) em 1958, tinha-se como objetivo promover e regulamentar a atividade turística no país. Cabe também contextualizar, que o turismo de massa em nível mundial, inicia neste momento histórico e isso acaba por influenciar no acesso às viagens (Maranhão, 2017; Vilela; Costa, 2020).

A década de 1960, trouxe uma visão mais estratégica com a criação do primeiro Plano Nacional de Turismo em 1966, que estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento turístico em todo o país. Nos anos seguintes, especialmente na década de 1970, o turismo passou a ser incluído nos planos de desenvolvimento regional, refletindo uma tentativa de integrar o setor às políticas econômicas e de infraestrutura.

A década de 1980 marcou um período de expansão e maior foco na regionalização do turismo. O Programa de Regionalização do Turismo (PRT), iniciado em 1999, foi uma resposta às necessidades de adaptar o turismo às características e potencialidades regionais. Este programa visava descentralizar a gestão turística, promover o desenvolvimento local e integrar o turismo à dinâmica regional (Maranhão, 2017; Vilela; Costa, 2020).

A partir dos anos 2000, o Brasil passou a enfrentar novos desafios e oportunidades no setor de turismo. Diversos Planos Nacionais de Turismo foram implementados, cada um buscando atender às demandas contemporâneas, como a sustentabilidade e a inclusão social. O PNT 2013-2016, por exemplo, focou na promoção de destinos turísticos e na qualificação da oferta turística, enquanto o PNT 2018-2022 destacou a importância da inovação e da diversificação do turismo brasileiro (Maranhão, 2017; Vilela; Costa, 2020).

A regionalização foi um marco significativo nas políticas de turismo no Brasil. O PRT foi desenvolvido para atender à diversidade regional do país, promovendo uma abordagem mais personalizada e eficaz para o desenvolvimento turístico. A regionalização visa descentralizar a gestão turística, permitindo que as regiões tenham maior controle sobre suas estratégias de desenvolvimento e recursos.

A regionalização tem promovido a criação de destinos turísticos mais alinhados com as características locais, incentivando a colaboração entre atores locais e regionais. No entanto, a implementação efetiva enfrentou desafios como a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a necessidade de maior capacitação técnica nas regiões.

A conformidade com as regulamentações e leis é essencial para evitar problemas legais e garantir que os projetos turísticos estejam alinhados com as políticas públicas e as normas ambientais. As políticas regulatórias, autorregulatórias e distributivas desempenham papéis importantes na definição das regras e diretrizes para o desenvolvimento turístico. No entanto, desafios relacionados à gestão, financiamento e regulamentação continuam impactando o setor. A governança e a colaboração entre diferentes atores são essenciais para o desenvolvimento sustentável e eficaz do turismo no Brasil.

2.6 Turismo em Cidades

Debater sobre o turismo em cidades grandes e médias, especificamente, em locais dentro de seus contextos denominados de áreas turísticas urbanas ou áreas funcionais turísticas se faz necessário. De acordo com Hayllar *et al.* (2011), áreas turísticas urbanas ou áreas funcionais turísticas são áreas em que o turismo se manifesta sem ser uma atividade exclusiva.

As áreas funcionais turísticas simbolicamente são exclusivas dos visitantes, buscadas para efetivar a experiência turística e quase sempre são o foco da viagem (Hayllar *et al.*, 2011; Córdova, 2017). Reforçando o clichê no turismo da oferta focalizar e estruturar-se para atender aquilo que o turista deseja, mercantilizando para os que podem e têm poder de compra o desfrute da privilegiada experiência turística, não exclusiva, mas, dependendo do elemento da oferta disponível para poucos.

Do ponto de vista do planejamento do fenômeno turístico urbano, essas áreas são uniformes e para que a visitação funcione de forma contínua deve haver integração através de mobilidade, sinalização, comunicação turística e orientação por profissionais e meios tecnológicos adequados à realidade local, dentre outros aspectos de facilitação da experiência (Córdova, 2017; Asmelash; Kumar, 2019).

O interesse do turista pelo urbano não é um fenômeno tão recente assim. Historicamente o turismo é um fenômeno social da modernidade, que efetivamente inicia com o surgimento do capitalismo industrial e seus consequentes processos de industrialização e urbanização (Ashworth; Page, 2011; Ignarra, 2013). Um exemplo disso seriam os *Grand Tour* Europeus, nos séculos XVIII e XIX, experiências de viagem essencialmente burguesas dos filhos das famílias ricas para experienciar a cultura, música, literatura, história, arquitetura e arte de cidades europeias importantes. Essas viagens e seus atributos diversos e singulares contribuíram com que cidades europeias se tornassem destinos turísticos consolidados.

Quais seriam os diferenciais de uma cidade enquanto destino turístico? Considerando a oferta turística existe um número maior de equipamentos e serviços turísticos, como meios de hospedagem, empresas de A & B, transportes turísticos, que na semana são mais demandados pelos turistas. Em virtude da busca por destinos naturais nos períodos de fins de semana, estes elementos da oferta acabam sendo menos utilizados. Um outro ponto, é que as cidades em termos de experiências e até atrativos turísticos dispõe de uma diversidade maior, como museus, shopping centers, teatro, áreas verdes, parques, praças, dentre outros recursos. Fato que justificaria pensar a cidade enquanto um produto turístico capaz de atender a uma demanda maior e genérica.

Nessa perspectiva Hayllar *et al.* (2011, p. 3), afirmam sobre essa relação: “as áreas urbanas oferecem cenários sociais, culturais, físicos e estéticos sobre os quais a atividade turística pode se desenvolver [...].” A partir dos conceitos estudados, pode-se afirmar que as áreas funcionais turísticas urbanas são raras no Brasil, a exemplo do Pelourinho, em Salvador (BA) e do Recife Antigo, em Recife (PE). Na cidade de Parnaíba não existem essas áreas, mas pensando no campo do planejamento turístico e considerando que a cidade é um centro turístico

de distribuição para atrativos naturais locais, intermunicipais e inter regionais seria possível criá-las.

2.7 Turismo no Estado do Piauí

Do ponto de vista do turismo, a organização pública do setor inicia com a Lei de N° 3.077, no ano de 1971, que define a política estadual, cria o Conselho Piauiense de Turismo (CONPITUR) e a Empresa de Turismo do Piauí S/A (PIEMTUR) (Piauí, 1971). Na perspectiva dos autores, pode ter sido influenciado pela existência da Empresa Brasileira de Turismo do Brasil (EMBRATUR), no ano de 1966, que tinha como objetivo desenvolver políticas de turismo e melhorar a imagem do país no exterior.

Ao longo dos anos passou por mudanças ideológicas, estruturais e de finalidades decorrentes dos governos e/ou gestores estaduais no poder, de modo a reproduzir um modelo centralizado e desarticulado como nas gestões estaduais e federal brasileiras. Cabe contextualizar que a extinção da PIEMTUR ocorreu no ano de 2010, quando tinha como propósito promover e divulgar a atividade turística estadual (Piauí, 1971).

Historicamente foi só no ano de 2007, que se institucionalizou uma Secretaria de Estado do Turismo (SETUR/PI), localizada no município de Teresina - e que é responsável por coordenar a política setorial. Este modelo de gestão atende ao estabelecido quando da criação do Ministério do Turismo (MTUR), no ano de 2003, com a perspectiva da interiorização através do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) - Roteiros do Brasil.

O PRT é um programa proposto pelo MTUR, no segundo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2006 - 2010, em que são estabelecidas diretrizes políticas e operacionais para orientar o desenvolvimento turístico pautado na regionalização. Esse modelo de gestão é descentralizado, autônomo e participativo, uma vez que o governo federal estimula em estados e municípios por meio de órgãos colegiados a criação das regiões (Brasil, 2007).

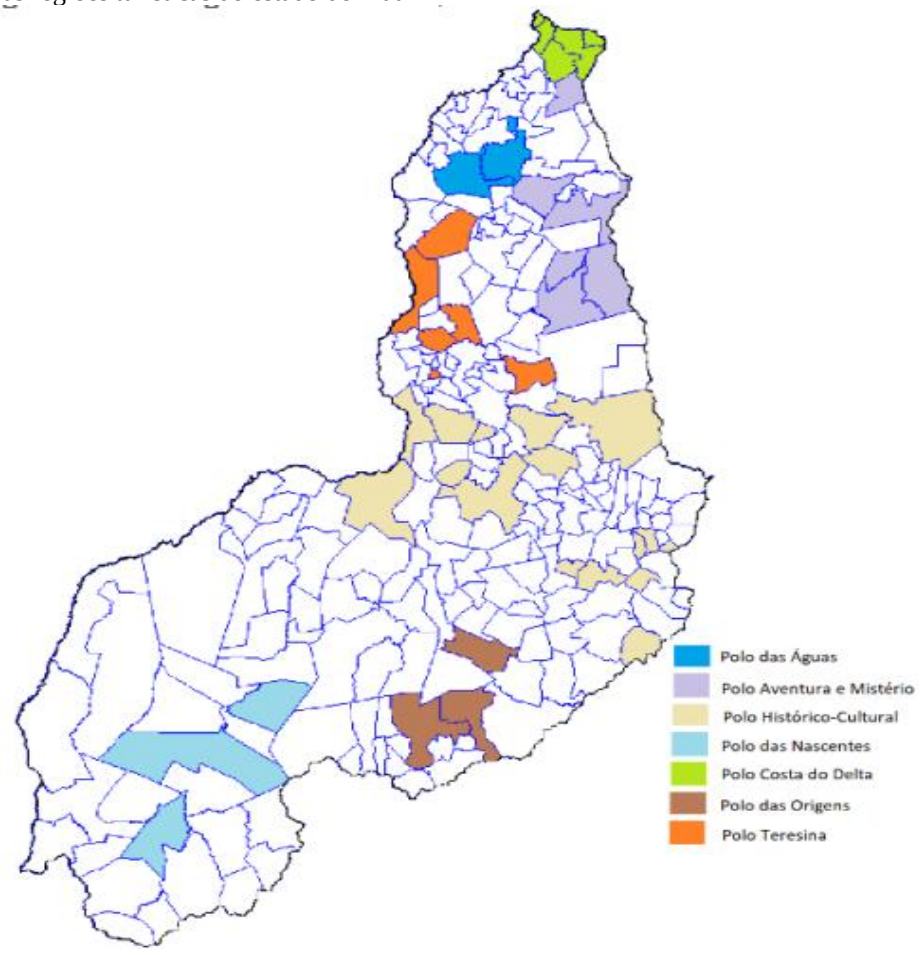
Aponta-se também, a criação da recente Lei de N° 8.177, de 2023, que institui o Sistema Estadual de Turismo, a Política Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Turismo (CET), as Governanças Regionais de Turismo, o Observatório da Inteligência Turística do Estado do Piauí e o Sistema de Incentivo Estadual ao Turismo (SIETUR) (Piauí, 2023). Ainda na perspectiva desta Lei, em seu artigo 6°, são instrumentos da Política Estadual: I - O Plano Estadual e outros de caráter estratégico; II - Os pareceres e recomendações do Conselho Estadual; III - As produções e pesquisas de relevância turística; e - IV - Os planos e programas de desenvolvimento que contemplem o setor nas diversas escalas geográficas (Piauí, 2023).

Destaca-se que o CET foi reativado em 2024, configurando-se como um órgão colegiado e de caráter consultivo, tendo como finalidade estabelecer diretrizes para formulação e execução da política.

A regionalização do turismo é materializada por meio do mapa do turismo brasileiro. No Estado do Piauí, no ano de 2024, constam quarenta e três municípios divididos em sete regiões e/ou polos turísticos (figuras 2.3 e 2.4), denominados de: Águas, Aventura e Mistério, Costa do Delta, Histórico Cultural, Nascentes, Origens e Teresina (quadro 2.3).

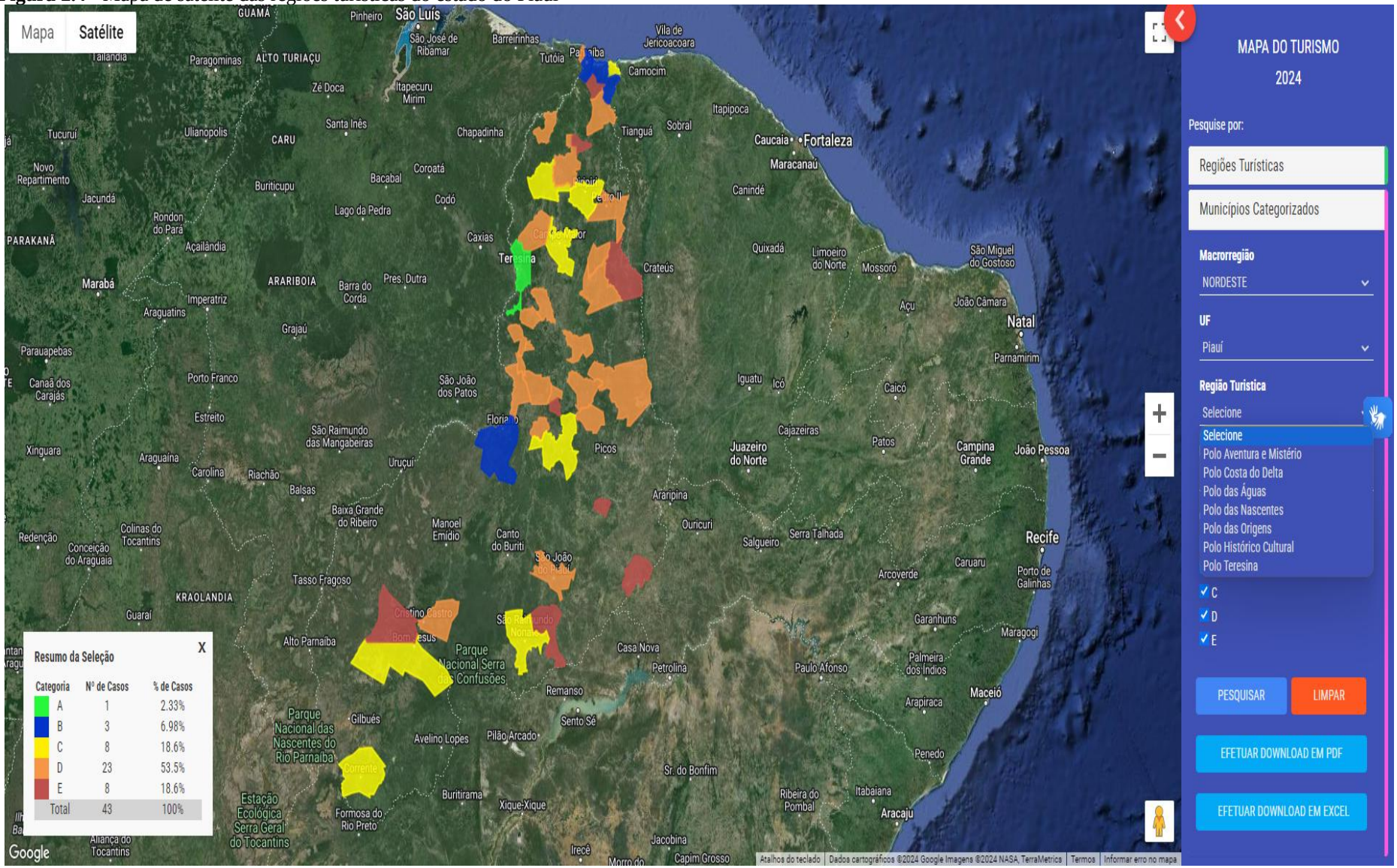
O Mapa do Turismo Brasileiro é uma ferramenta do PRT, legislada pela Portaria Ministerial de N° 41/2021, em que são definidas áreas territoriais a serem trabalhadas pelo MTUR. A metodologia se baseia na categorização (A, B, C, D e E), dos municípios tendo como critério o desempenho econômico em cinco variáveis, sendo: a) quantidade de estabelecimentos de hospedagem; b) quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem; c) quantidade de visitantes domésticos; d) quantidade de visitantes internacionais; e - e) arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem (Brasil, 2024).

Figura 2.3 - Mapa das regiões turísticas do estado do Piauí



Fonte: Strategia Consultoria Turística (2023), adaptado do MTUR (2023).

Figura 2.4 - Mapa de satélite das regiões turísticas do estado do Piauí



Fonte: Google imagens (2024), adaptado pelo autor (2024).

Cabe destacar que foi elaborado pela primeira vez um Plano Estratégico de Marketing Turístico (PEMT), com o objetivo de contribuir para o fomento do turismo sustentável, aumentando a competitividade e promovendo o crescimento dos negócios turísticos, a valorização da cultura e a conservação do meio ambiente (São Paulo, 2024). Este documento foi construído por uma empresa de consultoria, do estado de São Paulo, contratada no ano de 2023, pela SETUR/PI, de nome Strategia Consultoria Turística e que finalizou o proposto no ano de 2024. O foco do PEMT se concentrou na oferta de turismo dos Polos Costa do Delta, Teresina e das Origens, isso se justificou por serem áreas com atratividade turística expressiva e oferta técnica com estrutura, em municípios indutores do turismo nacional: Parnaíba, São Raimundo Nonato e Teresina (São Paulo, 2024).

Quadro 2.3 - Polos turísticos no estado do Piauí

Polos Turísticos	Municípios e Categorias
Águas	Barras (C), Batalha (D) e Luzilândia (D).
Aventura e Mistério	Buriti dos Montes (E), Castelo do Piauí (D), Cocal (D), Juazeiro do Piauí (D), Pedro II (D), Piripiri (C) e São José do Divino (E).
Costa do Delta	Bom Princípio do Piauí (E), Cajueiro da Praia (C), Ilha Grande (D), Luís Correia (B) e Parnaíba (B).
Histórico Cultural	Acauã (E), Amarante (D), Cajazeiras do Piauí (D), Floriano (B), Francinópolis (D), Inhuma (D), Oeiras (C), Pimenteiras (D), Regeneração (D), Valença do Piauí (D), Várzea Grande (E) e Vera Mendes (E).
Nascentes	Bom Jesus (C), Corrente (C), Cristino Castro (D) e Currais (E).
Origens	Coronel José Dias (E), São João do Piauí (D) e São Raimundo Nonato (C).
Teresina	Água Branca (D), Angical do Piauí (D), Beneditinos (D), Campo Maior (C), José de Freitas (D), Monsenhor Gil (D), Santa Cruz dos Milagres (D), São Pedro do Piauí (D) e Teresina (A).

Fonte: Mapa do Turismo Brasileiro (2024), adaptado pelo autor (2024).

O MTUR, o SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) deram início, em 2007, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, que passou, em 2010, a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional - 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico. A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade (Brasil, 2007).

2.8 Destino Turístico Parnaíba

Conceitualmente o local de interesse dos turistas, visitantes e excursionistas é nomeado de destino turístico. Segundo Ignarra (2013), esse conceito pode ser classificado a partir da amplitude territorial (quadro 2.4).

Aplicando estes aspectos conceituais a Parnaíba, destaca-se que o município está em uma região turística localizada em um território geográfico com áreas, atrativos e núcleos turísticos potentes. Tendo como principal roteiro de receptivo a Rota das Emoções, criado em 2005, pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e MTUR - entre os estados do Piauí, Ceará e Maranhão. Já foi premiado como melhor roteiro do Brasil, e em 2018, esteve finalista na 1° edição do Prêmio Nacional de Turismo, tendo concorrido nas categorias Inovação tecnológica no turismo e Avaliação do turismo.

Dentre os 14 municípios que integram a rota, Parnaíba é considerada também o portão de entrada por ter a maior e melhor infraestrutura básica e de apoio, bem como serviços turísticos de qualidade diversificada. Destaca-se que um dos principais atrativos é o Delta do Rio Parnaíba - PI, que junto com Jericoacoara - CE e os Lençóis Maranhenses - MA formam a região.

Quadro 2.4 - Classificação dos destinos turísticos

Classificação	Conceito
Área turística	Território circundante a um centro turístico que contém vários atrativos e estrutura de transportes e comunicações entre esses elementos e o centro.
Atrativo turístico	Recurso natural ou cultural que atrai o turista para visitação.
Centro turístico	Aglomerado urbano que tem em seu território ou em seu raio de influência atrativos turísticos capazes de motivar a visitação. Tipos: de distribuição, de estada, de escala e de excursão.
Circuito turístico	Área geográfica caracterizada pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, fortes fatores de atração e identidade criada entre os municípios que o compõem.
Cluster	Conjunto de atrativos de importante diferencial turístico, dotado de equipamentos e serviços de qualidade, com boa estrutura gerencial e concentrado em um espaço geográfico bem definido. Formam um produto único.
Complexo turístico	Atrativo turístico que já dispõe de certa infraestrutura de alimentação, hospedagem e entretenimento, mas que ainda não se constitui em centro urbano.
Conjunto turístico	Núcleo turístico que deixou de ser isolado dentro de um território, detentor de infraestrutura de serviços.
Corredor turístico	Vias de interrelação entre áreas turísticas, ou centros turísticos, ou portões de entradas das cidades e seus centros turísticos.
Núcleo turístico 1	Conjunto pequeno de atrativos isolados, em número inferior a dez, com fraca comunicação com outros conjuntos de atrativos.
Núcleo turístico 2	Lugar geográfico que gera turismo emissor ou receptor.
Polo turístico	Ponto central de uma área ou zona turística de onde o desenvolvimento turístico se faz.
Portão de entrada	Entrada e saída de turistas de uma zona turística.
Região turística	Referência espacial de produtos turísticos.
Unidade turística	Concentração menor de equipamentos destinados a apoiar a exploração de um ou mais atrativos.

Fonte: Ignarra (2018), adaptado pelo autor (2024).

A oferta turística do município de Parnaíba, tem se destacado pela ampliação em número e tipos de equipamentos e serviços turísticos existentes. No entanto, não existem estudos

técnicos como levantamento da oferta publicados e/ou que tratem desses dados relevantes ao planejamento do setor.

3 PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL[1]

URBAN PLANNING AND TOURISM DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITY OF PARNAÍBA, PIAUÍ, BRAZIL

PLANIFICACIÓN URBANA Y DESARROLLO TURÍSTICO EN EL MUNICIPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL

Resumo

Os processos de crescimento e desenvolvimento urbano do município de Parnaíba, Piauí, Brasil, suas consequências e relações com o turismo são marcados pela ausência de estudos científicos. Esta cidade média é conhecida como a capital do Delta do Rio Parnaíba, se destaca regionalmente por ser polo de Educação Superior. Sendo também, objeto de políticas públicas de turismo nacional, desde o início da década de 2000, pelo Ministério do Turismo (MTUR). Para tanto, definiu-se como objetivo analisar os planos diretores municipais focando nas diretrizes de turismo para compreender como esse é proposto no planejamento urbano local. Metodologicamente este estudo é de abordagem qualitativa e de natureza aplicada, quanto aos objetivos exploratório e descritivo, tendo como procedimentos levantamentos bibliográfico e documental. No que se refere à política urbana, em nível municipal, constatou-se que foram feitas proposições de dois governos anteriores à gestão atual. Sendo criados dois planos diretores - o primeiro por meio da Lei N° 2.296 de 2007; seguido por outro Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, em 2016. Quando comparados os documentos identificou-se aumento nas propostas de turismo, porém, com pouca efetividade em ações aplicadas no desenvolvimento turístico local. Compreendeu-se que analisar epistemologicamente estes aspectos nas políticas públicas urbanas colabora para o monitoramento e construção de agendas públicas alinhadas à gestão competitiva de destinos turísticos.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Turismo. Políticas públicas.

Abstract

The processes of urban growth and development in the municipality of Parnaíba, Piauí, Brazil, their consequences**,** and their relationship with tourism are marked by the lack of scientific studies. This medium-sized city is known as the capital of the Parnaíba River Delta and stands out regionally as a hub for higher education. It has also been the subject of national tourism public policies since the early 2000s, through the Ministry of Tourism (MTUR). The aim of this study was to analyze the municipal master plans, focusing on tourism guidelines, to understand how tourism is proposed in local urban planning. Methodologically, this study takes a qualitative approach with applied nature, and its objectives are exploratory and descriptive, utilizing bibliographic and documentary research procedures. Regarding urban policy at the municipal level, it was found that proposals were made by two administrations prior to the current government. Two master plans were created - the first through Law No. 2,296 of 2007; followed by another Sustainable Development Master Plan in 2016. When comparing the documents, an increase in tourism proposals was identified; however there was limited

[1] Artigo aceito na Revista de Turismo Contemporâneo (RTC), ISSN: 2357-8211, classificada com Qualis A4 em Ciências Ambientais e que será publicado no número 3, em dezembro de 2024 (Anexos A e B).

effectiveness in actions implemented for local tourism development. It was understood that epistemologically analyzing these aspects within urban public policies contributes to the monitoring and construction of public agendas aligned with the competitive management of tourism destinations.

Keywords: Urban planning. Tourism. Public policy.

Resumen
Los procesos de crecimiento y desarrollo urbano en el municipio de Parnaíba, Piauí, Brasil, sus consecuencias y relaciones con el turismo están marcados por la ausencia de estudios científicos. Esta ciudad de tamaño mediano es conocida como la capital del Delta del Río Parnaíba y se destaca regionalmente por ser un polo de Educación Superior. También es objeto de políticas públicas turísticas nacionales, desde principios de la década de 2000, por parte del Ministerio de Turismo (MTUR). Para ello, el objetivo fue analizar los planes directores municipales centrándose en directrices turísticas para comprender cómo se propone en la planificación urbana local. Metodológicamente, este estudio tiene un enfoque cualitativo y es de carácter aplicado, teniendo en cuenta objetivos exploratorios y descriptivos, utilizando como procedimientos encuestas bibliográficas y documentales. En cuanto a la política urbana, a nivel municipal, se encontró que las propuestas fueron hechas por dos gobiernos anteriores a la actual administración. Se crearon dos planes maestros: el primero mediante la Ley N° 2.296 de 2007; seguido de otro Plan Maestro de Desarrollo Sostenible, en 2016. Al comparar los documentos, se identificó un aumento en las propuestas turísticas, sin embargo, con poca efectividad en las acciones aplicadas al desarrollo turístico local. Se entendió que analizar epistemológicamente estos aspectos en las políticas públicas urbanas contribuye al seguimiento y construcción de agendas públicas alineadas con la gestión competitiva de los destinos turísticos.

Palabras clave: Planificación urbana. Turismo. Políticas públicas.

3.1 Introdução

O planejamento urbano é uma maneira de projetar com intencionalidade o desenvolvimento e crescimento nas cidades, materializando em ações as diretrizes contidas nos instrumentos organizacionais e jurídicos da política urbana. Um desses instrumentos no Brasil é o plano diretor, que contém determinações de ordem metodológica e operacional regulamentadas pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001; Brasil, 2005; Caetano; Rosaneli, 2019).

Em escala internacional, aponta-se a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (DS), plano de ação estabelecido pela Cúpula das Organizações das Nações Unidas (ONU), composto por 17 Objetivos de DS (ODS) e 169 metas para erradicação da pobreza extrema, tida como o maior desafio global. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015), a preocupação da ONU com o crescimento urbano e a expansão das cidades é explicitada, especificamente, no ODS de número 11, que aborda o uso de informações para o planejamento e a gestão urbana.

O fato de existir um objetivo é suficiente para demonstrar que a preocupação não tem uma escala apenas brasileira, mas mundial. Isso significa que devem ser construídas experiências locais, regionais e nacionais; além de conhecer as de outros países que podem vir a ser modelos de reprodutibilidade conforme às características sociais, ambientais, econômicas e culturais de cada território brasileiro.

Nos grandes centros urbanos a expansão espacial descontrolada, o crescimento econômico e a concentração de renda são produtos da urbanização impulsionados pelo capitalismo industrial e financeiro (Harvey, 2005, 2014), ofuscando a participação de atividades comerciais e de serviços no Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, que geram menos pressão ao meio ambiente. O turismo, do ponto de vista econômico, se enquadra na prestação de serviços e tem sido visualizado como protagonista no fomento do desenvolvimento local de territórios médios e pequenos, desde que devidamente planejado (Fernández, 2020; Moraes Conceição, 2020).

No presente estudo, o turismo será problematizado enquanto um fenômeno social e atividade econômica, cujas interfaces dialogam com as questões socioambientais, urbanas e políticas. Aponta-se o estado do Piauí, região Nordeste do Brasil, que tem como capital o município de Teresina. Segundo a Superintendência de Pesquisas Econômicas e Sociais da Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí (Fundação Cepro, 2020), economicamente, o Piauí tem a predominância da administração pública, seguida dos serviços e de uma reduzida atividade industrial e/ou agroindustrial que pouco contribui.

No turismo, segue a mesma linha de outros estados nordestinos ocorrendo mais no litoral, denominado de Polo Costa do Delta, uma das sete regiões turísticas com a prevalência do Turismo de Sol e Praia sazonal e concentrador de fluxos (Brasil, 2006, 2010a, 2010b). Integram este polo os municípios de Bom Princípio do Piauí, Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba, sendo esse objeto do estudo.

Parnaíba é classificado no mapa do turismo nacional de 2024, como de categoria B, o que indica reconhecida vocação para desenvolver a atividade. O município é o segundo maior do estado, em número de habitantes, apresentando população de 162.159 pessoas, área territorial de 436,907 km² e densidade demográfica de 371,15 hab/km² (IBGE, 2022). Ao se comparar estes dados com os do censo de 2010, em que a população era de 145.705 pessoas, observa-se um gradativo crescimento nos últimos catorze anos.

Em 2020, apresentou PIB per capita de R$ 17.014,59, maior de sua região geográfica imediata no estado (IBGE, 2020). Do ponto de vista da hierarquia urbana é considerado um centro sub-regional A (3A). Este indicador qualifica a centralidade com a atração que exerce

na população de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços, além do nível de articulação territorial, por estar inserido em atividades de gestão pública e empresarial (IBGE, 2020). Parnaíba recebe visitantes dos municípios piauienses vizinhos e dos estados do Ceará e Maranhão, por motivos de trabalho, oferta de serviços de saúde, educação, lazer e turismo, legitimando o município como um centro sub-regional.

Os recentes processos de crescimento e desenvolvimento urbano do *lócus* da pesquisa, suas consequências e a relação com o turismo é uma lacuna que carece de análises científicas. Uma vez que esta área é objeto de políticas públicas de turismo nacional, desde a década de 2000, pelo Ministério do Turismo (MTUR) e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR). Além de ter sido alvo da proposição de dois planos diretores municipais, nos anos de 2007 e 2016, que especificam aspectos urbanísticos gerais esperados para o território, ao longo de um determinado tempo.

A partir do exposto, pretende-se analisar os planos diretores do município de Parnaíba, com foco nas diretrizes de turismo para compreender o planejamento urbano local desse setor, discutindo os aspectos propostos nos documentos.

3.2 Planejamento do Espaço Urbano e a Política Urbana

Compreender as cidades em toda sua complexidade exige que seja conceituada a categoria geográfica de espaço. Na visão de Santos (1996, 2004), é o conjunto de formas representativas do passado e presente representado por uma estrutura de relações sociais através de processos e funções. A constituição destes espaços se dará por ações naturais ou motivadas pelo planejamento, processo de tomada de decisão para atender objetivos pretendidos ao conceito de cidade desejada e sustentável (Tschoke *et al.*, 2011; Figueiroa; Scherer, 2016; Caetano; Rosaneli, 2019).

Fernandes (2015, p. 6) destaca que: “o planejamento dos espaços urbanos deve levar em consideração aspectos tangíveis e intangíveis [...], compreender as pessoas que ali vivem, como se relacionam com o espaço [...]”. Isso reforça pensar a cidade relacionando o meio ambiente e a sociedade, elementos que se complementam e precisam estar em equilíbrio para o desenvolvimento com foco na sustentabilidade.

A promoção da qualidade de vida no contexto das cidades consiste em uma das finalidades do planejamento. Este indicador pode ser aferido qualitativamente, com elementos da infraestrutura e de serviços que certificam o atendimento das expectativas e necessidades individuais e coletivas dos moradores locais (Corrêa, 2004; Fernández, 2020).

Neste sentido, a gestão pública deve atender às necessidades primordiais da população, colocando-se como mediadora no conflito social pelo solo urbano. Dessa integração surge a ideia de planejamento participativo, no qual as decisões são tomadas democraticamente, em que o profissional não assume mais o papel de autor do planejamento, mas de condutor do processo para que o debate público se faça efetivo (Maricato, 2003, 2006).

Na Constituição Federal (CF), de 1988, em seu capítulo II, título VII, nos artigos de N° 182 e 183, é abordada a política urbana. Pela constituição, então, é de competência dos municípios a responsabilidade pela execução do desenvolvimento urbano local, sendo possível a cooperação de associações representativas nas ações propostas e de articulações com o governo federal (Camargo; Moraes, 2015; Caetano; Rosaneli, 2019).

O plano diretor, elemento do planejamento urbanístico, se apresenta como um instrumento básico e responsável pela implementação da função social da propriedade (Brasil, 2001; Rezende; Ultramari, 2007), possibilitando a sistematização do progresso físico, econômico e social, visando o bem-estar da comunidade local.

Ainda na Constituição de 1988, em seu artigo de N° 182, afirma-se que, "a política executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais em lei, têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade [...]" (Brasil, 1988, p. 115). Conforme exposto, percebe-se que a abordagem dessa temática na constituição, instrumento legítimo da democracia, garante aos cidadãos o conhecimento de seus direitos e deveres e da atuação do Estado na promoção destes.

Devido à necessidade de institucionalização da política urbana para condução do planejamento e objetivando minimizar os problemas encontrados nas cidades foi instituída, no ano de 2001, a Lei Nº 10.257, mais conhecida como Estatuto da Cidade, que estabelece "as diretrizes gerais da política urbana objetivando principalmente o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia ao direito a cidades sustentáveis" (Brasil, 2001, p. 9). Estas diretrizes orientam para a formulação de um planejamento participativo descentralizado, orientado pelo plano diretor (Fernandes; Lacay; Gândara, 2016; Lopes *et al.*, 2017).

Com o fortalecimento da política urbana, a partir da criação do Estatuto da Cidade, a ideia de tornar os planos menos técnicos, descentralizados e participativos, contribuiu para que esses tivessem mais efetividade por meio de ações implementadas (Fernandes *et al.*, 2016; Caetano; Rosaneli, 2019). Portanto, as principais diretrizes que balizam esses documentos são: função social da cidade e da propriedade urbana; gestão democrática; justa distribuição; recuperação da valorização imobiliária; desenvolvimento urbano e garantia de direito a cidades sustentáveis (Brasil, 2005; Lopes *et al.*, 2017).

3.3 O Plano Diretor como Instrumento de Ordenamento Turístico

O plano diretor esboça o planejamento das cidades permitindo que os gestores públicos possam colocar em prática o desejado para construir um território organizado e menos desigual. De acordo com Rezende e Ultramari (2007, p. 263), "os princípios que norteiam o plano diretor estão contidos no Estatuto da Cidade, [...] instrumento para orientar a política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana [...]".

Segundo Decarli e Ferrareze Filho (2008, p. 35), o plano é "[...], previsto de estruturar o planejamento do território municipal como um todo, bem como fazer valer demais instrumentos que o próprio Estatuto estabelece." Ainda na perspectiva desses autores, "[...] é um instrumento criado para permitir a participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos, uma vez que para sua efetivação é fundamental a participação popular" (Decarli; Ferrareze Filho, 2008, p. 35).

O plano diretor deve ser visto como uma ferramenta adaptável à dinâmica da cidade onde é aplicado, possibilitando as alterações necessárias, e, ainda, garantindo a participação da população. O poder público deve buscar o atendimento das necessidades de todos os cidadãos assegurando uma gestão democrática. Para certificar o desenvolvimento urbanístico sustentável é necessário projetar e equilibrar as dimensões da sustentabilidade: cultural, social, política, econômica, ambiental e institucional (Camargo; Moraes, 2015).

Entre os critérios que exigem a elaboração do plano diretor pelos municípios, destacam-se: cidades com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integrantes de áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental, na região ou no país (Brasil, 2001; Brasil, 2005). Como visto, o plano diretor se qualifica como documento de planejamento municipal, que objetiva contemplar as orientações para o desenvolvimento das cidades, garantindo qualidade de vida para a população e de outras questões significativas da produção e transformação do espaço (Fernandes *et al.*, 2016; Lazzaretti; Sehnem; Bencke, 2019).

Em se tratando de locais de interesse turístico a concepção é significativa para o melhor ordenamento da atividade, uma vez que, nesse documento vão estar contidos mecanismos de projeção e controle do desenvolvimento turístico municipal. Estudos de Tonini, Lavandoski e Barretto (2011); Domareski-Ruiz, Fernandes e Gândara (2014) e Fernandes *et al.* (2016) trazem essa relação, reforçando os impactos negativos do crescimento turístico desordenado, capaz de

descaracterizar a paisagem, degradar os recursos naturais e descontruir o ambiente urbano dos destinos visitados.

Conceitualmente o turismo enquanto atividade socioeconômica do setor de serviços envolve outras complementares, como, hospitalidade, agenciamento e transportes, entretenimento na efetivação de sua cadeia produtiva. Essa atividade corresponde ao deslocamento voluntário de indivíduos de seu local de residência para outra localidade, por tempo determinado e por motivações diversas como, lazer, participação em eventos, negócios, entre outros (Beni, 1997; Cooper, 2007; Ignarra, 2013).

Visto como agente transformador e organizador de sociedades e de ordenamento de territórios, o turismo se apropria dos espaços e com isso impulsiona transformações que implicam no aprimoramento destes, para espaços turísticos (Barretto, 2006; Cooper, 2007). Do ponto de vista estrutural, são criados conjuntos "de bens e serviços [...] responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, [...]: atrativos turísticos, meios de hospedagem, transportes, serviços de alimentação, entre outros serviços [...]" (Fernandes, 2015, p. 2).

Portanto, pensar o turismo de forma planejada e tornar a atividade reconhecida como construtiva para o desenvolvimento local, é proporcionar o bem-estar e satisfação da população residente primeiramente, para poder atender ao turista com qualidade. Assim, "o planejamento turístico consiste no ordenamento de medidas sobre o território [...], evitando ou minimizando os possíveis efeitos negativos da atividade turística, nos espaços onde estes incidem" (Fernandes, 2015, p. 2).

A questão principal é que a maioria dos gestores não está disposta ou não consegue compreender a importância de suas ações localizadas no delineamento da sustentabilidade de longo prazo de um destino turístico. Todo crescimento e consolidação do turismo como atividade econômica e social, bem como, as oportunidades de desenvolvimento que propicia aos territórios foram ampliadas (Barretto, 2006; Bissoli, 1999; Ignarra, 2013). Todavia, este se tornou mais complexo e requer uma visão holística para se conhecer suas dimensões e crescimento, bem como, consequências futuras.

3.4 Metodologia

Esse estudo é de abordagem qualitativa e natureza aplicada. Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, tendo como procedimentos os levantamentos bibliográfico e documental. Os levantamentos bibliográficos foram realizados em livros, bases de dados: *SciElo,* Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(Capes), do Ministério da Educação (MEC) e no *ScienceDirect*; e em teses com as palavras-chave: planejamento urbano, política urbana, plano diretor, planejamento do turismo, política de turismo e turismo em cidades (Ashworth; Page, 2011), nos idiomas inglês, português e espanhol.

Quanto ao levantamento documental, buscou-se políticas públicas em todos os níveis que incidem na área de estudo, a exemplo do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do Ministério do Turismo (MTUR) (2013) e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) (2002, 2012). Além da análise de conteúdo dos dois planos diretores do município de Parnaíba, um de 2007 e o outro de 2016, para obtenção de dados primários sobre aspectos de gestão, geográficos, zoneamento do uso do solo, planejamento urbano e ambiental, infraestrutura e turismo, esse último analisado e discutido para compreensão dos rumos propostos para o planejamento no setor (Parnaíba, 2007, 2016).

3.5 Análise e Discussão dos Resultados

No que se refere à política urbana, em nível municipal, foram feitas proposições de dois governos anteriores à gestão atual eleita no ano de 2016, que está no segundo mandato. Sendo dois planos diretores, o primeiro, criado por meio da Lei N° 2.296 de 2007 (Parnaíba, 2007), seguido por outro de 2016, denominado de plano diretor de Desenvolvimento Sustentável (Parnaíba, 2016). Foi observado que houve demora em propor esse tipo de política, uma vez que, somente seis anos após a criação do Estatuto da Cidade, em 2001, é que um plano foi publicado. No entanto, o segundo veio nove anos após, respeitando o tempo de revisão recomendado no Estatuto em seu Art. 39, § 3°: “a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” (Brasil, 2001).

Para uma análise detalhada e comparativa dos aspectos de turismo de cada plano, apresentam-se os quadros 3.1 e 3.2. No quadro 3.1 estão em destaque todas as diretrizes do documento de 2007, sendo que na primeira coluna constam os títulos das seções e na segunda os respectivos artigos.

Quadro 3.1 - Aspectos de turismo no plano diretor do município de Parnaíba, Piauí, 2007

Seção	Plano diretor 2007
Capítulo I - Da Política Municipal de Desenvolvimento	Art. 3° - O objetivo central da política é: Constituir-se, no setor terciário, em centro de produção de conhecimento e em centro microrregional do turismo de lazer, de natureza e agroecoturismo.
Capítulo III - Das Linhas Estratégicas	Art. 7° - II - Apoiar o desenvolvimento de uma economia forte e diversificada, voltada para a agropecuária, a agroindústria, o comércio regional também de exportação e o turismo.
Seção I - Do Desenvolvimento Econômico	Art. 9° - IV - Estabelecimento de parcerias intermunicipais e de consórcios municipais para a solução de problemas comuns, particularmente com a otimização de recursos humanos e financeiros: b) no turismo intermunicipal.
Seção I - Do Desenvolvimento Econômico	Art. 10º - O desenvolvimento de uma economia forte e diversificada, voltada para a pecuária, agroindústria, o comércio regional e de exportação e o turismo, será efetivado, entre outros meios, mediante: XII - Capacitação dos recursos humanos nas áreas da administração turística; XIII - Implementação do Plano Integrado do Turismo Costeiro.
Seção II - Da Preservação Ambiental	Art. 11° - A proteção e a valorização do meio ambiente natural e construído, particularmente aqueles de apelo turístico; III - Integração da Cidade de Parnaíba com os atrativos turísticos e paisagísticos do entorno.
Seção VI - Da Gestão Municipal e Urbana	Art. 15° - V - Modernização administrativa da Prefeitura Municipal, a partir da promoção dos setores alinhavados nas linhas estratégicas como importantes para o desenvolvimento do Município (agropecuária, turismo, formação de recursos humanos nestas áreas).
Capítulo VI - Dos Programas e Projetos Especiais de Urbanismo	Art. 33° - Programa de desenvolvimento do turismo.
Capítulo XIV - Da Transferência do Direito de Construir	Art. 57° - IV - Exercer função agrícola ou agroturística essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão gestor da agricultura ou de turismo.

Fonte: Parnaíba (2007), adaptado pelo autor (2024).

Logo no Capítulo I, intitulado “Da Política Municipal de Desenvolvimento”, em seu artigo 3°, que trata do objetivo central, têm-se como um deles que a cidade seja um “centro microrregional de segmentos do turismo de lazer, natureza e agroecoturismo” (Parnaíba, 2006, p. 3). Administrativamente, existem organizações públicas, a exemplo da Superintendência Municipal de Turismo e do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), ambos ativos, porém, não foram identificados planos, programas e projetos de responsabilidade municipal, com foco no setor ou em desenvolver os segmentos sugeridos. Configurando que a gestão está desalinhada com este aspecto do plano, além de não seguir os critérios e documentos técnicos do MTUR e estudos acadêmicos que debatem o planejamento turístico.

Cabe destacar que mercadologicamente Parnaíba é denominada de Capital do Delta do Rio Parnaíba (figura 3.1), principal atrativo turístico do Polo do qual faz parte, possuindo características que a qualificariam como um Centro Turístico (CT), pois segundo Boullón (2001, p. 69-70) se refere a um “[...] conglomerado urbano que conta, em seu próprio território, ou dentro de seu raio de influência, com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística”. Ainda com base na perspectiva do autor, também, poderia ser

classificada como um centro turístico de distribuição, em que o turista se estabelece de um a três dias, para conhecer os atrativos próximos (Boullón, 2001). A exemplo das praias de Atalaia, Peito de Moça, Coqueiro, Barramares, Arrombado, Maramar e Macapá, localizadas no município de Luís Correia, e as praias de Barra Grande, Barrinha, Cajueiro e Morro Branco, situadas no município de Cajueiro da Praia.

Figura 3.1 - Fotografia de letreiro do Delta do rio Parnaíba e do roteiro Rota das Emoções, localizado no Porto das Barcas, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No referente às características do setor, identificou-se que os fluxos apresentam sazonalidade, com meses de alta temporada entre dezembro a fevereiro, julho e, também, em feriados prolongados. No entanto, não há levantamentos de demanda de turistas e visitantes contemplando o perfil e/ou as motivações da viagem, o que acaba por limitar ações de planejamento e desqualificar Parnaíba como centro microrregional de turismo, uma vez que os fluxos não são mensurados. O último estudo de demanda foi feito pela Secretária de Estado do Turismo (SETUR/PI), em 2013, ou seja, a mais de uma década, denotando a ausência de planejamento igualmente em nível estadual.

Aponta-se que foi divulgado no segundo semestre de 2024, um relatório síntese do inventário da oferta que ainda será publicado, nele são identificados equipamentos, serviços e atrativos que atendem aos segmentos de interesse. Esses dados contribuem para a efetividade do proposto no Capítulo III, das Linhas Estratégicas, artigo 7°, que aponta o turismo como um dos pilares para diversificar a economia local. Corroborando com o exposto, de acordo com o último informe sobre o PIB do estado do Piauí, de 2021, o setor de Serviços é o grupo com maior participação na economia, representado pela Administração, defesa, educação e saúde

públicas e seguridade social, que consistem na atividade econômica de maior participação e peso no Estado. Ademais, assim como ocorre em nível estadual, no município de Parnaíba a atividade turística apresenta baixa participação no PIB, quando comparada a outros municípios médios de diferentes estados da região Nordeste. De acordo com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR, 2023), um dado reforçador disso é o Piauí ser a 26° unidade da federação em chegada de turistas internacionais, no ano de 2023.

Na Seção I, denominada "Do Desenvolvimento Econômico", especificamente, no Art. 9°, foi sugerido o "estabelecimento de parcerias intermunicipais com a otimização de recursos humanos e financeiros" para atender ao turismo nesses territórios (Parnaíba, 2007, p. 4). O fato de no ano 2006, ter sido criado um curso de Bacharelado em Turismo, no antigo *campus* da Universidade Federal do Piauí (UFPI), atenderia a perspectiva da qualificação profissional. Destaca-se, ainda, que no mesmo período, organizações públicas, privadas e mistas, como: o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/PI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/PI) e Serviço Social do Comércio (SESC/PI) passaram a ofertar cursos de qualificação. No entanto, apesar de não haver dados, empiricamente foi observado que houve pouca inserção no mercado de trabalho local e regional, dos profissionais frutos dessas iniciativas.

Ainda na Seção I, em seu Art. 10º (Parnaíba, 2007, p. 5), foi proposto o desenvolvimento de uma economia forte e diversificada, apoiada em vários setores, entre eles o turismo, ressaltando alguns meios, como: "XI - recuperação e valorização dos patrimônios arquitetônicos, urbanísticos e ambientais, particularmente o Centro Histórico da Cidade de Parnaíba; XII - capacitação dos recursos humanos nas áreas da administração turística; XIII - implementação do Plano Integrado do Turismo Costeiro."

O conjunto histórico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2008, tem cerca de 830 imóveis divididos em seis setores: Porto das Barcas, Praça da Graça (figura 3.2), Praça Santo Antônio, Estação Ferroviária, Avenida Getúlio Vargas (figuras 3.3 e 3.4) e Arquitetura Tradicional Popular (IPHAN, 2008).

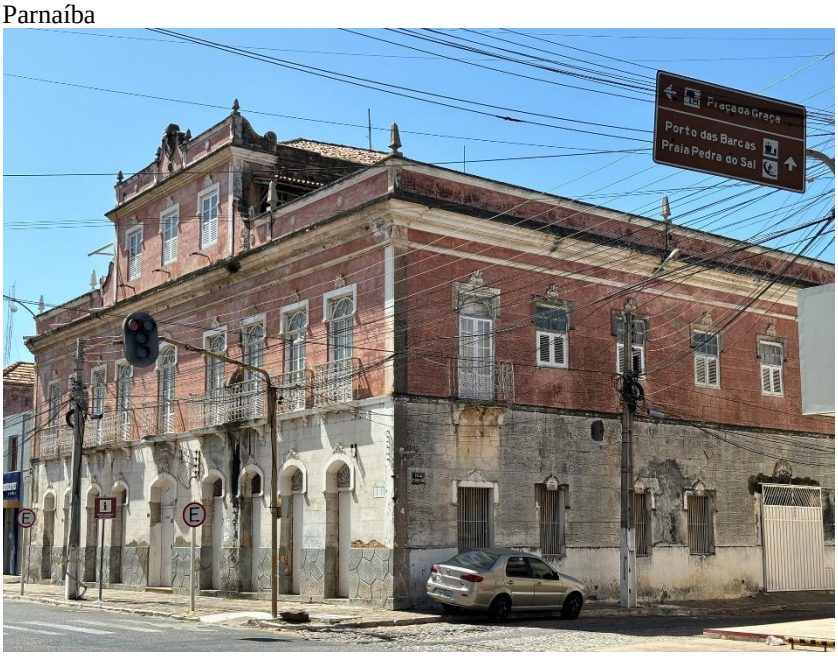
Figura 3.2 - Fotografia da catedral setecentista de Nossa Senhora da Graça, localizada na Praça da Graça, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Em relação a esse segundo aspecto, problematiza-se o fato de o centro histórico ter recursos culturais subestimados turisticamente e com construções em situação de abandono. Apesar da riqueza estética e histórica; do reconhecimento enquanto patrimônio material e de ter exemplares de arquitetura com características do urbanismo português.

Figura 3.3 - Fotografia de sobrado do século XIX da Casa Inglesa, localizado na avenida Presidente Getúlio Vargas, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 3.4 - Fotografia da Casa dos Azulejos, localizada na avenida Presidente Getúlio Vargas, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ainda nesta perspectiva, foi criado um Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) com ênfase no Polo Costa do Delta, em 2010. Contudo, é válido destacar que a criação, não necessariamente, vem acompanhada da implantação e/ou efetividade das ações propostas no documento.

Destaca-se que na Seção II, "Da Preservação Ambiental", em seu Art. 11°, foi abordada a proteção e a valorização do meio ambiente natural e construído, de apelo turístico. Sendo ressaltada, também, a "integração da Cidade de Parnaíba com os atrativos turísticos e paisagísticos do entorno" (Parnaíba, 2007, p. 5). Sobre a preservação ambiental, aponta-se que existem organizações e legislações que buscam contemplar estes aspectos, como a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Quanto aos atrativos do entorno, informa-se que podem ser acessados pela BR-343, rodovia que tem 606 km pavimentados e que corta o Piauí de Norte à Sul.

Foi orientado também a: "VI - Particularmente, recuperação, preservação e conservação do patrimônio histórico e culturalmente relevante, não só enquanto edifícios isolados, mas também enquanto ambiências (Parnaíba, 2007, p. 6)." Problematizou-se sobre a ausência de ações nesse campo do patrimônio, porém, há uma atuação significativa do governo na construção e ampliação de ruas, praças, espaços urbanos e equipamentos de lazer. Tal fato, acaba por ser motivo de reconhecimento coletivo de que há desenvolvimento nesse indicador.

No item VI - “Da Gestão Municipal e Urbana”, em seu Art. 15°, foi proposto a “modernização administrativa da Prefeitura Municipal, a partir da promoção dos setores alinhavados nas linhas estratégicas como importantes para o desenvolvimento do Município (agropecuária, turismo, formação de recursos humanos nestas áreas) (Parnaíba, 2007, p. 10).” O fato de haver organismos públicos de turismo de iniciativa municipal não configura modernização administrativa, pois estes são obrigatórios para que prefeituras tenham acesso a políticas de financiamento nas esferas federal e estadual.

O Guia de Indicadores para a Gestão Pública, do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), afirma que as cidades precisam construir políticas públicas por meio de indicadores para que os gestores públicos, a iniciativa privada e a população civil possam perceber os rumos tomados no desenvolvimento. A cidade de Parnaíba tem pontuação de 46,60, considerada baixa em se tratando do atendimento aos ODS da ONU, estando ranqueada na posição 2.771, a nível nacional (Instituto Cidades Sustentáveis, n.d.).

Ao analisar o Capítulo VI, que trata dos Programas e Projetos Especiais de Urbanismo, em seu Art. 33°, sobre Programa de desenvolvimento do turismo. Não foi identificado nenhum programa específico proposto pela gestão turística local. Dessa forma, conclui-se que existe uma reprodução do que ocorre em outros municípios do Piauí, Nordeste e Brasil, que é a ausência de políticas públicas do território em que se pretende desenvolver a atividade turística de forma organizada. Com isso, relega-se o setor a uma posição de desprestígio, por considerá-lo uma diretriz secundária quando comparada a outras, como saúde e educação, bem como onerosa para a gestão (Ignarra, 2013).

No Capítulo XIV foi abordada a Transferência do Direito de Construir, em que no Art. 57° trata sobre “Exercer função agrícola ou agroturística essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão gestor da agricultura ou de turismo” (Parnaíba, 2007, p. 21). Ao estar relacionado com um dos objetivos desse documento, a proposição dialoga no sentido da intencionalidade. Porém, apesar de haver potencialidade para se desenvolver esse tipo de turismo, não foram observadas ações efetivas em prol disso.

No quadro 3.2 estão em destaque as diretrizes relevantes de turismo do documento de 2016, onde na primeira coluna constam os títulos das seções e na segunda os respectivos artigos.

Quadro 3.2 - Aspectos de turismo no plano diretor do município de Parnaíba, Piauí, de 2016

Seção	Plano diretor 2016
2.1 Proposta da Estrutura do Município e Estrutura Urbana da Cidade	Uma área de interesse ambiental, junto à faixa inundável na margem direita do rio Parnaíba, terá seus parâmetros de uso e ocupação no correspondente Código Ambiental, a ser produzido. (...). Recomenda-se ocupação pouco urbana, a partir de vilas e aldeias para pescadores e agricultores. Neste ponto, junto à lagoa da Prata, seriam autorizados, excepcionalmente, equipamentos de turismo e lazer (...).
2.1 Proposta da Estrutura do Município e Estrutura Urbana da Cidade	Uma área de interesse ambiental que delimita as margens da Lagoa do Portinho, do Bebedouro e da Prata.
2.1 Proposta da Estrutura do Município e Estrutura Urbana da Cidade	Uma área rural de interesse ambiental, correspondente à faixa litorânea junto às praias. Outros 02 (dois) pontos e acesso em trechos intermediários entre a Pedra do Sal (um acesso existente) e um acesso mais direto à cidade de Parnaíba que, saindo por trás do aeroporto, chegará ao litoral de forma imediata. Entre a Pedra do Sal e esse ponto de acesso ao aeroporto se instalarão uma série de quiosques e equipamentos leves de apoio como forma de intensificar o uso para lazer e turismo.
4.1.7 Programa de Desenvolvimento do Turismo	Deverá estar inserido nas propostas do Governo do Estado para o Turismo do Litoral. Deverá ser elaborado com participação de técnicos de todas as secretarias envolvidas (Turismo, Cultura, etc.), assim como membros das instituições ambientais (IBAMA, etc.), com representantes das comunidades envolvidas. Deverá levar em consideração todas as modalidades possíveis de turismo, dentre as quais merecem particular destaque: a modalidade do turismo cívico/cultural (aproveitando a existência do patrimônio histórico e cultural), do turismo rural, do ecoturismo (aproveitando a existência das áreas de interesse ambiental, assim como a APA do Delta do Parnaíba e outras) e o turismo de recreação e lazer (aproveitando as ofertas paisagísticas e do litoral, com suas praias). (...).
4.2.1 Projeto de Preservação do Porto das Barcas	Inserido no Programa de recuperação, restauração e preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, acima citado e descrito, tem como objetivo o resgate cultural da cidade de Parnaíba, assim como o incentivo à modalidade do turismo histórico e cultural. (...).
4.2.2 Projeto de Preservação da antiga Área Central	Inserido no Programa de recuperação, restauração e preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, visa o resgate cultural da cidade de Parnaíba, assim como o incentivo à modalidade do turismo histórico e cultural (projeto em curso). No centro antigo da cidade de Parnaíba, e como primeira área de expansão do Porto das Barcas existe ainda uma série substantiva de edificações que são testemunhos da história da região, com isso devem ser preservados. Existem, concomitantemente, traçados e ambiências urbanas típicos das cidades coloniais, que também devem ser conservados, como largos, praças e ruas estreitas. (...).
4.2.4 Projeto do Centro de Convenções/Museus/Aquário	O projeto do Centro de Convenções, museus, aquário e edificações/ atividades outras, complementares, visa ir ao encontro de diretrizes formatadas integradas a propostas do Governo do Estado e do Governo Federal. No mesmo, tinha-se colocado como necessidade/aspiração da comunidade e de interesse para uma política de incentivo ao turismo a construção de parques temáticos com estas características. (...). Além de prestigiar o turismo, Parnaíba terá um local para realização de eventos, feiras e incentivos aos negócios, principalmente na área de turismo e de agricultura. As diretrizes são: promover o turismo cultural e político; incentivar o turismo no eixo Maranhão/Piauí e Ceará; (...).
4.2.5 Projeto de área para atividades geradoras de poluição sonora	(...). As diretrizes menos explícitas do Plano citado referem-se a um conjunto de atividades de abrangência regional, a serem criadas com objetivos turísticos, e referentes a corridas de carros, competições de motocross, bicicross, cross-country e tantas outras modalidades, para as quais existem demandas e público suficiente (...). Sem dúvida que o público interessado viria do âmbito microrregional, funcionando claramente como mais um evento consolidador de políticas vinculadas ao turismo, neste caso, de recreação e lazer.

4.2.8 Projeto da área da Lagoa do Portinho	(...) Um dos cartões postais do município de Parnaíba, deverá ser revitalizada, em toda sua extensão, para a partir dessa revitalização, ser organizada com equipamentos de recreação e lazer, com bares e restaurantes de apoio, clubes, pousadas, etc. (...).
4.2.9 Projeto da área da Lagoa da Prata	(...) Apresenta um potencial semelhante a área do Portinho, que poderá ser consolidada a partir da organização de equipamentos de recreação e lazer, com bares e restaurantes de apoio, clubes, pousadas, etc. (...).

Fonte: Parnaíba (2016), adaptado pelo autor (2024).

Com base nos estudos feitos no plano diretor de 2016, foi observado que a equipe técnica realizou o diagnóstico e prognóstico, a partir do plano anterior e das audiências públicas com a população parnaibana. Também, foi exposto que foram seguidas as etapas de aprovação, implementação, execução e monitoramento. Na perspectiva do turismo, percebeu-se a repetição da existência de apenas um programa, denominado de Programa de Desenvolvimento do Turismo, além de em outros trechos do documento serem mencionados projetos urbanos turísticos locais (Parnaíba, 2016). Quando comparada a proposta de 2007, percebe-se que houve mais atenção para a relevância do setor no planejamento da cidade. Portanto, devido à alta quantidade de dados optou-se por discutir os aspectos que têm relação mais direta com o planejamento turístico local.

No item 2.1, denominado de “Proposta da Estrutura do Município e Estrutura Urbana da Cidade” - foram estabelecidas proposições para divisão em área urbana e rural, a primeira engloba limites inundáveis junto à margem direita dos rios Parnaíba e Igaraçu, além das margens das Lagoas do Portinho, Bebedouro e da Prata; a segunda corresponde à faixa litorânea junto às praias. De acordo com o documento, na área urbana com ênfase à Lagoa da Prata seriam feitos excepcionalmente equipamentos de turismo e lazer (Parnaíba, 2016). Compete comentar que os recursos hídricos apontados já são utilizados como equipamentos de lazer e turismo, de modo que, a intencionalidade em os planejar para melhoramento e/ou ampliação considerando a estrutura desejada para o município, demonstra visão estratégica sobre tais recursos.

No documento também são propostas sete Zonas, que têm o objetivo de estabelecer as diretrizes de uso e ocupação do solo na cidade, sendo: Zona 01/ Porto das Barcas, Zona 02/ Centro antigo, Zona 03/ Especial de Interesse Ambiental, Zona 04/ Margens de vias principais, Zona 05/ Habitacionais gerais, Zona 06/ Setores industriais, e - Zona 07/ Expansão habitacional (Prefeitura de Parnaíba, 2016). Destaca-se que as Zonas 01, 02 e 03, exclusivamente, são apontadas como relevantes para o turismo, seja por serem espaços em que atividade deve ser incentivada, ou, para serem assistidas por projetos turísticos. As duas primeiras (01 e 02) ficam localizadas no centro histórico e abrigam construções tombadas pelo IPHAN, utilizadas para fins comerciais e turísticos, com a presença de agências de turismo, equipamentos hoteleiros,

de A&B e o Museu do Mar, inaugurado em 2022, e qualificado como o maior do estado. Apesar dos produtos de Turismo Cultural serem pouco divulgados e promovidos por meio de roteiros turísticos públicos ou privados, as Zonas citadas têm potencial para esse segmento.

A Zona 03, por estar em um território com características naturais e ser localizada no ambiente urbano, poderia ser um espaço de turismo de lazer e/ou natureza, por exemplo. Evidentemente, as tipologias apontadas poderiam ser planejadas para a formatação de um produto de Turismo Urbano maior, capaz de promover Parnaíba de maneira diversificada em se tratando de marketing turístico com foco em outras formas de fazer turístico.

Sendo essa uma alternativa ou complementação a oferta de Sol e Praia, em toda a faixa do litoral piauiense e ecoturística nas Ilhas do Delta do Rio Parnaíba. Nessa categoria destaca-se a experiência de observação da revoada dos guarás (*Eudocimus ruber*) (figura 3.5), que apesar de não ocorrer no território estudado figura como um dos principais atrativos regionais.

Figura 3.5 - Fotografia de Ilha dos Guaras (Eudocimus ruber), localizada no Delta do rio Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Correlacionando com o exposto, na Seção sobre o Programa de turismo sugere-se que este (Parnaíba, 2016, p.124) :

> Deverá estar inserido nas propostas do Governo do Estado para o Turismo do Litoral. [...]. Deverá levar em consideração todas as modalidades possíveis de turismo, dentre as quais merecem particular destaque: a modalidade do turismo cívico/cultural (aproveitando a existência do patrimônio histórico e cultural), do turismo rural, do ecoturismo (aproveitando a existência das áreas de interesse ambiental, assim como a APA do Delta do Parnaíba e outras) e o turismo de recreação e lazer (aproveitando as ofertas paisagísticas e do litoral, com suas praias). [...].

Destaca-se que, oito anos após a publicação do plano, nenhum programa foi proposto, acontecimento que se repete desde 2007. Tal fato demonstra que essas políticas públicas não estão sendo executadas. Tendo em vista, a necessidade de parceria com o governo do estado na construção do turismo, conforme trecho analisado, compete apontar a recente Lei de N° 8.177 de 2023, que institui o Sistema Estadual de Turismo, a Política Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Turismo, as Governanças Regionais de Turismo, o Observatório de Inteligência Turística e o Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo.

Quanto aos projetos foram pensados em doze, no entanto somente seis deles têm relação direta com o turismo, sendo: de preservação do Porto das Barcas, de preservação da Antiga Área Central, do Centro de Convenções/Museus/Aquário, da Área para atividades sonoras, da Lagoa do Portinho e da Lagoa da Prata. Um ponto que pode ser considerado forte nesse plano é a intenção destes projetos dialogarem com o proposto Programa de Desenvolvimento do Turismo, além da ampliação dos aspectos do planejamento do setor em sua relação com os elementos urbanos, quando comparado com o documento de 2007. Ressalta-se que expressar o que se deseja para uma atividade que pode contribuir com o desenvolvimento local sem detalhar quais as estratégias para o atendimento disso, é reforçar uma visão limitante e reducionista ao turismo e sua relevância. Acredita-se que os planos analisados atendem ao Estatuto da Cidade, pois este não se dedica com aprofundamento aos aspectos de turismo e apenas recomenda que sejam feitos em municípios de especial interesse turístico.

3.6 Considerações Finais

A partir do exposto, conclui-se que o fato de terem sido propostos dois planos diretores configura intencionalidade no planejamento urbano pela gestão pública local, atendendo ao que estabelecem e orientam legislações em nível federal, como a Constituição e o Estatuto da Cidade. Em se tratando da temática do planejamento turístico, objeto do presente estudo, também se evidenciou que foi contemplado nas proposições políticas analisadas.

No entanto, ao se apontarem as diretrizes quanto à efetividade das ações, percebeu-se um hiato na relação entre o planejamento das políticas governamentais e a realização destas no município de Parnaíba. Os dois documentos apesar de terem um tempo de menos de dez anos entre si, foram propostos por governos de diferentes perspectivas políticas e partidárias, pode ocorrer que não haja interesse em dar continuidade ao trabalho desenvolvido por uma gestão diferente daquela que ocupa o poder. Isso se dá, talvez, por razões como a de que gestores têm que criar suas próprias marcas de governo, ou o desinteresse em determinados temas, mais

valorizados por outros, além da escassez de recursos de financiamento próprio. Assim, acabam por ditar se as políticas públicas de turismo serão de governo ou estado, prejudicando em maior grau a população local, que depende da existência, funcionamento e manutenção destas políticas.

Esse estudo é pioneiro no município de Parnaíba, pois não foram identificados, nas bases de dados, outros trabalhos que adotassem como objeto de análise o planejamento urbano e o turismo nos planos diretores. Como o enfoque se deu na discussão dos elementos de turismo, indica-se que sejam desenvolvidos outros estudos que analisassem os demais aspectos contemplados, como meio ambiente, gestão democrática, dentre outras questões.

Compreende-se, então, que analisar epistemologicamente as políticas públicas é um exercício para promoção de debates, em âmbito não somente no/para os espaços e atores acadêmicos. Estes estudos têm o papel de provocar problematizações, que cheguem até a sociedade em geral, pois, nota-se que a participação nos espaços de construção e debates sobre o que se deseja são muitas vezes esvaziados da presença coletiva dos que mais precisam de uma cidade melhor.

3.7 Referências

ASMELASH, A. G.; KUMAR, S. Assessing progress of tourism sustainability: developing and validating sustainability indicators. **Tourism Management**, n. 71, p. 67-83, 2019.

ASHWORTH, G; PAGE, S. J. Urban tourism research: recent progress and current paradoxes. **Tourism Management,** v. 32, n. 1, p. 1-15, 2011.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus Editora, 2006.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Editora Senac, 1997.

BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação.** São Paulo: Futura, 1999.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. Lei n. 9 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades do Brasil. **Plano diretor participativo:** guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. Brasília, DF: Ministério das Cidades, Confea, 2005.

BRASIL. **Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo do Brasil. **Marcos Conceituais.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo do Brasil. **Segmentação do Turismo e o Mercado.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo do Brasil. **Marcos Conceituais.** 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Portaria n. 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=110. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.651, de 11 de abril de 2018. Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e cria a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), por desmembramento da Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13651.htm#:~:text=Cria%20a%20Universidade%20Federal%20do,Rural%20de%20Pernambuco%20(UFRPE). Acesso em: 14 jan. 2021.

CAETANO, F.; ROSANELI, A. A paisagem no Plano diretor Municipal: uma reflexão sobre sua referência na legislação urbanística dos municípios paranaenses. **EURE. Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**, Santiago do Chile, v. 45, n. 134, p. 193-212, 2019.

CAMARGO, L. T; MORAES, S. T. Plano diretor Participativo: os desafios da gestão democrática da política urbana no município de Joinville (SC). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 11, n. 2, p. 292-311, 2015

PIAUÍ. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo do Estado do Piauí. Conjuntura Econômica - 2° Trimestre 2020. Teresina: Superintendência CEPRO.

COOPER, C. Turismo: princípios e prática. São Paulo: **Bookman**. 2007

CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo: **Editora Ática**. 2004

CÓRDOVA, J. C. C. F. de. Propuesta de un sistema de indicadores de sostenibilidad turística para destinos urbanos. **Jornal of Tourism Research. Barcelona**, v. 7, n. 1, p. 41-51. 2017.

DECARLI, N; FERRAREZE, F. P. Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. **Senatus: Cadernos da Secretaria de Informação e Documentação do Senado**, v. 6, n. 1, p. 35-43, 2008.

DOMARESKI-RUIZ, T. C; FERNANDES, D. L; GÂNDARA, J. M. G. A contribuição do planejamento urbano na imagem e na competitividade do destino turístico de Curitiba (PR). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 2, 2014.

FERNANDES, D. L. **O impacto dos planos diretores na satisfação de visitantes e visitados e na imagem do destino turístico Curitiba**. 2014. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FERNANDES, D. L; LACAY, M. A. C; & GÂNDARA, J. M. La influencia de la seguridad pública en la satisfacción y en la formación de la imagen de Curitiba (Brasil) para el visitante y los visitados. **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 25, n. 4, p. 416-438, 2016.

FERNÁNDEZ, J. S. **Gentrificación: Capitalismo cool, turismo y control del espacio urbano**. Granada: Los libros de la Catarata. 2020.

FIGUEIROA, A. C; SCHERER, M. E. Para onde estamos indo? Uma avaliação do plano diretor do Município de Florianópolis para o entorno da Estação Ecológica de Carijós. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 283-301, 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios.** 2018. Disponível em: http://www.municípios.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220208. Acesso em: 21 set. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama. Parnaíba. 2021.** 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama. Acesso em: 10 nov. 2021.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** 3. ed. São Paulo: Cencage Learning; Rio de Janeiro: Editora Senac. 2013

LAZZARETTI, K. et al. Cidades inteligentes: insights e contribuições das pesquisas brasileiras. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. e20190118, 2019.

LOPES, W. G. R. et al. Reflexões sobre o plano diretor como instrumento de gestão em municípios brasileiros. **Geo UERJ**, n. 30, p. 145-168, 2017.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, p. 151-166, 2003.

Maricato, E. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. IPEA. **Políticas sociais - acompanhamento e análise**, n. 12, p. 211-220, 2006.

CONCEIÇÃO, R. A. M. Turismofobia: notas sobre o processo de imaginação social no turismo. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 3, p. 505-522, 2020.

PARNAÍBA**. Lei n. 2296/2007 - Plano diretor do Município de Parnaíba**. 2007. Dispõe sobre o Plano diretor do município e da cidade de Parnaíba e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-parnaiba-pi. Acesso em: 11 jan. 2020

PARNAÍBA**. Plano diretor de Desenvolvimento Sustentável**. Parnaíba: Prefeitura de Parnaíba. 2016. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-parnaiba-pi. Acesso em: 20 mar. 2020

PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. Teresina: PRODETUR Nacional. 2002.

PIAUÍ. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. PRODETUR Nacional: Piauí. 2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: PNUD, 2020. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html. Acesso em: 15 jan. 2020.

REZENDE, D. A; ULTRAMARI, C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 255-271, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. Por uma Nova Geografia. São Paulo: EDUSP. 2004.

TONINI, H; LAVANDOSKI, J; BARRETO M. Políticas Públicas e Enoturismo: O Plano Diretor do Vale dos Vinhedos, Sul do Brasil. **Tourism & Management Studies**, n. 1, p. 829-838, 2011.

TSCHOKE, A. et al. As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento**, v. 17, n. 1, p. 117-135, 2011.

UFDPar - Universidade Federal do Delta do Parnaíba. **História do CMRV**. 2017. Parnaíba, PI: UFDPar. Disponível em: https://ufpi.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19576:historia-do-cmrv. Acesso em: 13 jan. 2020.

4 TURISMO URBANO: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL

URBAN TOURISM: AN ANALYSIS IN THE MUNICIPALITY OF PARNAÍBA, PIAUÍ, BRAZIL

TURISMO URBANO: UN ANÁLISIS EN EL MUNICIPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ, BRASIL

Resumo
Este estudo foi desenvolvido no município de Parnaíba, Piauí, por meio de pesquisas no site oficial da prefeitura, guias turísticos, órgãos de turismo, além de ferramentas como Google Maps e Google Earth. Tendo como objetivo, aplicar técnicas de geoprocessamento para propor mapas temáticos de turismo que evidenciem a oferta local de Turismo Urbano. Classifica-se como de abordagem qualitativa, com elementos da quantitativa e de natureza aplicada. Trata-se ainda, de uma pesquisa exploratória e descritiva, tendo como procedimentos: levantamentos bibliográfico, documental e de campo para observar equipamentos, serviços e atrativos turísticos. Por fim, identificou-se que há uma estrutura institucional composta por Superintendência e Conselho Municipal de Turismo, além do mapeamento de 36 atrativos e 26 equipamentos e serviços turísticos. Embora estejam localizados no perímetro urbano e isso justificaria proposições de Turismo Urbano para diversificar a oferta frente ao Turismo de Sol e Praia, observou-se a existência de ações pontuais de Turismo Cultural e que não contemplam a totalidade dos elementos do centro histórico.

Palavras-chave: Geoprocessamento. Mapas temáticos. Turismo urbano.

Abstract
This study was developed in the municipality of Parnaíba, Piauí, through research on the city hall's official website, tourist guides, tourism bodies, as well as tools such as Google Maps and Google Earth. The objective is to apply geoprocessing techniques to propose thematic tourism maps that highlight the local offer of Urban Tourism. It is classified as having a qualitative approach, with elements of quantitative and applied nature. It is also an exploratory and descriptive research, using the following procedures: bibliographical, documentary and field surveys to observe equipment, services and tourist attractions. Finally, it was identified that there is an institutional structure composed of the Superintendency and the Municipal Tourism Council, in addition to the mapping of 36 attractions and 26 tourist equipment and services. Although they are located in the urban perimeter and this would justify Urban Tourism proposals to diversify the offer compared to Sun and Beach Tourism, it was observed the existence of specific Cultural Tourism actions that do not include all the elements of the historic center.

Keywords: Geoprocessing. Thematic maps. Urban tourism.

Resumen
Este estudio fue desarrollado en el municipio de Parnaíba, Piauí, a través de investigaciones en el sitio oficial de la municipalidad, guías turísticas, organismos de turismo, además de herramientas como Google Maps y Google Earth. El objetivo es aplicar técnicas de geoprocesamiento para proponer mapas turísticos temáticos que resalten la oferta local de Turismo Urbano. Se clasifica como de enfoque cualitativo, con elementos de carácter cuantitativo y aplicado. Es además una investigación exploratoria y descriptiva, utilizando los

siguientes procedimientos: bibliográficos, documentales y levantamientos de campo para observar equipamientos, servicios y atractivos turísticos. Finalmente, se identificó que existe una estructura institucional compuesta por la Superintendencia y el Consejo Municipal de Turismo, además del mapeo de 36 atractivos y 26 equipamientos y servicios turísticos. Si bien se ubican en el perímetro urbano y esto justificaría propuestas de Turismo Urbano para diversificar la oferta frente al Turismo de Sol y Playa, se observó la existencia de acciones específicas de Turismo Cultural que no incluyen todos los elementos del centro histórico.

Palabras clave: Geoprocesamiento. Mapas temáticos. Turismo urbano.

4.1 Introdução

O turismo nas cidades grandes e médias é uma atividade econômica antagonista, quando comparada a outras como a indústria e o comércio. Para o planejamento e gestão dele no ambiente urbano ser mais efetivo é recomendado que sejam construídos bancos de dados técnicos, estatísticos e científicos, que possam embasar a tomada de decisões. A nova Lei Geral do Turismo de N° 14.978, publicada em setembro de 2024, orienta em seu artigo 5° a respeito disso (Brasil, 2024). Os Observatórios de Turismo (OT) nacional e estaduais, por exemplo, são ferramentas de apresentação e interpretação de estatísticas turísticas provenientes de diferentes fontes e contextos.

No contexto econômico e social globalizados do século XXI, em que as vantagens locais se tornaram menos relevantes, as grandes e médias cidades se veem envolvidas em uma acirrada competição mercadológica por atratividade, tanto para investidores quanto para consumidores (Sposito, 2010). Nesta lógica capitalista em que as cidades e seus serviços urbanos são mercadorias, majoritariamente regulados para atender aos interesses do capital privado, dono dos meios de produção, o que reforça as diferenças entre classe sociais.

Conforme destaca Harvey (1996), existem diferentes estratégias que podem ser adotadas para superar essa competição interurbana. Entre essas estratégias, o autor aponta: a) a exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços; b) a disputa por funções de comando e controle nos setores financeiros, informacionais e governamentais; e c) a atração de consumidores por meio de inovações culturais, grandes empreendimentos comerciais e de lazer, além de novos estilos arquitetônicos e de “urban design”.

A governança turística no estado do Piauí se encontra em fase de reestruturação, com a criação da Lei de N° 8.177, de outubro de 2023, que institui o Sistema Estadual de Turismo, a Política Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Turismo (CET), as Governanças Regionais de Turismo, o Observatório da Inteligência Turística do Estado do Piauí e o Sistema de Incentivo Estadual ao Turismo (SIETUR) (Piauí, 2023). E apesar do primeiro organismo

público ter sido criado na década de 1970, a Empresa de Turismo do Piauí S/A (PIEMTUR) (Piauí, 1971). Não existem informações relevantes e de consulta para os municípios piauienses, que possam balizar o desenvolvimento ao longo do tempo, e ainda, que direcionem à proposição de novos segmentos turísticos, a exemplo do Turismo Urbano.

Economicamente a atividade turística no estado do Piauí, se encontra em estágio primário e ocupa uma posição periférica no cenário da região Nordeste do Brasil. Segundo Putrick (2019), é o segundo estado da região com o menor número de turistas, superado apenas pelo de Sergipe, contribuindo com 0,7% das viagens realizadas no país e posicionando-se como o sétimo menor emissor de turistas entre todas as unidades da federação (Putrick, 2019).

Um dos fatores que pode colaborar para esse cenário é a ausência de dados técnicos sobre oferta, demanda, políticas de apoio, incentivo e financiamento, no longo prazo, sendo relegada a ações pontuais e sem continuidade. Como dito, a gestão pública atual está propondo ações estruturantes, e em 2024, foi lançado também um Plano Estratégico de Marketing Turístico (PEMT) (Piauí, 2023; e2024).

Diante deste cenário, a utilização de informações atualizadas, obtidas de forma rápida e com técnicas de alta qualidade e confiabilidade são essenciais para o planejamento eficaz do turismo nas cidades. O geoprocessamento, que abrange um conjunto de técnicas e metodologias voltadas à coleta e ao tratamento de dados espaciais, surge como uma ferramenta para essa tarefa. Ele possibilita o levantamento, a manipulação, a análise e a geração de uma vasta quantidade de informações (Carvalho, 2012).

O interesse em desenvolver este estudo decorre da dificuldade de acesso às informações sobre os atrativos, equipamentos e serviços turísticos do município de Parnaíba, Piauí, turisticamente denominado de capital do Delta do rio Parnaíba. E ainda, do debate sobre as possibilidades de desenvolvimento para o Turismo Urbano, contrariando o fato da cidade ser objeto de investigações com foco nos segmentos de Sol e Praia e do Ecoturismo.

Assim, o presente artigo teve como objetivo aplicar técnicas de geoprocessamento para propor mapas temáticos de turismo que evidenciem a oferta local para o Turismo Urbano. Metodologicamente classifica-se como de abordagem qualitativa, com elementos da quantitativa e de natureza aplicada. Trata-se também de pesquisa exploratória e descritiva, tendo como procedimentos os levantamentos bibliográfico, documental e de campo.

Para isto, foram consultados o site oficial da prefeitura, guia de bolso e órgãos de turismo, além de recursos como Google Maps e Google Earth. Foram utilizados também, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e compilados em um Sistema de Informação Geográfica (SIG), com o *software* QGIS, versão Desktop 3.18.0.

4.2 A Geografia e o Turismo: Uma Análise da Integração dos Conceitos Espaciais

A Geografia tem se revelado um campo fértil para novas abordagens e discussões, particularmente, no que diz respeito ao turismo. Segundo Braz (2020), a aplicação da cartografia nos estudos geográficos e no cotidiano oferece perspectivas inovadoras, proporcionando não apenas uma melhor orientação para os turistas, mas também, uma nova forma de espacializar e inventariar os atrativos turísticos, especialmente, em grandes regiões. Esse avanço se deve muito por conta do desenvolvimento da geoinformação, que possibilita uma abordagem mais detalhada e dinâmica dos recursos turísticos.

A ciência geográfica com o seu vasto instrumental técnico e teórico, desempenha um papel relevante no planejamento e na solução de problemas socioespaciais. De acordo com Buzai (2017), se consolidou como a principal disciplina na abordagem de questões complexas que envolvem natureza e sociedade. A introdução da geografia do turismo, como mencionada por Cruz (2001), reflete essa contribuição, caracterizando-se como uma expressão que examina a dimensão socioespacial da prática turística.

O reconhecimento da importância das pesquisas geográficas no campo do turismo é evidenciado por Barretto (2006), que destaca que os geógrafos foram pioneiros na investigação intensiva do turismo, estabelecendo a disciplina de geografia do turismo. A partir dessa perspectiva, Coriolano e Silva (2005) afirmam que a ciência geográfica é capaz de explicar simultaneamente as dinâmicas naturais e sociais, uma vez que o turismo se concretiza nos espaços.

O espaço geográfico pode ser definido como a principal categoria de análise, e seu estudo é fundamental para a compreensão e ensino. Oliva (1999, p. 46) enfatiza que “a Geografia, por intermédio de seu objeto de estudo - o espaço geográfico - pode, e deve, oferecer elementos necessários para o entendimento de uma realidade mais ampla.” O espaço geográfico é moldado pela interação entre a ação humana e a natureza, sendo um conceito que adquire significado através da interpretação espacial dos indivíduos e sua evolução geohistórica, tecnológica e cultural.

Dentro desse contexto, o território emerge como um conceito chave. Souza (2006, p. 78) define território como “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder,” enfatizando que é uma construção social que incorpora tanto finalidades simbólicas quanto funcionais. Raffestin (1993, p. 144) complementa essa definição ao afirmar que o território “materializa o espaço e suas representações são marcadas por toda uma

infraestrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção."

O conceito de lugar surge como uma extensão, atribuindo um sentimento cultural e pessoal a um ponto específico do espaço. Na prática, o lugar representa uma compreensão mais concreta do espaço geográfico, pois é a partir do lugar que a produção espacial efetivamente acontece. Marandola Júnior, Holzer e Oliveira (2014, p. 110) ressaltam que "o lugar repousa sobre a ideia de um sujeito ativo que deve, sem cessar, tecer ligações complexas que lhe dão sua identidade, ao mesmo tempo em que definem suas relações com seu ambiente."

A paisagem, por sua vez, é a manifestação visível e percebida do espaço geográfico, refletindo uma leitura específica que é moldada pela história, pelos recursos naturais disponíveis e pela forma como esses recursos são utilizados. Callai (2000, p. 97) observa que a significação da paisagem é dada pela "aparência e história da população que ali vive, os recursos naturais de que dispõe e a forma como se utiliza de tais recursos."

Assim, a compreensão prática e teórica dos conceitos - espaço, território, lugar e paisagem - é essencial para a análise do turismo e da geografia em geral. Devendo ser abordados de forma integrada e contextualizada com as realidades humanas, pois, assim eles adquirem um real sentido e aplicabilidade no estudo do mundo e na prática do turismo.

4.3 Interfaces entre Cartografia e Turismo

A interseção entre a cartografia e o turismo, conhecida como cartografia do turismo, representa um campo especializado na representação de informações turísticas através da criação de mapas direcionados. Nesta área não se intenciona apenas representar dados geoespaciais, mas também, facilitar a compreensão e o acesso às ofertas turísticas, conectando turistas com serviços e atrativos disponíveis nos destinos (Graça; Fernandes, 2014).

O turismo, como uma atividade multifacetada, desempenha um papel de integração entre desenvolvimento socioeconômico e conservação ambiental. Isso ocorre na promoção de um novo tipo de consumo das paisagens. O mapeamento detalhado das unidades de paisagens e a compreensão dos geossistemas são essenciais para otimizar o uso dos recursos disponíveis de maneira sustentável (Oliveira *et al*., 2007).

A cartografia do turismo, conforme discutido por Burda e Martinelli (2014), é dedicada ao tratamento dos diversos elementos que compõem o setor. Seu objetivo é fornecer informações claras sobre os serviços disponíveis, seja para fins econômicos ou socioculturais, e facilitar o acesso dos turistas a esses serviços.

De acordo com Graça e Fernandes (2014), possui também outros propósitos. Entre eles, está a análise dos fluxos monetários e da mobilidade humana temporária em áreas emissoras e receptoras, o planejamento macroeconômico e a identificação de áreas com potencial para planejamento turístico. De modo a colaborar com a construção de infraestrutura complementar para as atividades turísticas e na orientação de trilhas atrativas em parques florestais, por exemplo.

Além disso, a cartografia turística é instrumental na análise da demanda turística. Ela permite a localização espacial dos atrativos e dos trajetos utilizados pelos turistas, ajudando a caracterizar a demanda e os equipamentos necessários. Essas informações são relevantes para os investidores, pois, fornecem uma base para o desenvolvimento da atividade turística, alinhando os recursos disponíveis com as necessidades do mercado (Duque; Mendes, 2006).

Oliveira (2007) destacou que a partir de mapas básicos, como os que indicam a localização dos atrativos, é possível relacionar essas informações com características naturais ou socioeconômicas. Esse processo ajuda a avaliar o potencial turístico e identificar problemas que precisam ser resolvidos para consolidar os atrativos.

Jovanović e Njeguš (2008) identificaram diversos potenciais dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) no turismo, incluindo: a criação de bases de mapas digitais para impressão, arquivos digitais para mapeamento na internet e móvel, mapas de atrativos, e sites com mapeamento interativo (SIG-Web).

Em síntese, como salientado por Oliveira (2005), mapas e informações geográficas são ferramentas essenciais para o planejamento e gestão do turismo. Eles não apenas apoiam a definição de políticas de desenvolvimento, além de ajudam a racionalizar as atividades turísticas, garantindo uma gestão eficiente e estratégica do setor.

4.4 Metodologia

Este estudo é de abordagem qualitativa, com elementos da abordagem quantitativa e de natureza aplicada. Quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória e descritiva, tendo como procedimentos levantamento bibliográfico, documental e de campo, por meio de observação e registro fotográfico de atrativos turísticos mapeados no município de Parnaíba.

O levantamento bibliográfico foi realizado em livros, bases de dados: *SciElo*, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC) e no *Science Direct*, nos idiomas inglês, português e espanhol sobre Turismo Urbano, geoprocessamento e turismo e sistemas de informações turísticas.

A coleta documental ocorreu no site do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) - do Ministério do Turismo (MTUR) e no relatório do Inventário da Oferta Turística (INVTUR), que é uma cooperação técnica entre a prefeitura municipal e o curso de bacharelado em Turismo, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Tendo como finalidade identificar o quantitativo das empresas e dos profissionais, com cadastro atualizados até o mês de novembro de 2024.

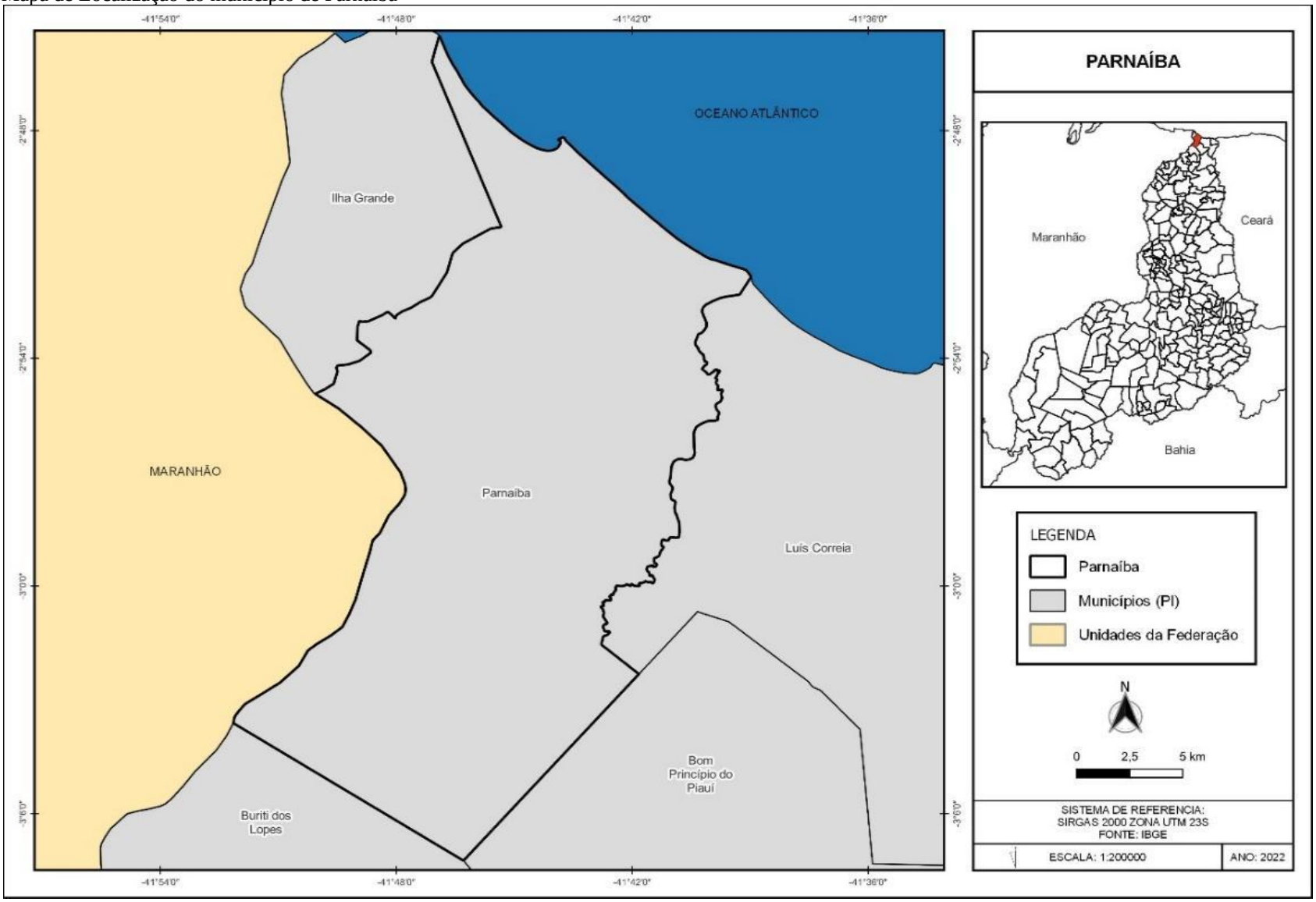
Para a confecção do mapa de localização de Parnaíba (figura 4.1), foram utilizados os dados em formato *shapefile* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse banco constam municípios, unidades da federação e drenagens, de modo que, foram realizadas edição e compilação em ambiente SIG, através do *software* QGIS, versão Desktop 3.22.1.

Na análise dos resultados foram utilizadas aplicações do geoprocessamento para realizar o mapeamento dos atrativos, e também, de equipamentos e serviços turísticos localizados no perímetro urbano. Sistematizadas por meio de consulta ao site da prefeitura municipal, guia de bolso, agências de turismo, sites de turismo, bem como, o Google Maps e o Google Earth, em que foi possível serem obtidas informações relevantes e confiáveis.

Destaca-se que, nos croquis encontrados não constavam dados geográficos, a exemplo das coordenadas. Foi observado além disso, que alguns atrativos, equipamentos e serviços constam no Google Maps com a localização errada, outros são de conhecimento apenas da população local e/ou com informações precárias.

Após o levantamento de dados para a confecção dos dois mapas temáticos através do *software* QGIS versão Desktop 3.22.1, foi realizada a vetorização dos pontos de interesse através de coordenadas e também de forma manual. Quando não haviam informações sobre a localização exata, foi criado um arquivo em formato *shapefile* para o armazenamento. A análise foi desenvolvida considerando os mapas propostos, de modo que, fosse possível compará-los com base nos dados secundários e nos registros fotográficos coletados em campo, nos anos de 2022 e 2024.

Figura 4.1 - Mapa de Localização do município de Parnaíba



Fonte: IBGE (2000), adaptado pelo autor (2022).

4.5 A Oferta Turística do Município de Parnaíba

Compreender a oferta não deve se limitar a gestão no nível local, pois é uma orientação que consta nas políticas públicas federais de turismo para a promoção estadual, regional e nacional. O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) - Roteiros do Brasil, em seu módulo operacional de número seis - Sistemas de Informações Turísticas - prevê a realização de inventários para construção de um arcabouço de dados brasileiros (Brasil, 2007).

Na perspectiva de Fratucci e Moraes (2020, n.p) "a necessidade de se conhecer a realidade turística de um território (...) fez com que originassem as metodologias de classificação (...) da oferta." Os autores problematizam que apesar do custo inicial e do tempo dedicado na elaboração, após feito, caberá aos municípios constantemente atualizar para uso no planejamento e na tomada de decisões.

Moraes, Fogaça e Soares (2020), afirmam que o desenvolvimento de informações de turismo é um desafio da gestão no Brasil, desde a década de 1950, devido à falta de interesse de gestores, recursos limitados e descontinuidade de ações. Desse modo, buscando qualificar a oferta em nível local discorreu-se sobre suas características, a análise foi separada por categorias, sendo, a) equipamentos e serviços e b) atrativos.

4.5.1 Equipamentos e Serviços Turísticos

Ignarra (2013) afirma que o produto turístico é composto pela soma dos atrativos, responsáveis pelas motivações e avaliações das viagens e pelos serviços, que atendem de forma exclusiva, ou preferencialmente, aos turistas. Correlacionando com o exposto, baseado no Art. 21 da Lei de N° 14.978, que trata sobre prestadores de serviços turísticos:

> Art. 21. Consideram-se (...), para os fins desta Lei, as sociedades empresárias, as sociedades simples, os empresários individuais, os microempreendedores individuais, as sociedades limitadas unipessoais, os serviços sociais autônomos e as associações privadas de turismo que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam (...) atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo (Brasil, 2024, n.p).

A priori buscou-se definir equipamentos e serviços turísticos antes de descrever as categorias selecionadas do CADASTUR e do INVTUR, para estabelecer limites que a análise proposta conseguiria atender. De acordo com dados do CADASTUR, de novembro de 2024, existem 140 organizações empresariais e profissionais, com cadastros vigentes (Brasil, 2024).

No quadro 4.1, constam as que têm obrigatoriedade e as que não, de modo que fazem parte desse primeiro grupo: 1) os meios de hospedagem, 2) as agências de turismo, 3) as transportadoras turísticas, 4) as organizadoras de eventos, 5) os parques temáticos, 6) os acampamentos turísticos e 7) os guias de turismo. O cadastro é válido por dois anos, a partir da data de emissão do certificado e deve ser renovado após esse intervalo de tempo (Brasil, 2024).

Ademais também, optou-se por quantificar todos os equipamentos e serviços aptos para se ter um panorama geral em número de cadastros, não sendo intenção localizar, identificar e/ou comparar os prestadores. O quantitativo é bem abaixo do número de empresas ativas, em junho de 2024, pois, segundo dados do Mapa das empresas existem 11.416, dessas: 390 são de pequeno porte, 10.513 microempresas (ME) e 513 estão na categoria outras (Brasil, 2024). Foi possível observar prestadores classificados em mais de uma das categorias, a título de esclarecimentos, eles mesmos fazem o processo com base em critérios técnicos e submetem ao MTUR para validação.

Quadro 4.1 - Número de equipamentos e serviços turísticos cadastrados no CADASTUR, do município de Parnaíba, em novembro de 2024

Categorias de equipamentos e serviços turísticos	Cadastrados no CADASTUR (2024)
Acampamentos turísticos	0
Agências de turismo	52
Casa de espetáculos e equipamentos de animação turística	1
Centro de convenções	0
Empreendimentos de apoio ao turismo náutico e à pesca desportiva	2
Guias de turismo	9
Locadoras de veículos para turistas	2
Meios de hospedagem	16
Organizadoras de eventos	11
Parques aquáticos e empreendimentos de lazer	1
Parques temáticos	1
Prestadores especializados em segmentos turísticos	8
Prestadores especializados para infraestrutura de apoio para eventos	5
Restaurantes, cafeterias, bares e similares	24
Transportadoras turísticas	9
Total	140

Fonte: Brasil (2024), adaptado pelo autor (2024).

De acordo com dados do INVTUR publicados em cinco de junho de 2024, foram aplicados 1.354 formulários, sendo 522 itens inventariados na categoria B - Serviços e

equipamentos turísticos (tabela 4.1) (Parnaíba, 2024). A partir disso, conclui-se igualmente, que existem muitas organizações atuando sem cadastro, o que representa um problema de fiscalização pelos organismos nacionais, estaduais e municipais. Essa informação é relevante para fins de planejamento das gestões públicas e privadas e dos institutos de pesquisas científicas.

Tabela 4.1 - Quantitativo de serviços e equipamentos inventariados no município de Parnaíba, categoria B

Categorias	Itens inventariados
B1 - Serviços e equipamentos de hospedagem	75
B2 - Serviços e equipamentos para gastronomia	296
B3 - Serviços e equipamentos de agenciamento	62
B4 - Serviços e equipamentos de transporte	36
B5 - Serviços e equipamentos para eventos	20
B6 - Serviços e equipamentos de lazer e entretenimento B7 - Outros serviços e equipamentos turísticos	33
Total	522

Fonte: Parnaíba (2024), adaptado pelo autor (2024).

Na categoria dos meios de hospedagem, foram verificadas 16 empresas com CADASTUR (Brasil, 2024), entre tipologias hoteleiras e extra-hoteleiras e/ou alternativas: hotéis, pousadas, motéis e hostels, utilizou-se essas definições a partir de Beni, (2000), Giaretta (2005) e Aldrigui (2007). Há outras propostas teóricas-conceituais a nível internacional e de Brasil, utilizar-se-á essa por ser muito difundida na academia, no mercado e igualmente pelo MTUR nos formulários do INVTUR. Em resumo, os hoteleiros ofertam serviços de alojamento temporário em unidades habitacionais (UHs), já os extra hoteleiros complementam a oferta e são mais econômicos, a exemplo dos hostels e segundas residências.

Quando comparado ao quantitativo do inventariado no INVTUR, em que foram identificados 75 empreendimentos (Parnaíba, 2024), conclui-se que o número está bem abaixo e isso justificaria o fato de não haver fiscalização efetiva. Observou-se empiricamente que os prestadores do setor da hospitalidade comercial, no município de Parnaíba, são quase que em sua totalidade organizações independentes não vinculadas à grupos hoteleiros de redes nacionais e/ou internacionais, salvo o caso, de uma empresa de rede Piauiense. Apesar de economicamente e em tamanho populacional ser o maior munícipio do Polo Costa do Delta, a oferta hoteleira é bem menor do que nos municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia, respectivamente, com 25 e 26 cadastrados (Brasil, 2024).

O grupo das agências de turismo apresenta o maior número de empresas com CADASTUR, sendo 52 no total (Brasil, 2024). Exercem atividade econômica de intermediação ou direta, de forma remunerada entre fornecedores de serviços turísticos (Brasil, 2008; Brasil,

2014). Para fins de validação existem duas categorias: I) agências de viagens; e, II) agências de viagens e turismo, mercadologicamente conhecidas como operadoras. As primeiras trabalham somente com a venda comissionada ou intermediação de passagens, passeios, viagens e excursões; já as segundas, além do que já foi citado podem assessorar, planejar e operar roteiros turísticos (Brasil, 2014).

Este grande número pode ter relação com o fato de ser exigido o cadastro para que as empresas do setor de agenciamento consigam representar outros prestadores de serviços no turismo. Por meio de observações diretas, aponta-se que houve crescimento na quantidade de novas empresas, entre os anos de 2014 a 2024, apesar de não ser possível fazer o comparativo a partir do próprio CADASTUR. Justificado por fatores distintos, como o aumento do fluxo de turistas e visitantes, além de moradores observados empiricamente; a criação do curso de Turismo da UFDPar, em 2006, formando profissionais com conhecimentos conceituais e habilidades técnicas para empreender no setor e por Parnaíba ser contemplada por políticas públicas nacionais, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) e o Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Ainda sobre as agências, não foi possível identificar por meio do CADASTUR quais se enquadram em uma classificação ou outra. Se operam em escala internacional, nacional ou local; atuam com emissivo, receptivo ou ambos. Sabe-se que o maior número tem como principal produto a Rota das Emoções e o turismo emissivo local por meio do atrativo Delta do rio Parnaíba, PI e MA, porém, existe uma franquia de operadora nacional e agências multimarcas que revendem operadoras nacionais e internacionais.

Assim como na categoria de hotelaria, o dado de agenciamento não é o mesmo do INVTUR, no qual foram identificados 62 empreendimentos (Parnaíba, 2024). Um fato evidenciado é que sete ficam localizados no Porto das Barcas (figura 4.2), especificamente, um dos seis setores patrimoniais tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Possivelmente por ser esse o equipamento urbano mais relevante de cunho arquitetônico, histórico, cultural e turístico.

Figura 4.2 - Fotografia de agências de turismo localizadas no Porto da Barcas, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ainda sobre o CADASTUR, em relação as transportadoras turísticas foram identificadas nove e organizadoras de eventos 11 (Brasil, 2024). Quanto às transportadoras é comum que as agências de turismo, além de incluir essa atividade, também, incluam a de transportadora por possuírem frota própria para a realização dos roteiros turísticos. Um fato que se repete é o de que os números inventariados são maiores se comparados aos de cadastrados, sendo respectivamente: 36 transportadoras e 20 organizadoras de eventos (Parnaíba, 2024).

Dos profissionais guias de turismo, constatou-se que existem 9 cadastrados: sete atuam enquanto guias de turismo regional no estado do Piauí; e dois enquanto responsáveis por excursões nacionais no Brasil e no continente da América do Sul (Brasil, 2024). E apesar de isto ser um indicativo de que estes profissionais são atuantes no mercado, é pouco comum o desenvolvimento de roteiros individuais e/ou em grupos com foco nos aspectos urbanos históricos e culturais do patrimônio material e imaterial. Na perspectiva desta tese, seriam esses os elementos mais relevantes para pensar a organização, o planejamento e o desenvolvimento do Turismo Urbano.

Para concluir as categorias de prestadores obrigatórios, aponta-se os acampamentos turísticos e os parques temáticos, para os quais não existem empresas com cadastros ativos (Brasil, 2024). Cabe contextualizar, que essas duas últimas juntamente com os guias de turismo não são inventariadas; e por esse motivo não se fez a correlação com o INVTUR.

4.5.2 Modais de Transportes

Em relação aos serviços de transportes, existem dois tipos de modais: o aéreo e o rodoviário. Aponta-se que os veículos para os deslocamentos individuais e coletivos são as vans organizadas pela Cooperativa dos Transportes de Parnaíba (COOPERTRANP), operadora de transporte público. Há também, os táxis, as motos táxis e sete aplicativos de mobilidade urbana: Uber, 99 App, Drive Car 86, Mobdrive, Trem Bala, Indriver e Ubiz Car. Esse último foi criado no ano de 2018, por um empreendedor local, que em 2022, expandiu o modelo de negócio passando a atuar em 20 municípios de quatro estados brasileiros (Gratão, 2021).

Ademais, foi observado que a questão da oferta de transportes é problematizada como um elemento que precisa ser melhorado. Araújo e Moreira (2014), qualificam o transporte coletivo que: "(...) utiliza-se de Vans (Bestas) de porte pequeno, em mal estado de conservação sem linhas noturnas diariamente, e quase nenhum serviço nos fins de semana" (2014, p. 12). Ainda de acordo com os autores: "(...) tais transportes não estão adaptados para deficientes físicos, gestantes e idosos, prestando assim um serviço precário frente às necessidades de quem o utiliza" (Araújo; Moreira, 2014, p. 12). Em observação direta, identificou-se que passados nove anos a situação permanece sem mudanças nas condições oferecidas.

Na perspectiva de Rodrigues e Perinotto (2023, p. 27), em um estudo com usuários de aplicativos de mobilidade no lócus da pesquisa, os autores identificaram: " (...) muitos problemas em relação ao atendimento (...), como demora para encontrar carros disponíveis, ou cancelamento de corridas. O que prejudica a confiança dos usuários nos aplicativos."

A cidade de Parnaíba conta com um Terminal Rodoviário, denominado de Séptimus Clarck (figura 4.3), que oferece serviços de dez empresas de ônibus intermunicipais, interestaduais e interregionais. Estruturalmente possui um posto de fiscalização e atendimento da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); uma agência de turismo que opera nos estados do Piauí, Ceará e Maranhão; duas lojas de artesanato; oito equipamentos de alimentação entre lanchonetes e pastelarias; e uma revistaria.

Na observação em campo, constatou-se que um Centro de Atendimento ao Turista (CAT) (figura 4.4), que funcionava antes, inclusive, com profissionais e materiais impressos sobre a cidade, não estava mais em atividade. Muito por conta da ausência da gestão municipal na elaboração de ações estruturantes e continuadas para o/de turismo, e ainda, pelo desmonte de políticas públicas de governos anteriores, que demonstravam mais compromisso com o setor.

Figura 4.3 - Fotografia do terminal rodoviário Séptimus Clark, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 4.4 - Fotografia do centro de atendimento ao turista, no terminal rodoviário Séptimus Clark, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Aeroporto Internacional Prefeito Doutor João Silva Filho (figuras 4.5 e 4.6), fica localizado na latitude 2°53 '38’’S e longitude 41°43' 49 "W, na rodovia BR-343 - em direção ao município de Luís Correia, a aproximadamente 7 km do centro. Em pesquisa direta realizada no ano de 2022, observou-se que o terminal operava com duas empresas aéreas: Azul Brazilian Airlines e Voepass Linhas Aéreas, com voos semanais em horários distintos para os municípios de Teresina - PI; Campinas - SP; Jericoacoara e Fortaleza - CE (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 - Voos realizados no aeroporto do município de Parnaíba, em 2022

Empresa	Dias da semana e horários	Destino
Voepass	Domingos, às 13 horas e 30 minutos.	Teresina
	Segundas-feiras e sextas-feiras, às 13 horas e 40 minutos.	Teresina
	Segundas-feiras e sextas-feiras, às 16 horas e 35 minutos.	Jericoacoara e Fortaleza
	Domingos, às 16 horas e 45 minutos.	Jericoacoara e Fortaleza
Azul	Domingos, às 14 horas e 50 minutos	Campinas
	Quartas-feiras, às 15 horas e 15 minutos.	Teresina e Campinas

Fonte: Pesquisa nos sites da Azul e da Voepass (2022).

No entanto, atualmente, a oferta de voos mudou e é feita somente pela companhia Azul, às quartas-feiras e aos domingos, com rotas entre Parnaíba e os municípios de Belo Horizonte - BH, com escala em Jericoacoara, CE; Fortaleza com escala também em Jericoacoara - CE e São Luís - MA, com escala em Barreirinhas - MA (Parnaíba, 2024). Segundo Putrick; Braga e Perinotto (2023), o terminal aéreo é subtilizado por apresentar um número limitado de voos, o que aumenta os custos das passagens, reduz os fluxos de passageiros e dificulta a ampliação da oferta de empregos diretos e indiretos. Assim, favorecendo Teresina como principal ponto de entrada e saída.

Figura 4.5 - Fotografia do terminal aeroviário internacional Prefeito Dr. João Silva Filho, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 4.6 - Fotografia do terminal aeroviário internacional Prefeito Dr. João Silva Filho, no município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A partir da pesquisa em campo, foi observado a realização de melhorias estruturais para potencializar a capacidade de atendimento do terminal. Foi firmada uma Parceria Público Privada (PPP), por meio de concessão a Parnaíba Sociedade de Propósito Específico Ltda. (SBPB), desde 14 de fevereiro de 2022. Essa PPP é válida por 32 anos e prevê investimentos de mais de R$ 80 milhões (Piauí, 2022).

4.5.3 Governança em Turismo

Considerando os elementos da governança local, existe uma Superintendência Municipal de Turismo (SUPTUR), uma Instância de Governança Regional (IGR) do Polo Costa do Delta e um Conselho Municipal de Turismo (CONTUR). Este último tem como organizações representativas a própria Superintendência, a Secretaria Municipal de Gestão, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí (SEBRAE-PI), o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO), a Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV), a Organização não Governamental (ONG) - Instituto Tartarugas do Delta, as Secretarias Municipais da Fazenda e de Infraestrutura, as Superintendências de Planejamento e de Cultura, a Associação Comercial e Industrial de Parnaíba e a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

Existem também órgãos mistos, como o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial (SENAC), que desempenham ações de parceria, principalmente, com as empresas e os trabalhadores do setor em ações de consultoria e qualificação.

Cabe também contextualizar que, na busca por dados através dos canais da prefeitura municipal, identificou-se não terem informações confiáveis e atualizadas. De acordo com Ignarra (2013), dentre as atividades de competência do setor público destacam-se: "planejamento do fomento da atividade, controle de qualidade do produto, promoção institucional da destinação, financiamento dos investimentos privados, capacitação de recursos humanos, controle do uso e da conservação." Nas pesquisas realizadas não foi possível conhecer as ações desenvolvidas pela SUPTUR, tentou-se um primeiro contato por telefone, para o qual não houve devolutiva, portanto, solicitou-se via ofício protocolado na prefeitura municipal e não se obteve retorno.

4.5.4 Atrativos Turísticos

Para Ignarra (2013), os atrativos turísticos estão relacionados com as motivações das viagens e das avaliações subjetivas e objetivas que os turistas atribuem a esse elemento diferencial. Segundo os formulários do inventário podem ser elementos da natureza, da cultura e da sociedade, como: lugares, acontecimentos, objetos, pessoas e ações (Anexo C) (Brasil, 2011).

De acordo com dados do INVTUR publicados em cinco de junho de 2024, aplicou-se 1.354 formulários, de modo que foram inventariados 171 atrativos na categoria C, sendo: oito naturais e 163 culturais (tabela 4.2) (Parnaíba, 2024). Essa informação é relevante para discutir o Turismo Urbano na cidade analisada, uma vez que, o maior quantitativo de recursos culturais é um forte indicativo de que poderiam estar localizados no perímetro urbano.

Mesmo sendo em menor quantidade a oferta natural é diversificada e territorialmente ocupa uma porção maior. Para Ignarra (2013), a diferença entre elas é que uma abrange ecossistemas costeiros com praias, dunas, manguezais, restingas, presença dos biomas cerrado e caatinga. Enquanto que os recursos culturais estão categorizados entre museus, exemplares de construções históricas, além da gastronomia e de festas populares.

Tabela 4.2 - Quantitativo de atrativos turísticos inventariados no município de Parnaíba, categoria C

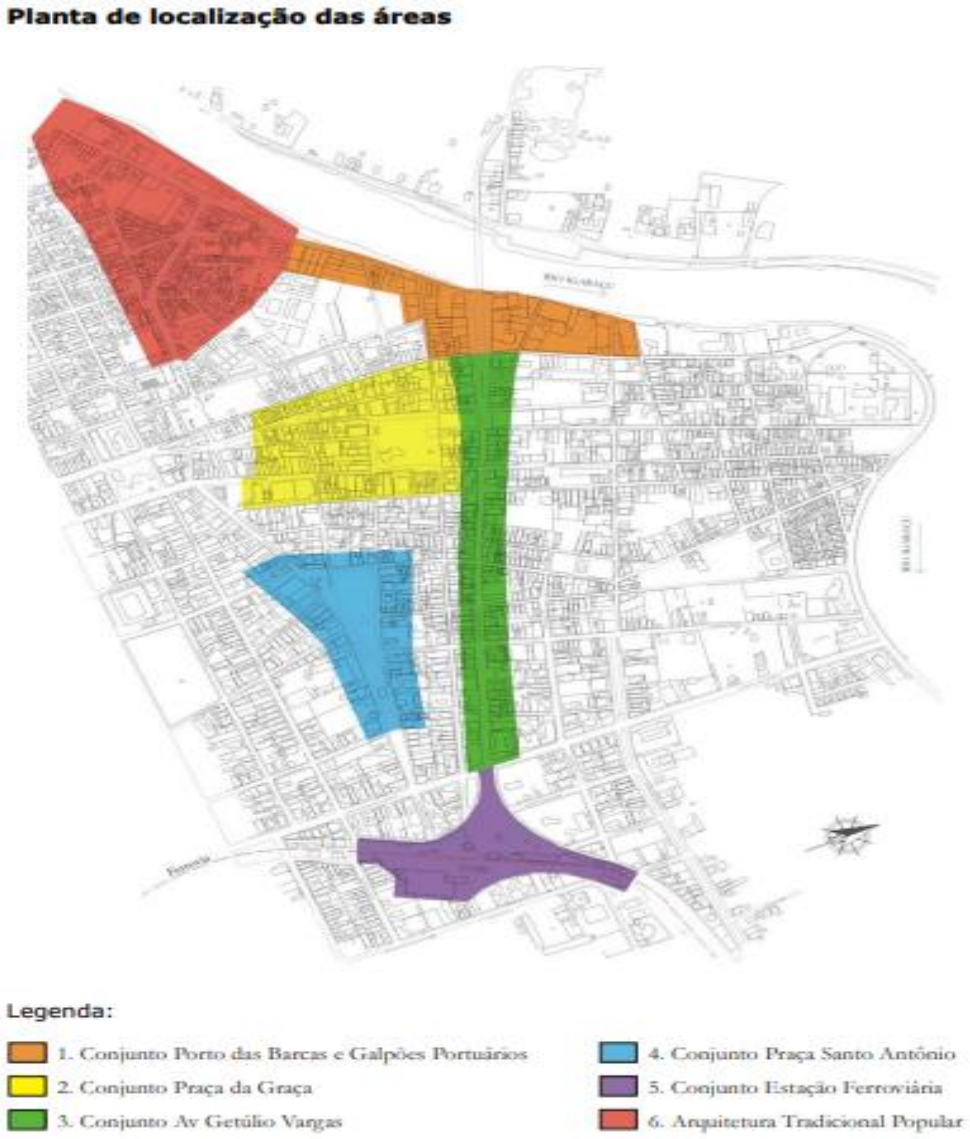
Categorias	Itens inventariados
C1 - Atrativos naturais	8
C2 - Atrativos culturais	163
Total	171

Fonte: Parnaíba (2024), adaptado pelo autor (2024).

O conjunto histórico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2008, que compreende aproximadamente 830 imóveis, é fragmentado em seis setores (figura 4.7): Porto das Barcas, Praça da Graça, Praça Santo Antônio, Estação Ferroviária, Avenida Getúlio Vargas e Arquitetura Tradicional Popular (IPHAN, 2008). Turisticamente constituem recursos negligenciado pelas gestões pública e privada, e isso é legitimado pela ausência de roteiros turísticos promotores do patrimônio material e imaterial, por meio do Turismo Cultural.

Embora o tombamento seja um passo importante é necessário questionar até que ponto as políticas de preservação implementadas realmente atendem às necessidades da comunidade local, sem negligenciar o dinamismo urbano e os desafios contemporâneos que envolvem a convivência entre a memória histórica e o crescimento da cidade.

Figura 4.7 - Planta do conjunto histórico e paisagístico tombado pelo IPHAN, município de Parnaíba

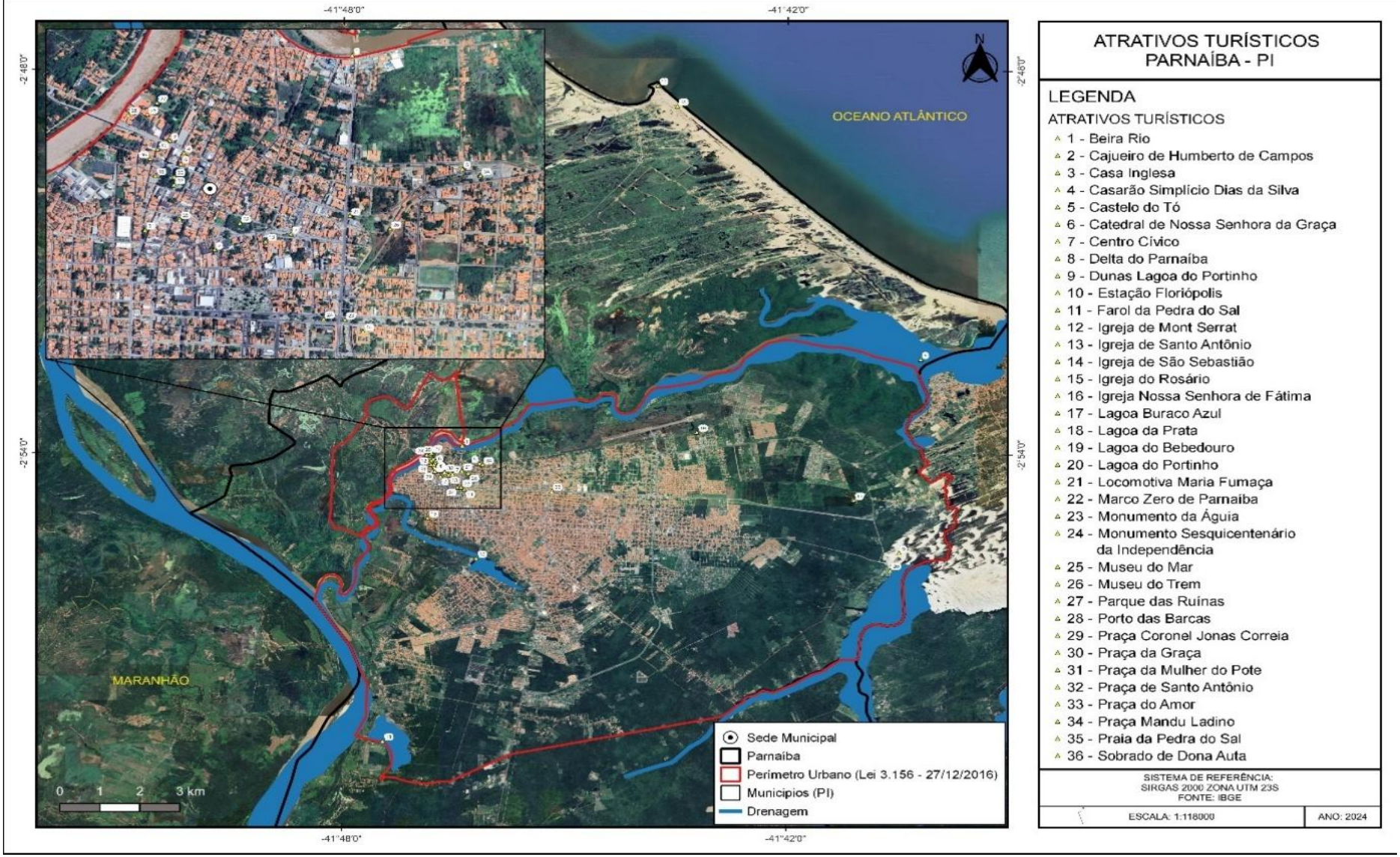


Fonte: IPHAN (2008).

Para fins de localização e descrição dos atrativos no perímetro urbano, propôs-se a figura 4.8, em que estão identificados 36 elementos. Sendo sete naturais dos tipos litoral, terras insulares e hidrográficos: 8 - Delta do Parnaíba, 9 - Dunas da Lagoa do Portinho, 17 - Lagoa Buraco Azul, 18 - Lagoa da Prata, 19 - Lagoa do Bebedouro, 20 - Lagoa do Portinho e 35 - Praia da Pedra do Sal.

Os 29 restantes se qualificam como culturais dos tipos monumentos, instituições/estabelecimentos de pesquisa e lazer; e realizações técnicas/científicas contemporâneas, sendo: 1 - Beira Rio, 2 - Cajueiro de Humberto de Campos, 3 - Casa Inglesa, 4 - Casarão Simplício Dias da Silva, 5 - Castelo do Tó, 6 - Catedral de Nossa Senhora da Graça, 7 - Centro Cívico, 10 - Estação Floriópolis, 11 - Farol da Pedra do Sal, 12 - Igreja de Mont Serrat, 13 - Igreja de Santo Antônio, 14 - Igreja de São Sebastião, 15 - Igreja do Rosário, 16 - Igreja Nossa Senhora de Fátima, 21 - Locomotiva Maria Fumaça, 22 - Marco Zero, 23 - Monumento da Águia, 24 - Monumento Sesquicentenário da Independência, 25 - Museu do Mar, 26 - Museu do Trem, 27 - Parque das Ruínas, 28 - Porto das Barcas, 29 - Praça Coronel Jonas Correia, 30 - Praça da Graça, 31 - Praça da Mulher do Pote, 32 - Praça de Santo Antônio, 33 - Praça do Amor, 34 - Praça Mandu Ladino e 36 - Sobrado de Dona Auta.

Figura 4.8 - Mapa de localização de atrativos turísticos no perímetro urbano, município de Parnaíba



Fonte: IBGE (2024), adaptado pelo autor (2024).

Correlacionando os dados das figuras 4.7 e 4.8, conclui-se que o maior número dos recursos culturais mapeados está localizado nos setores do centro histórico, porém, foram criados novos em outras zonas da cidade, a exemplo da Praça do Amor, um equipamento que reúne *food trucks* e que se localiza próximo à Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Em outra perspectiva aponta-se o Museu do Mar (figura 4.9), localizado no Porto das Barcas e de acordo com Braga *et al.* (2022, p. 40), "os museus são considerados atrativos culturais e contemplam a temática ambiental, sobretudo pelo local onde estão localizados, sendo junto às margens do Rio Igaraçu (...)."

Figura 4.9 - Fotografia do Museu do Mar, localizado no Porto das Barcas, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Gomes, Mota e Perinotto (2012), discutem sobre a relevância do Turismo Cultural na área estudada, principalmente, como uma alternativa ao Turismo de Sol e Praia. Assim, o Turismo Urbano poderia ser qualificado como um fazer com potencialidade de ser desenvolvido, de forma transversalizada por outras possibilidades que dialoguem com a cultura, a história, a arquitetura e a religião. Elementos tão presentes e que marcam a estética material urbana da cidade de Parnaíba. Para Braga *et al.* (2022, p. 42):

> Ainda sobre a cultura local as festas típicas são apontadas como potencial para o Turismo Cultural e/ou Religioso. O Festejo de São Francisco em Parnaíba (Pereira et al. 2011), as festas religiosas de São Francisco e São Sebastião em Parnaíba, (...), os festejos do São João da Parnaíba (Sousa & Perinotto, 2015), a celebração da Paixão de Cristo em Parnaíba (Souza et al. 2019), bem como a própria Igreja de Nossa Senhora da Graça (Moreira & Perinotto, 2012) são potenciais produtos turísticos do litoral do Piauí.

Conforme o exposto sobre as características de atratividade, o Turismo Urbano poderia ser proposto evidenciando aspectos da cultura, desde que isto venha alinhado aos da natureza. Portanto, dois atrativos relevantes que foram mapeados e devem ser mencionados são a Praia da Pedra do Sal (figura 4.10) e a Lagoa do Portinho.

Figura 4.10 - Fotografia da praia da Pedra do Sal, localizada no município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A Praia da Pedra do Sal é a única pertencente ao município, atualmente, é alvo de um projeto de urbanização com a construção de quiosques, quadras de esportes, calçadão, dentre outras obras estruturantes. Esse território é alvo de disputas históricas entre os poderes públicos, agentes do mercado e uma população resistente de comunidades tradicionais de pescadores artesanais e marisqueiras, que vivem da extração de recursos naturais para subsistência.

Para Martins Filho (2020, p. 69): “No litoral piauiense, há uma convivência perversa entre os espaços da modernidade, cuja implantação tem no Estado e nos agentes econômicos os seus principais responsáveis (...).” Nesta lógica capital, as relações de trabalho são constituídas por meio da exploração da mão-de-obra em atividades precarizadas e de baixa remuneração (Martins Filho, 2020).

Evidentemente que com a urbanização, ao longo dos anos, houve um incremento de novas atividades socioeconômicas. A configuração da paisagem se transformou com a implantação de usinas eólicas, seguindo a mesma dinâmica de modelo desenvolvimentista de outros territórios costeiros da região Nordeste, trazendo como consequências impactos

socioambientais, principalmente, para àqueles e àquelas que reconhecem o lugar como de pertencimento. Estudos de Nascimento (2018); Félix-Silva; Oliveira e Bezerra (2020), problematizam essas questões.

A Lagoa do Portinho (figura 4.11) é um ecossistema que contempla uma Unidade de Conservação (UC) estadual, na categoria Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), criada pelo decreto de N° 18.346 de 2019. Passou por mudanças físicas e ambientais, consequentes de ação antrópica e de mudanças climáticas, que acabaram por modificar a paisagem. Perinotto; Brito e Nascimento (2019, p. 226), afirmaram que: “No ano de 2018 a Lagoa do Portinho encontra-se em processo de revitalização, resultado de projetos desenvolvidos com o propósito de torná-la novamente uma das paisagens notáveis do Piauí.”

Figura 4.11 - Fotografia da lagoa do Portinho, localizada nos municípios de Parnaíba e Luís Correia



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Atualmente, o local está com as características geográficas físicas reestabelecidas. Por meio de observação direta, foi verificado a execução de um projeto de revitalização do governo estadual que contempla a construção de um píer, quiosques, restaurante, estacionamento, um parque ambiental e um Centro de Apoio à Educação e Preservação do Meio Ambiente (Piauí, 2024).

4.5.5 Equipamentos e Serviços Turísticos

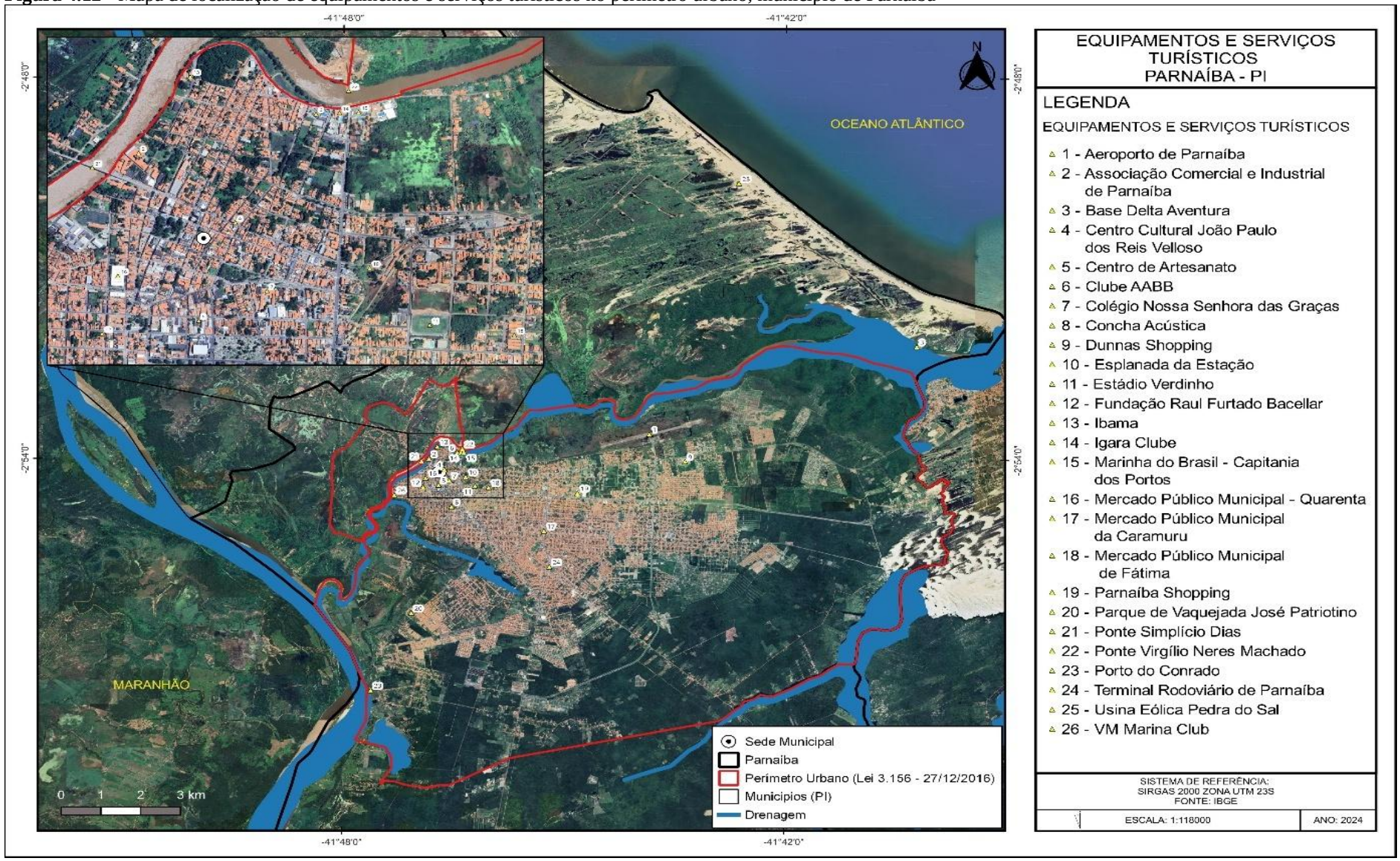
Para fins de localização e descrição dos equipamentos e serviços no perímetro urbano, propôs-se a figura 4.12, nela foram elencados 26 elementos. Em relação aos transportes, apontam-se os dois terminais discutidos em uma das seções anteriores, sendo um aéreo: 1 - Aeroporto Internacional de Parnaíba Prefeito Dr. João Silva Filho, e um rodoviário: 24 - Terminal Rodoviário de Parnaíba Séptimus Clark.

Apesar de não haver estudos de demanda turística real e/ou potencial, os terminais atendem aos fluxos, o fato de prevalecer o transporte rodoviário frente ao aéreo, se dá pelos altos custos e voos limitados, dificultando o desenvolvimento do turismo local. De acordo com Lohmann, Fraga e Castro (2013), o desenvolvimento de um destino turístico é influenciado pela existência ou não de sistemas de transportes eficientes.

Dentre os elementos mapeados se considerou os que são comumente de uso de moradoras locais, mas, que por razões de suas finalidades podem vir a ser e/ou são utilizados por turistas e visitantes que estão no destino turístico. Destacam-se o *shopping*, três mercados públicos municipais, um estádio de futebol, dentre outros, que foram identificados por ordem numérica de localização no mapa.

Sendo: 2 - Associação Comercial e Industrial, 3 - Base Delta Aventura, 4 - Centro Cultural João Paulo dos Reis Velloso, 5 - Centro de Artesanato, 6 - Clube AABB, 7 - Colégio Nossa Senhora das Graças, 8 - Concha Acústica, 9 - Dunnas Shopping, 10 - Esplanada da Estação, 11 - Estádio Verdinho, 12 - Fundação Raul Furtado Bacellar, 13 - Ibama, 14 - Igara Clube, 15 - Marinha do Brasil - Capitania dos Portos, 16 - Mercado Público Municipal - Quarenta, 17 - Mercado Público Municipal - Caramuru, 18 - Mercado Público Municipal – Fátima, 19 - Parnaíba Shopping, 20 - Parque de Vaquejada José Patriotino, 21 - Ponte Simplício Dias, 22 - Ponte Virgílio Neres Machado, 23 - Porto do Conrado, 25 - Usina Eólica da Pedra do Sal, 26 - VM Marina Club.

Figura 4.12 - Mapa de localização de equipamentos e serviços turísticos no perímetro urbano, município de Parnaíba



Fonte: IBGE (2024), adaptado pelo autor (2024).

Correlacionando o mapa 4.12 com o temático dos atrativos, pode-se concluir que o quantitativo e os tipos de recursos identificados no perímetro urbano é significativa e diversa, o que possibilitaria a proposição de roteiros turísticos de Turismo Urbano. Evidentemente se organizado, planejado e gerido, incorporando outras formas de fazer turismo, como: o Turismo Cultural, o Turismo Cívico e o Turismo Pedagógico.

4.6 Considerações Finais

A partir dos dados coletados foi possível caracterizar elementos da oferta turística no município de Parnaíba, que ficam localizados no perímetro urbano. Em relação a gestão institucional pública foi identificada uma Superintendência Municipal de Turismo (SUPTUR), um Conselho Municipal de Turismo (CONTUR) e uma Instância de Governança Regional (IGR) do Polo costa do Delta. Além de órgãos mistos, como o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Os equipamentos e serviços foram quantificados com base no CADASTUR e no INVTUR, do ano de 2024, nas categorias obrigatórias e não obrigatórias. Considerando o tamanho do município e a relevância socioeconômica para o entorno e municípios menores, Parnaíba apresenta estrutura de oferta capaz de atender a demanda sazonal, que busca o Turismo de Sol e Praia e o Ecoturismo.

Pode-se concluir ainda, com base nos mapas propostos que os atrativos, equipamentos e serviços turísticos relevantes e complementares estão localizados no perímetro urbano. Justificando que o Turismo Urbano por meio do Turismo Cultural, com foco na promoção de roteiros turísticos no centro histórico, nas Lagoas do Portinho, do Bebedouro e/ou alinhando esses recursos tem capacidade de constituir um novo produto do destino. Isto poderia ser realizado com a criação de mais ciclovias, serviços de locação de bicicletas que pudessem ser usados na prática do cicloturismo e/ou de walking tours, assim como, ocorrem em cidades maiores e médias.

Por fim, este estudo baseado em dados primários e secundários discutiu a oferta, não apenas com a finalidade de qualificação/quantificação. Sendo intencional refletir sobre o Turismo Urbano ser desenvolvido e como isso poderia ocorrer considerando as características sociais, geográficas e culturais locais. O fato de existirem poucos estudos brasileiros em cidades médias sobre a temática, e de este ser o primeiro proposto que problematiza Parnaíba, pode ser

uma questão limitante, mas também, motivo para que pesquisadores possam aplicar em outros contextos locais e com características parecidas.

4.7 Referências

ALMEIDA, M. C. C; FOGAÇA, I. F; SOARES, C. A. L.. Inventário turístico: Constatações e considerações. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 1, 2020.

ARAÚJO, A. T; MOREIRA, G. L. O transporte coletivo na cidade de Parnaíba-PI: Afetações no turismo. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 7, n. 16, p. 31, 2014.

BARRETTO, M. N. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas: Papirus, 2000.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003.

BOITEUX, B. C. WERNER, M. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BRAGA, S.S; GUZZI, A; PERINOTTO, A. R. C; MALTA, G. A. P. Análise da atratividade turística do litoral piauiense: atualização da avaliação dos atrativos turísticos, entre 2010 e 2020. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 1, p. 29–49, 2022.

BRASIL. Lei N° 14.978, de setembro de 2024. Altera as Leis nºs 7.064, de 6 de dezembro de 1982, 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para promover a modernização do turismo; dispõe sobre a transferência de empregados da Infraero; revoga o Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, e dispositivos das Leis nºs 12.833, de 20 de junho de 2013, e 12.974, de 15 de maio de 2014. **Brasília, DF: Presidência da República**, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14978.htm.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: Módulo operacional 6: Sistema de Informações Turísticas. **Brasília: Ministério do Turismo**, 2007. 59 p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/sistema_de_informacoes_turisticas_do_programa.pdf.

BRASIL. Inventário da Oferta Turística. **Brasília: Ministério do Turismo**, 2011.

BRAZ, A. M. **Zoneamento Turístico das Paisagens para o município de Mineiros (GO), Brasil.** 2020. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí (UFG/REJ), Jataí, 2020**.**

BURDA, N. A.; MARTINELLI, M. Cartografia do turismo: elaboração de roteiros

turísticos do patrimônio cultural da Lapa (PR). **Geografias**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 24-40, jun., 2014.

BUZAI, G. D. La geografía como ciencia aplicada. Articulación de enfoques en perspectiva sistémica. **Revista Vientos del Norte**, San Fernando del Valle de Catamarca, v. 1, n. 5, p. 1-11, 2017.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, E. M.; BALSAN, R.; LEITE, E. F. Geoprocessamento Aplicado no Planejamento Turístico: Discussão Teórica. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS.** n .15, Ano 8, maio 2012.

CORIOLANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. M. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Editora da UECE, 2005.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

DUQUE, R. C.; MENDES, C. L. **O planejamento turístico e a cartografia**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

FÉLIX, S. A. V; OLIVEIRA, M. M. S; BEZERRA, L. L. S. Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe2, p. 303-315, 2020.

FRATUCCI, A. C; ALMEIDA, M. C. C. Inventário da oferta turística: Reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 1, 2020.

FREITAS, M. I. C. Da cartografia analógica à neocartografia: nossos mapas nunca mais serão os mesmos? **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, vol. Especial Cartogeo, p. 23-39, 2014.

GOMES, D. S; MOTA, K. M; PERINOTTO, A. R. C. Turismo pedagógico como ferramenta de educação patrimonial: a visão dos professores de História em um colégio estadual de Parnaíba (Piauí, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 5, n. 1, 2012.

GOODCHILD, M. F. Geographic informations systems and science: today and tomorrow. **Procedia Earth and Planetary Science**, v. 1, n. 1, p. 1037-1043, 2009.
IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

JOVANOVIĆ, V.; NJEGUŠ, A. The application of GIS and its components in tourism. YUJOR – Yugoslav. **Journal of Operations Research**, Belgrado, v. 18, n. 2, p. 261-272, 2008.

KAŁAMUCKI, K.; CZERNY, A. Role of cartographic products in the promotion of tourism based on the example of Roztocze. Barometr Regionalny. **Regional Barometer. Analyses & Prognoses**. v. 13, n. 1, p. 145-151, 2015.

LOHMAN, G; CASTRO, R; FRAGA, C. Transportes e destinos turísticos: planejamento e gestão. **Elsevier Brasil**, 2013.

MENDES, J. N. Turismo, massificação e alienação: a compreensão de um processo sucessional. **Geografia**, v. 34, n. 3, p. 427-436, 2009.

MYANAKI, J. **Cultura e turismo**. São Paulo: IPSIS, 2007.

NASCIMENTO, W. S. Identificação dos impactos socioambientais negativos perceptíveis pela comunidade adjacente à usina eólica da praia da pedra do sal, Parnaíba, Piauí, Brasil. **Caderno de Estudos Geoambientais-CADEGEO**, 2018.

OLIVA, J. T. Ensino de Geografia: um retardo desnecessário. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 34-49.

OLIVEIRA, C. **Dicionário Cartográfico**. 4.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

OLIVEIRA, I. J. A cartografia aplicada ao planejamento do turismo. **Boletim Goiano de Geografia,** Goiânia, vol. 25, n. 2, p. 29-46, jan./dez., 2005.

OLIVEIRA, I. J. **Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros (GO).** 2007. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, I. J. Chapadões descerrados: relações entre vegetação, relevo e uso das terras em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 311-366, 2014.

PASTORELLO, F. **Viagens Cine**. Disponível em: https://www.viagenscinematograficas.com.br/2020/01/piaui-praias-delta-do-parnaiba.html. acesso em: 10/11/2022.

PARNAÍBA**. Guia de Bolso Parnaíba, Piauí - Brasil**. Disponível em: http://tdasuporte.com.br/secturismo/media/guia_de_bolso_parnaiba.pdf

PARNAÍBA. **Superintendência de Turismo. Relatório síntese: Inventário Turístico do município de Parnaíba-PI**. Parnaíba, 2024, n.p.

PIAUÍ. Lei N° 3.077, de 28 de junho de 1971. Define a política estadual de turismo, cria o Conselho Piauiense de Turismo (CONPITUR), a Empresa de Turismo do Piauí S/A (PIEMTUR) e dá outras providências. Teresina, PI: Governo do Estado, 1971.

PIAUÍ. Lei N° 8.177, de 05 de outubro de 2023. Institui o Sistema Estadual de Turismo, a Política Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Turismo (CET), as Governanças Regionais de Turismo, o Observatório da Inteligência Turística do Estado do Piauí e o Sistema de Incentivo Estadual ao Turismo - SIETUR. Teresina, PI: Governo do Estado, [2023]. Disponível em:

https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/5847/sei_00010.004282_2023_08.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

PUTRICK, S. C; BRAGA, S. S; PERINOTTO, A. R. C. Histórico das políticas públicas de turismo no Litoral Piauiense–Brasil. **Tourism and Hospitality International Journal**, v. 17, n. 1, p. 93-113, 2021.

PUTRICK, S. C**. O turismo na rota das emoções e no desenvolvimento socioeconômico de municípios do estado do Piauí**. Tese (Doutorado em Geografia) UFPR, 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. A. **Turismo e Geografia**: Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec. 2001.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do sáculo XXI. Editora Record, Rio de Janeiro; São Paulo, 2001.

SANTOS, R. B; PERINOTTO, A. R. C. Análise da percepção dos usuários de transporte por aplicativo em Parnaíba (PI) e seu impacto na mobilidade urbana e turística. **Ateliê do Turismo**, v. 7, n. 2, p. 1-33, 2023.

SANTOS, M. T. **Fundamentos de Turismo e Hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

SANTOS, R. Biogeografia aplicada ao Turismo. In: GUERRA, A. J. T.; ARANHA, R. C. (Org.). **Geografia Aplicada ao Turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014. p. 117-130.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: Conceitos e temas. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

5 EDUCAÇÃO SUPERIOR E URBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ

HIGHER EDUCATION AND URBANIZATION IN THE MUNICIPALITY OF PARNAÍBA, PIAUÍ

EDUCACIÓN SUPERIOR Y URBANIZACIÓN EN EL MUNICIPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ

Resumo
O presente artigo aborda a expansão da Educação Superior brasileira, contextualizando esse processo no município de Parnaíba, Piauí. E ainda, intencionou relacionar as influências deste na urbanização e no turismo local. A pesquisa teve como objetivo discutir as mudanças socioespaciais urbanas, em razão do aumento nos fluxos populacionais fixo e flutuante pelo acesso ao Ensino Superior. A metodologia consiste em uma abordagem quantitativa e qualitativa, de natureza aplicada, quanto aos objetivos é descritiva e explicativa. Foram realizados levantamentos bibliográfico e documental, observação em campo e elaboração de mapas populacionais comparativos. Identificou-se por meio de um mapa comparativo que houve crescimento da população, no período de 2007 a 2024, com a vinda de estudantes que acessaram as Instituições de Ensino Superior (IES), frutos da expansão, através das políticas públicas a exemplo do REUNI, FIES e PROUNI. Estimulando o crescimento da oferta de moradias, equipamentos, serviços públicos e privados, além de atividades de lazer e turismo. Por fim, a expansão universitária trouxe mudanças socioespaciais materiais e simbólicas nas dimensões cultural e econômica, relativas às cidades médias que passaram ou passam por processos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Expansão universitária. Cidades médias. Transformações socioespaciais.

Abstract
This article addresses the expansion of Brazilian Higher Education, contextualizing this process in the municipality of Parnaíba, Piauí. It also intended to relate its influences on urbanization and local tourism. The research aimed to discuss urban socio-spatial changes due to the increase in fixed and fluctuating population flows through access to Higher Education. The methodology consists of a quantitative and qualitative approach, of an applied nature, with descriptive and explanatory objectives. Bibliographic and documentary surveys, field observation and preparation of comparative population maps were carried out. It was identified that there was population growth in the period from 2007 to 2024, with the arrival of students who accessed Higher Education Institutions (HEIs) through public policies such as REUNI, FIES and PROUNI. Stimulating the growth of the supply of housing, equipment, public and private services, as well as leisure and tourism activities. Finally, university expansion brought material and symbolic socio-spatial changes in the cultural and economic dimensions, relative to medium-sized cities that have undergone or are undergoing development processes.

Keywords: University expansion. Medium-sized cities. Socio-spatial transformations.

Resumen
Este artículo aborda la expansión de la Educación Superior brasileña, contextualizando ese proceso en el municipio de Parnaíba, Piauí. Además, pretendía relacionar sus influencias en la urbanización y el turismo local. La investigación tuvo como objetivo discutir los cambios socioespaciales urbanos, debido al aumento de los flujos poblacionales fijos y flotantes para el

acceso a la Educación Superior. La metodología consta de un enfoque cuantitativo y cualitativo, de carácter aplicado, con objetivos descriptivos y explicativos. Se realizaron levantamientos bibliográficos y documentales, observación de campo y elaboración de mapas comparativos de población. Se identificó que hubo un crecimiento poblacional en el período de 2007 a 2024, con la llegada de estudiantes que accedieron a Instituciones de Educación Superior (IES), a través de políticas públicas como REUNI, FIES y PROUNI. Estimular el crecimiento de la oferta de vivienda, equipamientos, servicios públicos y privados, además de actividades de ocio y turismo. Finalmente, la expansión universitaria trajo cambios socioespaciales materiales y simbólicos en las dimensiones cultural y económica, relacionados con ciudades de tamaño mediano que han pasado o están pasando por procesos de desarrollo.

Palabras clave: Expansión universitaria. Ciudades medianas. Transformaciones socioespaciales.

5.1 Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Nº 9.394, de 1996, estabelece as recomendações que tratam da estrutura, organização, funcionamento, dentre outros aspectos da educação brasileira. Conforme seu artigo 21, a educação escolar é dividida em dois níveis - Educação Básica, envolvendo as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio; e a Educação Superior que oferta cursos de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura (Brasil, 1996). Esse último nível é alvo de políticas públicas de expansão em processos históricos brasileiros, desde a década de 1990. Período em que iniciam ações de promoção e incentivo do Estado na oferta, enquanto um bem público garantido constitucionalmente e/ou privado de livre iniciativa de mercado (Camargo; Martins Araújo, 2014; Reis; Pires, 2023).

Reis e Pires (2023), contextualizam a oferta do Ensino Superior ocorridas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Esse contexto possibilitou a expansão do número de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas nas cinco regiões do país, interiorizando e descentralizando o conhecimento acadêmico outrora detento por minorias privilegiadas, ou, em territórios urbanamente mais desenvolvidos. Criando também políticas específicas de promoção como os programas de financiamento - Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o de Financiamento Estudantil (FIES); e aumentando o número de cursos de graduação e Programas de Pós-graduação públicos de Mestrado e Doutorado (Vasconcelos, 1996, 2000; Pimenta; Anastasiou, 2014).

Segundo dados do censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), de 2023, 4.756.728 estudantes ingressaram em 2.595 IES, dessas, 611 estão na região Nordeste, ocupando o segundo maior número, atrás do Sudeste (Brasil, 2023). Cabe destacar ainda, que as matrículas em cursos de graduação presencial e de Educação à Distância (EAD), na rede pública e privada contabilizam 9.443.597 (Brasil, 2023). A partir dos dados pode-se afirmar que as políticas públicas na/para educação brasileira estão sendo reestruturadas e estimuladas enquanto ações de governo, frente ao contingenciamento e aos cortes de recursos, sobretudo, durante os anos de 2016 a 2022.

Nesta perspectiva destaca-se o município de Parnaíba, que é o segundo maior do estado do Piauí, em número de habitantes, apresentando população em 2022, de 162.159 pessoas (IBGE, 2022). Está situado na latitude 02°54’17’’ e longitude 41°46’36’’, na Planície Litorânea, Microrregião do Litoral Piauiense, a uma distância de 339,00 km da capital, Teresina, tendo como via de acesso a BR - 343 (CEPRO, 2013). Tem como limites, ao Norte o Oceano Atlântico e Ilha Grande, ao Sul Buriti dos Lopes e Cocal, ao Leste, o município de Luís Correia e ao Oeste, o estado do Maranhão (CEPRO, 2013).

Regionalmente Parnaíba se qualifica como polo de referência de Educação Superior, tendo no aumento da oferta de vagas e de número de IES uma justificativa. Na perspectiva deste estudo, definiu-se como marco histórico o Projeto de expansão da Universidade Federal do Piauí (UFPI), proposto através de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no período de 2005-2009. Contextualiza-se que isso ocorreu no ano 2007, influenciado também, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), quando o antigo Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), passou a ofertar sete novos cursos de graduação somados aos quatro que já existiam, totalizando onze. Destaca-se que no ano de 2018, com a publicação da Lei N° 13.651 foi criada a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

Ao observar a zona urbana do município, pode ser constatada uma crescente expansão imobiliária com o surgimento de áreas residenciais e comerciais edificadas vertical e horizontalmente, no entorno da UFDPar e da UESPI. No entanto, esta evidência é percebida também, em zonas próximas de outras IES privadas.

Do ponto de vista científico e social, o estudo poderá contribuir para debates que tratam das influências que o aumento do acesso à educação tem no desenvolvimento das cidades brasileiras. Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir as mudanças socioespaciais urbanas, em razão do aumento nos fluxos populacionais fixo e flutuante pelo acesso ao Ensino Superior, no município de Parnaíba, Piauí.

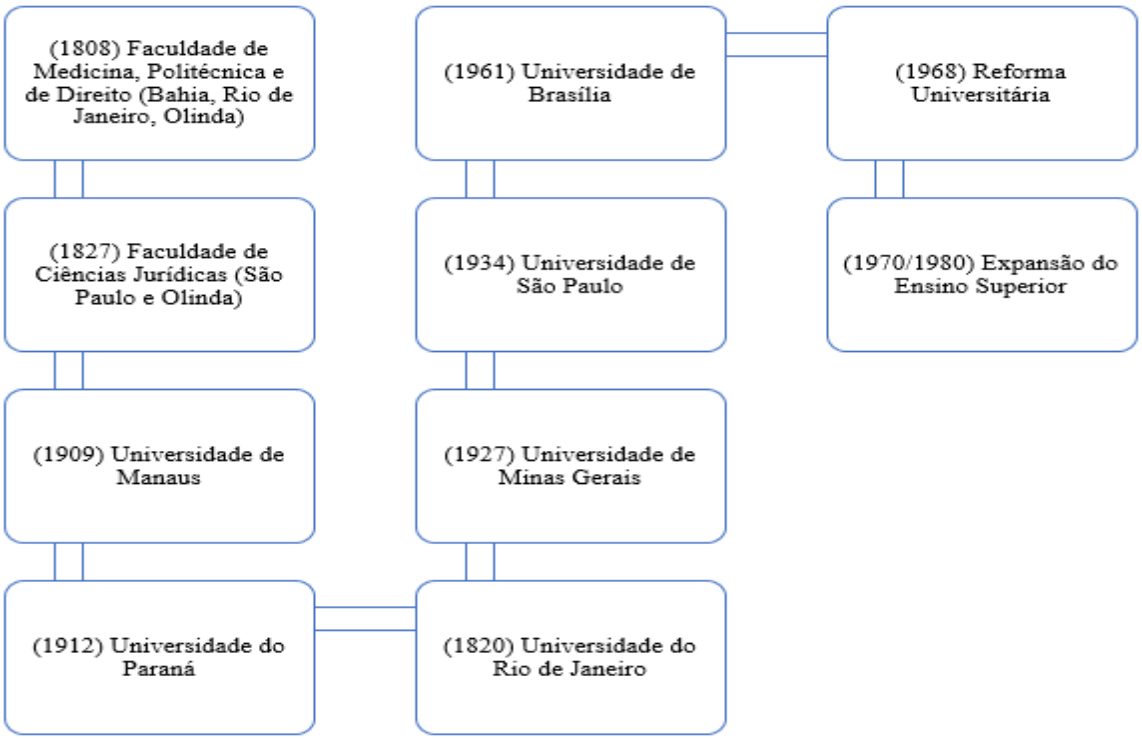
5.2 Breve Evolução Histórica da Educação Superior no Brasil

De acordo com Soares (2002); Neves e Martins (2016); Gaeta (2017), a história do Ensino Superior no Brasil não é concebida como em outros países da América Latina, pois os portugueses mantinham as universidades na metrópole, obrigando os filhos da elite colonial a se deslocarem para concluírem os estudos superiores. Situação que só se modificou com a transferência da família real para o país, exigindo a instalação de universidades para atender a formação da classe dominante e de mão de obra específica.

Essa educação importada e eurocêntrica veio para o Brasil como um modelo pronto, com base nos aspectos ideológicos dos jesuítas e das universidades da Europa da época. Os primeiros desenvolviam o ensino em um viés religioso, enquanto que as segundas na sistematização dos conteúdos e no positivismo. O conhecimento era tido como uma verdade absoluta dogmática e orientada para memorização e reprodução dos conteúdos pelos alunos em formação (Gaeta, 2017).

No período da República, iniciado em 1889, houve debates sobre as universidades e foi nesse contexto que foram criadas instituições e cursos, posteriormente, o estatuto das universidades brasileiras, e na década de 1960, a Lei da Reforma Universitária. Seguem algumas datas relevantes (figura 5.1).

Figura 5.1 - Fluxograma sobre periodização da Educação Superior no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor (2020), adaptado de Gaeta (2017).

Como se observa, o Ensino Superior inicia com a criação das Escolas Régias de Medicina, na Bahia, Politécnica, no Rio de Janeiro, e Direito em Olinda e Recife, Pernambuco. Vinte um ano depois foram criados os cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e Olinda; devido à ciclos econômicos como o da borracha e do café surgiram, respectivamente, as universidades de Manaus e Paraná, dentre outras que foram sendo criadas (Neves; Martins, 2016; Gaeta, 2017). É relevante compreender que as universidades são criadas estrategicamente em contextos de desenvolvimento de atividades econômicas.

Gaeta (2017) aponta que com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, surge um novo modelo moderno de instituição educacional pautada na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, modernizando as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Um fato marcante foi a instituição da Reforma universitária de 1968, com base nas Leis de N° 5.540 e 55.398, decorrentes da federalização das IES e das críticas à política universitária, além da organicidade do movimento estudantil estimulando pelo Estado a privatização e abertura da iniciativa privada. Nesse período vivia-se o autoritarismo e o desenvolvimentista da ditadura militar (Cunha, 1988; Lopes; Faria Filho; Veiga, 2003). Caminhando mais um pouco, na década de 1980, com a primeira expansão no Ensino Superior em números existiam 65 universidades públicas (Gaeta, 2017).

Segundo Cavalcante (2000), na década de 1990, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), N° 9.394/1996, as universidades têm autonomia para definir: propostas pedagógicas, criação/abertura/fechamento de cursos e elaboração própria dos currículos desses cursos, por exemplo, dentre outras ações (Brasil, 1996). A LDBEN também, estabelece os parâmetros de avaliação dos cursos de graduação e das instituições, de modo que, o Ministério da Educação (MEC) credencia e descredencia por meio das avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Brasil, 1996).

Em resumo, historicizou-se e caracterizou-se brevemente as IES e o Sistema, mas, e os professores? Um ponto a ser refletido é que para uma instituição ser considerada universidade, deve possuir em seu quadro um terço de professores com titulação de mestre ou doutor; e um terço contratado em tempo integral (Brasil, 1996). A formação continuada é uma “exigência”, e também, uma estratégia para qualificação docente. Fator que colabora para que profissionais se desloquem de suas cidades em busca de qualificação e/ou oportunidades de empregos provocando movimentos migrantes às cidades universitárias.

5.3 Cidades e Expansão Universitária

As cidades que tiveram origem das antigas aldeias, surgiram a partir de alguns fatores que determinaram sua localização. Entre eles, destaca-se a proximidade dos rios, que representam elementos importantes para o cultivo, o transporte, a higiene e a proteção (Brumes, 2001). A exemplos das cidades de Uruk, Ur e Babilônia, localizadas nas margens dos rios Tigre e Eufrates. Além disso, a busca por proteção com o surgimento de cidades em penhascos, como Siena, na Itália, ou situadas em ilhas, a exemplos de Estocolmo, na Suécia, e Paris, na França, que tem o rio Sena, como protagonista.

Na visão de Baptista e Cardoso (2013), a história das cidades está intimamente ligada à água, tanto na forma de rios, como lagos e mares. Baptista e Cardoso (2013, p. 127) afirmam, ainda que, além da

> óbvia necessidade da água para consumo, higiene e desenvolvimento das atividades agrícolas e artesanais, a presença dos rios junto às aglomerações urbanas favorecia as comunicações e o comércio". Em muitos casos, os rios desempenhavam também um papel na defesa e proteção das cidades, que eram implantadas em ilhas, como Paris, em elevações junto a meandros ou penínsulas, como Lyon, ou em margens de rios próximas a áreas pantanosas, como Londres.

Considerando o fator de localização, destacam-se as rotas de comércio que impulsionaram o surgimento de cidades, como a cidade de Palmira, localizada no deserto do Saara, entre o Mar Mediterrâneo e o rio Eufrates, que funcionava como ponto de descanso das caravanas em sua rota comercial (Piccini, 2019). Na visão de Correa (2004, p. 317), a "localização de cada cidade responde a uma lógica que resulta de necessidades e possibilidades existentes no momento de nascimento da cidade", fato que ocorre também nas cidades contemporâneas.

Ao discutir o conceito de cidade, Lencioni (2008, p. 121) afirma que são consideradas como "as aglomerações sedentárias que se caracterizam pela presença de população voltada exclusivamente para as atividades urbanas", em contraposição às atividades realizadas na zona rural. Para Rolnik (1995, p. 13), "a cidade é antes de mais nada um imã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia".

Ressalta-se que, as cidades contemporâneas continuam, ainda, atraindo grande número de habitantes, que as procuram para a realização de funções de trabalho, prestação de serviços, atendimento de saúde, para o desenvolvimento de estudos, bem como para o lazer e o turismo.

Dessa forma, com o aumento da população ocorre o crescimento e a expansão da área urbana. Segundo Lima e Palmisano (2023, p. 27), a produção “do espaço ao longo da história na formação das cidades, apresentou diferentes agentes, que no decorrer do tempo, se modificaram juntamente com as transformações sociais e econômicas”.

Alguns fatores atuais contribuem para o crescimento das cidades, o que tem despertado o interesse de pesquisas e estudos. Entre eles, destaca-se o surgimento das Instituições de Ensino Superior (IES), que têm contribuído para o crescimento e desenvolvimento dos espaços urbanos, tornando-os de polos de atração.

Máximo (2020, p. 2) comenta que “a recente expansão do ensino federal superior e técnico que caracteriza as políticas educacionais em nível nacional a partir da virada do século XXI se fundamenta em um duplo processo de democratização e de interiorização”. Com isso, ocorreram mudanças no acesso às instituições de ensino superior que antes eram restritas, apresentando recortes de renda e de território.

Em estudo realizado na cidade de Sinop, Mato Grosso, Moura e Romancini (2023, p 5255, **tradução nossa**) afirmam que as IES dinamizam o espaço urbano, transformando principalmente o entorno do local onde estão localizadas além promover a “vinda de alunos e professores de outras localidades, conectando Sinop com outras regiões do país”.

Na visão de Baumgartner (2015, p. 94), “as Universidades contribuem para o desenvolvimento (econômico, político e cultural) urbano e regional, dinamizando cidades, suas bases econômicas, sua morfologia e mesmo suas imagens na rede urbana global”.

Neste contexto, Freire e Holanda (2018, p. 7) afirmam que a “ampliação e interiorização do ensino superior tornam-se elementos importantes para o desenvolvimento das regiões e também fatores atrativos que redimensionam as relações intraurbanas e regionais nas cidades onde são instaladas”. Observa-se que na cidade de Parnaíba, estado do Piauí, têm ocorrido transformações e consequente expansão urbana, com a chegada de mais Instituições de Ensino Superior (IES), enfatizando-se a presença de cursos mais competitivos, como é o curso de Medicina.

5.4 Metodologia

Metodologicamente esta pesquisa é de abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, quanto aos objetivos, é descritiva e explicativa, tendo sido realizados levantamentos bibliográfico e documental, além de observação participante (Lakatos; Marconi, 2013; Prodanov; Freitas, 2013).

O levantamento bibliográfico foi realizado em livros e bases de dados: *SciElo*, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC) e no *Science Direct*, nos idiomas inglês, português e espanhol. Tendo como temática: Educação Superior no Brasil, expansão e aumento da oferta de IES e Urbanização em cidades médias.

A pesquisa documental foi feita através do Censo da Educação Superior de 2023, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Além dos dados do Cadastro Nacional de Cursos e IES do e-MEC, no ano de 2024, para levantar o quantitativo de instituições, com base nos seguintes critérios: nome da IES, ano de criação, categoria administrativa e organização acadêmica. Objetivando quantificar e comparar os dados primários para fins de pesquisa.

5.4.1 Técnicas de Geoprocessamento

Foi elaborado um mapa comparativo de densidade demográfica, com base nas informações dos setores censitários de 2010 e 2022, no município analisado. Em que se evidenciou o aumento da população próximo as principais IES, selecionadas tendo como critérios o porte e a relevância acadêmica. Para isso foram consultados os sites do e-MEC, do Google Maps e do Google Earth. Posteriormente, através do *software* QGIS versão Desktop 3.22.1, foi realizada a vetorização dos pontos manualmente e criado um arquivo em *shapefile* para o armazenamento de informações de descrição, sigla e demais observações.

Cabe destacar que, o censo demográfico constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população, em todos os municípios brasileiros, e em seus recortes territoriais internos. A malha de setores censitários, um dos formatos de disseminação dessa operação, congrega as unidades territoriais de coleta e divulgação dos resultados do universo da pesquisa.

Os arquivos geoespaciais digitais representativos dos setores censitários reúnem direções sobre o enquadramento dessas unidades territoriais, não só em relação à divisão político-administrativa vigente, mas também, em recortes mapeados pelo IBGE. A exemplo dos Núcleos Urbanos, Favelas e Comunidades Urbanas, Aglomerados Rurais, Agrupamentos Indígenas e Quilombolas, dentre outros.

5.5 Resultados e Discussões

A partir dos dados do Censo da Educação Superior de 2023, observa-se na tabela 5.1 a existência de 2.580 IES no Brasil, sendo 316 públicas e 2.264 privadas; as que compõem o primeiro grupo distribuem-se em 138 estaduais, 121 federais e 57 municipais (Brasil, 2024).

Tabela 5.1 - IES por organização acadêmica e categoria administrativa, em 2023, no Brasil

TABELA 1

INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – 2023

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2023	2.580	116	89	9	384	150	1.791	41	n.a.

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024).

Nota: n.a. Não se aplica.

Fonte: (Brasil, 2024).

Este dado é relevante para a presente pesquisa, por trazer um panorama geral do perfil acadêmico e administrativo das IES, em nível de Brasil. Nota-se que somente na categoria das universidades é que as públicas são em maior número, pois, nas categorias de centro universitário e faculdades, o quantitativo de privadas está bem acima. Isso pode ser ajuizado pelo motivo do credenciamento "como universidade ou centro universitário", exigir critérios específicos com base nas "respectivas prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade" (Brasil, 2018, n.p).

De acordo com Bizerril (2020, p. 2), o aumento das universidades pode ser historicamente consequência:

> Dos primeiros campi das universidades federais estabelecidos nas décadas de 1950 e 1960, seguiu-se um crescimento lento até a década de 1980, quando foram criados novos campi, sobretudo na região Norte. A década de 1990 foi marcada por drástica redução no investimento nas universidades públicas e exponencial crescimento das instituições privadas de ensino superior (GONÇALVES, 2008; DUTRA, 2012; TRAINA-CHACON; CALDERÓN, 2015). A partir dos primeiros anos do século XXI, houve uma nova fase de crescimento do ensino superior público em todas as regiões, aumentando em mais que o dobro o número de campi universitários existentes no país.

Conclui-se que, as instituições são produzidas a partir do tempo e contexto sócio-histórico e político em que estão inseridas. Os primeiros campi das universidades foram criados no período da ditadura militar, em que prevalecia uma educação tecnicista focada na formação para o mercado de trabalho. Nos anos de redemocratização do país há um novo crescimento, que só retornaria quando o primeiro governo do PT demonstrou compromisso com a garantia do acesso à Educação Superior do país.

Na tabela 5.2, são disponibilizadas informações sobre o número de IES e matrículas de graduação, também considerando a organização acadêmica, de modo que, foram somadas entre públicas e privadas cada categoria. Sendo possível identificar quais possuem mais estudantes matriculados.

Tabela 5.2 - Número de IES e matrículas de graduação segundo a organização acadêmica, em 2023, no Brasil

TABELA 2

NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO, SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – 2023

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas	
	Total	%	Total	%
Total	2.580	100,0	9.976.782	100,0
Universidades	205	7,9	5.296.486	53,1
Centros Universitários	393	15,2	3.303.733	33,1
Faculdades	1.941	75,2	1.136.112	11,4
IFs e Cefets	41	1,6	240.451	2,4

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024).

Fonte: (Brasil, 2024).

Destaca-se que, apesar das universidades serem a menor quantidade em número de IES, com 205 no total, equivalendo a um percentual de 7,9%, representam as com maior número de matrículas com mais 5 milhões, correspondendo à 53,1%. Seguido pelos centros universitários, em sua maioria privados, no total de 393 e mais de 3 milhões de matrículas, em um percentual de 33,1%. (Brasil, 2024).

Ainda para Bizerril (2020, p. 3), é problematizado sobre a temática “em torno da expansão do ensino superior no Brasil nos governos Lula e Dilma”. O autor afirma que os estudos enfocam “na análise do número de instituições e de matrículas nos cursos de graduação nos sistemas público e privado (Mancebo, 2015; Barros, 2015; Traina-Chachon; Calderón, 2015).” Esses quantitativos são relevantes para fins de planejamento, organização e

desenvolvimento da gestão pública sobre a oferta de políticas educacionais; e também, para as pesquisas científicas.

Em resumo, a oferta de Educação Superior e o aumento das IES, está ligado ao momento histórico contemporâneo de criação de novas universidades e instituições privadas atravessadas pela oferta de ações em nível federal. Tendo como exemplos, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no ano de 2007, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), no ano de 2004; e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), no ano de 2001.

No quadro 5.1 foram levantados dados do e-MEC sobre as IES existentes no município de Parnaíba. Foram identificadas as instituições, a organização acadêmica e a categoria administrativa (Brasil, 2024). As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição (Brasil, 2024).

Quadro 5.1 - IES localizadas no município de Parnaíba

Instituição de Ensino Superior (IES)	**Organização acadêmica** **Categoria administrativa**
ABEU - Centro Universitário	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Centro Universitário da Grande Fortaleza (UNIGRANDE)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Centro Universitário da Grande Fortaleza (UNIPA)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Centro Universitário do Paraná (UNIPA)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Centro Universitário UNIRB	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Centro Universitário UNIFATECIE	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Centro Universitário Internacional (UNINTER)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos

Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (FACETEN)	Faculdade particular Privada com fins lucrativos
Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP)	Faculdade particular Privada com fins lucrativos
Faculdade Dexter	Faculdade particular Privada com fins lucrativos
Faculdade de Ensino Superior de Parnaíba (FAESPA)	Faculdade particular Privada com fins lucrativos
Faculdade Cesumar de Ponta Grossa	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Faculdades IPEDE	Faculdade particular Privada com fins lucrativos
Faculdade UNIBF	Faculdade particular Privada com fins lucrativos
Faculdade UNIRB	Faculdade particular Privada com fins lucrativos
Fasul Educacional EAD	Faculdade particular Privada com fins lucrativos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Pública federal
UNIBF Centro Universitário	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Universidade do CEUMA (UniCEUMA) (Polo de Ensino a Distância)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Universidade Estácio de Sá (UNESA)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	Universidade estadual Pública estadual
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)	Universidade federal Pública federal
Universidade Paulista (UNIP)	Centro Universitário Privada com fins lucrativos

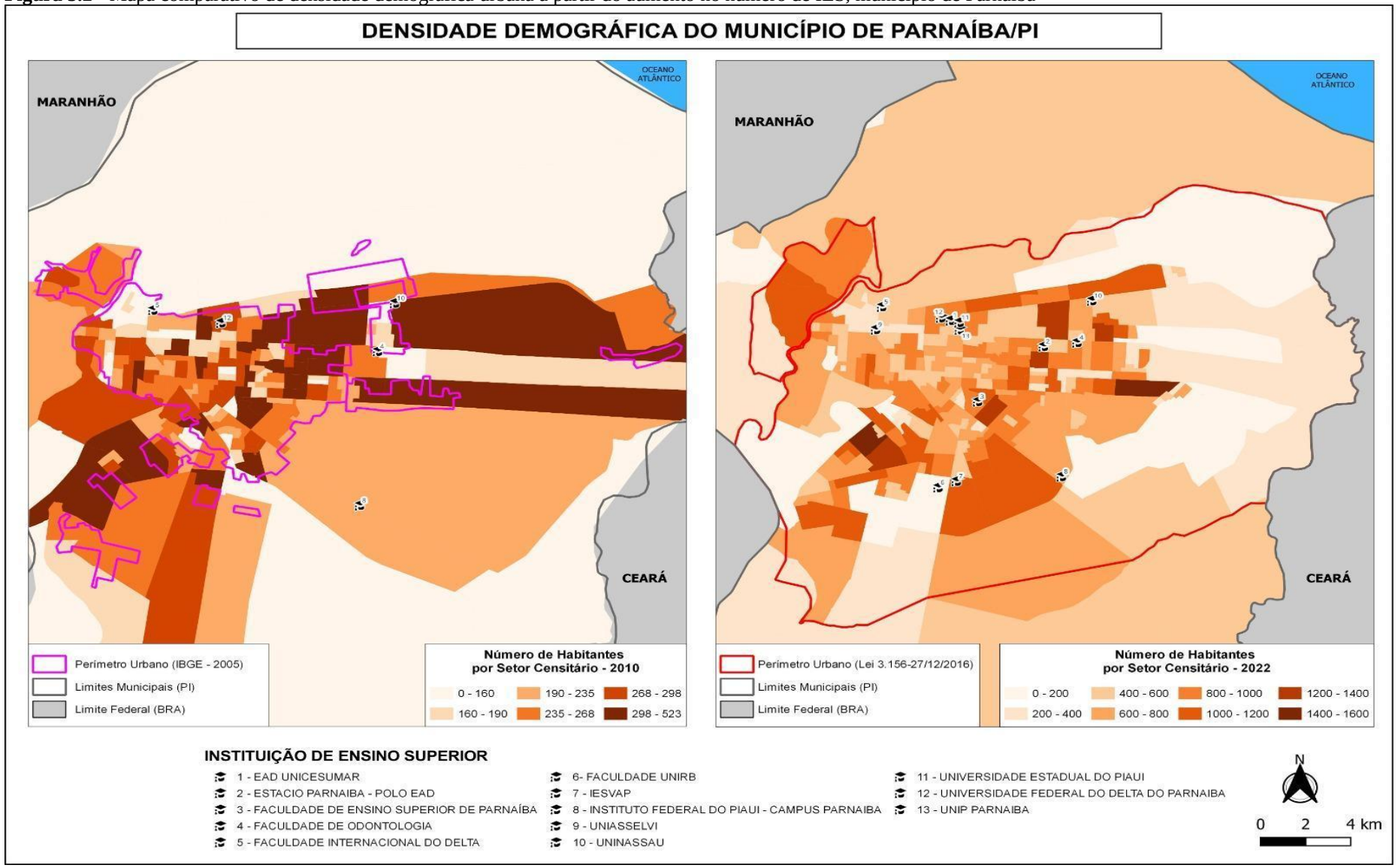
Fonte: e-MEC (2024).

Foram identificadas 26 IES, em se tratando da organização acadêmica e categoria administrativa duas são universidades públicas - federal e estadual, 15 são centros universitário privados com fins lucrativos e oito são faculdades particulares. Cabe destacar, que foram criadas no período em que as políticas públicas federais REUNI, PROUNI e FIES começaram

a ser executadas. Corroborando que foi a partir desse marco temporal, que o município de Parnaíba passou a apresentar novas dinâmicas em escala socioespacial.

Na figura 5.2, são propostos dois mapas comparativos de densidade demográfica no município analisado, nos quais são localizadas as IES, tendo como critérios de seleção serem as de maior porte e relevância acadêmica. O primeiro foi elaborado com base em dados do IBGE, no ano de 2005, delimitando o perímetro urbano. O segundo foi construído a partir do Plano diretor, Lei de N° 3.156, no ano de 2016, que estabelece o perímetro atualizado e ampliado.

Figura 5.2 - Mapa comparativo de densidade demográfica urbana a partir do aumento no número de IES, município de Parnaíba



Fonte: IBGE (2024), adaptado pelo autor (2024).

Diante do exposto, nota-se que houve expansão urbana, pois, a cidade de Parnaíba teve crescimento territorial extensivo, com a conversão de áreas rurais em urbanas. Isso se materializa por meio de vetores horizontais em quantidade muito maior do que verticais, em observação direta, identificou-se que as edificações seguem essa dinâmica. Destaca-se também, que o crescimento do território tem relação com o que ocorreu em outras dimensões, principalmente, a econômica, a social e a política e/ou institucional.

Relativo a isso, apontam-se investimentos privados na ampliação da oferta de comércio varejista em geral e na prestação de serviços de empresas independentes e franquias. Igualmente, de políticas públicas setoriais em nível federal, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 2007. Fatores que influenciaram no aumento da população fixa e flutuante acompanhados da urbanização, e, consequentemente, de melhorias e problemáticas sociais, urbanos e ambientais.

Nesta perspectiva, Andrade Lima, Lopes, Façanha (2019, p. 2), discorrem que:

> A investigação sobre a expansão urbana com o aumento do perímetro urbano, por meio da incorporação de novas áreas ao espaço da cidade, é muito importante para se conhecer o principal mecanismo de produção de novas áreas urbanas e saber como população, incorporadores imobiliários e Estado atuam, além de observar como a legislação pode ser mais eficiente na gestão do espaço urbano, socialmente mais justo e sustentável.

Considerando os setores censitários, no ano de 2010, o território estudado tinha uma população entre 0 e 523 habitantes, distribuída em 169 setores censitários. Já no ano de 2022, esse número triplicou trazendo números entre 0 e 1428 habitantes, distribuídos em 251 setores censitários. Indica-se o censo demográfico como uma fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população, em todos os municípios brasileiros e em seus recortes territoriais internos, fornecendo subsídios à administração pública, ao mercado e instituições de pesquisa.

Em relação as IES, houve aumento no quantitativo entre os anos de 2010 e 2022. Enfatiza-se no mapa do primeiro recorte temporal, quatro instituições localizadas no perímetro urbano, sendo: 4 - a Faculdade de Odontologia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) , 5 - a Faculdade Internacional do Delta (FID), 10 - o Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU) e 12 - a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Além de uma fora do perímetro, o Instituto Federal do Piauí (IFPI). Destas instituições três são públicas,

correspondendo a maioria, cabe destacar que algumas existiam com outros nomes, como a UFDPAr que antes era um campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

No mapa de 2022, destacou-se 13 IES localizadas no perímetro urbano, sendo as mencionadas anteriormente somadas a outras oito: 1 - Polo do Centro Universitário de Maringá (UniCesumar), 2 - Polo da Universidade Estácio de Sá (Faculdade Estácio), 3 - Faculdade de Ensino Superior de Parnaíba (FAESPA), 6 - Faculdade Regional da Bahia (UNIRB), 7 - Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), 9 - Polo do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), 11 - Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e 13 - Polo da Universidade Paulista (UNIP).

Destas instituições uma é pública, correspondendo a minoria, enquanto que sete são privadas, com duas locais e as cinco restantes são polos vinculados a grandes grupos empresariais educacionais. A partir dos dados, pode-se concluir que houve também uma reconfiguração sobre quais IES ofertam vagas, de modo que a iniciativa privada se transforma na categoria administrativa prevalente.

Entre as novas dinâmicas urbanas de atendimento aos estudantes e profissionais que chegam para residir ou que vêm diariamente, aponta-se o surgimento de habitações com características verticais, a exemplo de condomínios de apartamentos e de kitinetes (figuras 5.3 e 5.4).

Figura 5.3 - Fotografia de condomínio de apartamentos concluído em 2024, localizado próximo à UFDPar, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 5.4 - Fotografia de kitinetes localizadas próximas à UFDPar, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Do ponto de vista da hierarquia urbana, Parnaíba é considerada um centro sub-regional A (3A). Este indicador qualifica a centralidade da cidade, de acordo com a atração que exerce a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial (IBGE, 2020). Recebe diariamente visitantes dos municípios piauienses vizinhos e dos estados do Ceará e Maranhão, por motivos de trabalho, oferta de serviços de saúde, educação, moradia próxima as IES (figura 5.5).

Figura 5.5 - Fotografia de condomínio de apartamentos localizado próximo à UFDPar, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

É possível identificar ainda, o surgimento de novos loteamentos urbanos abertos (figura 5.6) e fechados, que atestam a expansão urbana, implantados na Rodovia BR- 43, como, o Caminho da Alvorada Residence, o Lagomares, o Conviver do litoral e o Parnaíba Residence, próximos a ponte que liga a Luís Correia, que dista 13,7 km de Parnaíba e detém, praticamente, os 66 km de extensão litorânea.

Figura 5.6 - Fotografia de condomínio de casas localizado próximo à UFDPar, município de Parnaíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Observou-se que, as transformações urbanas e os impactos no contexto local, particularmente, impulsionadas pela presença das IES públicas e privadas que se estruturaram, permitiu testemunhar o surgimento de novas interações sociais na cidade estudada e em seu entorno. Em relação ao Ensino Superior, foi constatado o aumento da densidade populacional e de habitações próximas às instituições educacionais.

5.6 Considerações Finais

Os investimentos públicos e privados no Ensino Superior brasileiro, principalmente, a partir das políticas públicas de educação implantadas no começo da década dos anos 2000, atraíram um número crescente de pessoas em busca de formação acadêmica e qualificação profissional. Nesse contexto, a cidade média de Parnaíba, se destaca como um centro

educacional regional, atendendo a população local, a de estados vizinhos do Ceará e do Maranhão, além de outras regiões do Brasil.

A diversificação das atividades urbanas, muitas delas associadas ao setor educacional, geraram novas hierarquias urbanas e articulações espaciais. De modo que, a nova configuração territorial tem contribuído para reestruturação das expressões socioeconômicas locais. Parnaíba tem em seu processo de urbanização e novas dinâmicas populacionais a influência educacional, mas também, do potencial turístico. O turismo é uma possibilidade de desenvolvimento, o que confere à cidade um papel ainda mais significativo na região.

Com base na pesquisa, foi constatado mudanças em extensão e configuração do espaço urbano, ampliação na oferta de moradias, equipamentos e serviços públicos e privados. Igualmente, novas dinâmicas sociais urbanas com trocas interculturais de/entre/com estudantes, profissionais e migrantes.

Por fim, espera-se que os resultados contribuam para o aprimoramento da formação acadêmica de estudantes de graduação e pós-graduação, ao mesmo tempo que forneçam subsídios para a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e equilibrado de cidades médias, considerando suas potencialidades e desafios. A expansão universitária trouxe mudanças socioespaciais materiais e simbólicas nas dimensões cultural, econômica e social a Parnaíba, comuns às cidades que passaram ou que estão passando pelos processos de crescimento e desenvolvimento.

5.7 Referências

BAPTISTA, M; CARDOSO, M. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 20, n. 2, p. 124-153, 2013.

BAUMGARTNER, W. H. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos,** v.11, n. 1, p. 91-11, 2015.

BRUMES, K. R**.** Cidades: (re) definindo seus papéis ao longo da história. **Caminhos de Geografia.** v. 2, n. 3, p.47-56, 2001.

CORRÊA, R. L. Posição Geográfica de Cidades. **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, p. 317-323, 2004.

FREIRE, H. P; HOLANDA, V. C. C. A expansão do ensino superior nas cidades médias do nordeste brasileiro **A expansão do ensino superior em debate**, p. 7, 2016.

LENCIONI, S. Observações sobre os conceitos de cidade e urbano. **GEOUSP**. Espaço e Tempo, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

LIMA, A. C; PALMISANO, A. O Crescimento Urbano de Sinop, MT entre os anos de 2000 e 2020 e a relação entre população, atividades econômicas e agentes produtores do espaço urbano **Revista Geonorte**, v.14, n. 44, p.23-41, 2023.

MÁXIMO, R. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não-metropolitanas no Ceará. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, n. e20190080, 2020.

MOURA, E. D; ROMANCINI, S. R. The production of urban space and the geography of higher education in Sinop-MT. **Cuadernos de Educación Y Desarrollo**, v. 15, n. 6, p. 5246-5265, 2023.

PICCINI, Andrea. PALMIRA. Cidade Porta do Império Romano para o Oriente. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n. 32, p. 203-210, 2019.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

BEHRENS, M. A. Docência universitária: formação ou improvisação? **Revista do Centro de Educação**, v. 36, n. 3, set-dez, p. 441-454, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Censo da Educação Superior 2018 - Notas Estatísticas.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2019.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE) N° 13.005/2014.** Brasília: Governo Federal, 2014.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Número de Funções Docentes da Educação Superior**. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?PortalGo. Acesso em: 19 mar. 2020.

CANDAU, V. M. F. A formação de educadores: Uma perspectiva multidimensional. **Revista em Aberto**, Brasília, v. 1, n. 8, 1982.

CANEN, A.; XAVIER, G. P. M. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Brasil, v. 16, n. 48, p. 641-661, set-dez, 2011.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019.

CAVALCANTE, J. F. **Educação superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada:** o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

CUNHA, M. I. Inovações na educação superior: impactos na prática pedagógica e nos saberes da docência, v. 29, n. 97, 2016.

DINIZ-PEREIRA, J. E. Lentes teóricas para o estudo da construção da identidade docente. **Educação em Perspectiva**, v. 7, n. 1, 2016.

FERREIRA, H. **Entendendo as modalidades de ensino.** 2015. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/entenda-os-niveis-e-as-modalidades-de-ensino>.

FREIRE. P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAETA, M. C. **Fundamentos da Educação Superior.** São Paulo: Editora Senac, 2017.

GASPARIN, J. L.; PETENUCCI, M. C. **Pedagogia Histórico-Crítica:** da teoria à prática no contexto escolar. 2018. Disponível em: <http:/ /www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

HOLANDA, V. C. C. A Expressão Regional das Universidades Públicas nas Cidades Médias de Sobral-Ce e Parnaiba-PI. **Sociedade e Território**, Natal. v. 30, n. 1, p. 94-112, jan./jun., 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, M. S. L.; BRAGA, M. M. S. de C. Relação ensino-aprendizagem da docência: traços da Pedagogia de Paulo Freire no Ensino Superior. **Educar em Revista**, n. 61, p. 71-88, 2016.

LEHER, R.; VITTÓRIA, P.; MOTTA, V. C. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, abr, 2017.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 153.

NAVES, M. L. de. P.; COELHO da SILVA, E.; FERREIRA dos SANTOS, A. N. Professor, Ensino e Aprendizagem no Ideário Materialista Histórico Dialético. **Revista Profissão Docente on line,** Uberaba, v. 15, n. 33, p. 78-90, ago-dez, 2015.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino Superior no Brasil: Uma visão abrangente. In: DWYER, T. et al. **Jovens universitários em um mundo em transformação:** uma pesquisa sino-brasileira. Rio de Janeiro: INEP, 2016.

OLIVEIRA, H. F. A bagagem do Pibid para a formação inicial docente e para a construção da identidade profissional. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 56, n. 3, p. 913-934, 2017.

PERRENOUD, P. **Dez novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no Ensino Superior**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PORTO, C.; SANTOS, E. O. dos. **Identidade docente**: o que os blogs e do Facebook tem a nos dizer sobre os professores e suas mídias virtuais. Campina Grande, EDUEPB, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAVIANI, D. A Pedagogia Histórico-Crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez, 2013.

SOARES, M. S. A. et al. **A Educação Superior no Brasil.** Porto Alegre: IESALC - Unesco, 2002.

SOMACAL, C. M. **Professor Pedagogo:** que profissional é este? 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina.

SOUZA, D. F. da; SILVA, C. C. Trabalho e Identidade: reflexão sobre a constituição da identidade docente enquanto elemento de transformação social. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, v. 5, n. 12, 2019.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TASQUETTO, L. da. S. **Educação e comércio internacional:** impactos da liberalização comercial dos serviços sobre a regulação da educação superior no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo. São Paulo.

TEIXEIRA, M. C. **Metodologia do Ensino Superior**. Paraná: Gráfica Unicentro, 2015.

VASCONCELOS, M. L. **A Formação do Professor de Terceiro Grau**. São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. **A Formação do Professor do Ensino Superior**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

VIEIRA, M. M. da. S. **Tornar-se professor em uma escola confessional:** um estudo sobre a constituição identitária na perspectiva da dimensão da espiritualidade. 2009. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

6 CONCLUSÕES

A partir das questões centrais levantadas nesta tese e construídas através de observação individual, e também, da integração entre três áreas do conhecimento: Planejamento Urbano, Turismo e Educação, buscou-se analisar epistemologicamente o desenvolvimento no/do município de Parnaíba. O caminho proposto foi trilhado seguindo a análise de políticas públicas urbanas locais, especificamente, dos planos diretores de 2007 e 2016, focando no turismo; na identificação de aspectos da oferta, gestão pública e do mercado turísticos para compreender a situação atual; e de como a Educação Superior, atividade multidimensional, que influencia no turismo e tem papel importante na socioeconomia local se qualifica.

Reafirma-se a relevância e influência, que o município analisado tem para potencializar o turismo no Polo Costa do Delta, na Rota das Emoções e no estado do Piauí. É uma reafirmação consensual, por não ser uma descoberta nova ou proposição inovadora, uma vez que, estudos técnicos e científicos publicados no começo do século XXI, tratam a respeito do reconhecimento do lugar turístico Parnaíba. Nesse âmbito não há novas descobertas, porém, quando se arrisca trazer para o debate do turismo local, os lugares ocupados pelo planejamento urbano e pela Educação Superior, têm-se questões que até o presente momento não tinham sido feitas.

Com base no exposto, foi possível identificar que os documentos de planejamento urbano locais analisados, orientam sobre o desenvolvimento do turismo e da Educação Superior, o que não quer dizer que sejam colocados em prática em partes ou em sua totalidade. Constatou-se ainda, que existem políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal voltadas diretamente para o desenvolvimento do turismo local e regional, não tendo sido intenção do pesquisador avaliar de forma diagnóstica cada uma delas. Quanto à expansão educacional do Ensino Superior, concluiu-se, embasado nos dados que este tem contribuído nas/para as transformações socioespaciais no/do ambiente urbano.

Sobre a organização política de turismo em nível local, foi identificado que havia uma Secretaria Municipal de Turismo, posteriormente, alterada para a configuração de Superintendência especializada. Tendo sido extinta, e hoje, está ativa e promove ações desarticuladas quando se sabe que esse órgão deveria ser propositivo e capaz de executar junto à população, turistas e outros setores. Além de um Conselho Municipal de Turismo (CONTUR), órgão formado por representantes diversos da sociedade, e que também, tem caráter de gestão. Na perspectiva do Ministério do Turismo (MTUR), para que um destino consiga participar de

ações estratégicas por meio de editais e/ou concorrer a recursos financeiros de programas nacionais, é necessário que estes dois organismos públicos existam.

No entanto, a tímida atuação municipal e da governança em turismo; a falta de articulação e interesse do governo atual em incluir as temáticas de planejamento do setor nos debates públicos do município; o não aproveitamento da mão de obra especializada, técnica e qualificada que poderia atuar diretamente elaborando e conduzindo ações em nível local. Acabam por reforçar que na área em análise é replicado um modelo de desenvolvimento turístico amador, comum em muitos municípios brasileiros de grande, médio e pequeno porte.

Para modificar o *status quo* apontado deve-se construir espaços de debate sobre/de turismo que envolvam os atores locais: gestão pública, iniciativa privada e sociedade civil. Dois exemplos disso são os planejamentos participativos plurianuais (PPAs) de governos anteriores, que incluíram oficinas para discutir o setor; e a existência do curso de Turismo da UFDPAR, criado desde 2006, que já formou muitos egressos, estruturado através de uma perspectiva interdisciplinar e balizado pelo tripé ensino, pesquisa e extensão.

Observa-se que, ao invés do curso contribuir por meio de seus projetos, discentes e docentes na elaboração do turismo local, há uma relação de distanciamento. Evidentemente que o fato de ser parceiro na elaboração e atualização do Inventário da Oferta Turística (INVTUR) tem sua importância, mas se configura em uma ação isolada.

Foi constatado ao analisar os planos diretores municipais com foco nas diretrizes de turismo, que houve aumento nas propostas, porém, com pouca efetividade em ações aplicadas. Como esses instrumentos são de governos de diferentes perspectivas políticas-ideológicas, pode ter ocorrido desinteresse em dar continuidade ao desenvolvido pela gestão anterior. Acredita-se que isso ocorreu pelo fato de gestores públicos buscarem criar suas próprias marcas de governo, ou, por não valorizarem o fortalecimento da política municipal de turismo.

Com a identificação de aspectos da oferta e do mercado turísticos mapeados foi compreendida a situação atual e sugeridas possibilidades, a exemplo do Turismo Urbano. Tal fato, é relevante para que os gestores públicos e privados tenham dados de realidade, que irão contribuir na tomada de decisões mais assertivas. Cientificamente esse estudo é o primeiro que qualifica e sugeri este tipo de fazer turismo, como alternativa a outras formas mais impactantes à sustentabilidade do destino Parnaíba.

No referente à educação, a expansão na oferta de vagas e o aumento no número de matrículas e de Instituições de Ensino Superior (IES), permitiram evidenciar o crescimento em população e em oferta de serviços. As mudanças socioespaciais que vêm ocorrendo são materializadas em aspectos de habitação, oferta de equipamentos e serviços urbanos de

alimentação, educação, saúde, cultura e lazer, dinamização do perfil dos moradores locais migrantes internos de diferentes regiões do Brasil, dentre outros.

Por fim, conclui-se que neste trabalho foi efetivada a análise de como as conexões entre Turismo, Educação Superior e Espaço Urbano estão relacionadas com o crescimento e desenvolvimento socioespacial da cidade de Parnaíba, no período entre os anos de 2007 e 2024. A partir dos artigos elaborados foram atingidos o objetivo geral e os específicos, definidos para encontrar respostas acerca dos questionamentos que orientaram a tese. O que não configura que os achados sejam definitivos e/ou limitadores para a existência de outras construções epistêmicas, mas, uma suscitação inicial para novas pesquisas científicas e estudos técnicos.

REFERÊNCIAS

AKAISHI, A. G. Desafios do planejamento urbano-habitacional em pequenos municípios brasileiros. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo,** São Paulo, v. 2, n. 14, p. 41-50, 2011.

ALLIS, T.; VARGAS, H. C. Turismo Urbano em São Paulo: reflexões teóricas e apontamentos empíricos. **Turismo em Análise**, v. 26, n. 3, p. 496-517, ago. 2015.

ALVES, L. A.; SILVA, A. R. de P.; RIBEIRO FILHO, V. O século das cidades também pode ser o século da cidade sustentável? **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista,** São Paulo, v. 11, n. 9, p. 29-41, 2015.

ANDRADE, T. A. SERRA, R. V. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1/2, 19-42, jan./dez., 1999.

ASMELASH, A. G; KUMAR, S. Assessing progress of tourism sustainability: Developing and validating sustainability indicators. **Tourism Management**, v. 71, p. 67-83, 2019.

ASHWORTH, G.; PAGE, S. J. Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. **Tourism management,** v. 32, n. 1, p. 1-15, 2011.

ARÁUJO, W. A. de., et al. Turismo Sustentável e indicadores econômicos e visuais da paisagem: evaluando y monitorando la calidad del paisaje. **Revista Turismo em Análise**, v. 31, n. 2, p. 339-357, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2000.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** São Paulo: Papirus Editora, 2006.

BASSANI, C. P.; GOMES, B. M. A.; PESSALI, H. F. Conselhos Municipais de Turismo e Bens Democráticos: Análise Comparativa Curitiba-PR e Belo Horizonte-MG (Brasil). **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 1, p.154-163, 2020.

BATALHÃO, A. C. da S.; TEIXEIRA, D.; GODOI, E. L. de; ATTADIA, L. C. do L.; PRATES, G. A. Gestão ambiental municipal e indicadores**. Brazilian Applied Science Review.** Curitiba, v. 2, n. 6, Edição Especial, p. 1876-1884, nov. 2018.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Editora Senac, 1997.

BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação.** São Paulo: Futura, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,** 5 out. 1988. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. **Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo:** guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. Brasília, DF: Ministério das Cidades, Confea, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 17 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm

BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo e o Mercado.** 1° ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais.** 2° ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010b.

BRASIL. **Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013.** Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20 maio 2013. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=110

BRASIL. **Lei N° 13.651, de 11 de abril de 2018.** Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e cria a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), por desmembramento da Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13651.htm#:~:text=Cria%20a%20Universidade%20Federal%20do,Rural%20de%20Pernambuco%20(UFRPE).

CAETANO, F.; ROSANELI, A. A paisagem no Plano diretor Municipal: uma reflexão sobre sua referência na legislação urbanística dos municípios paranaenses. **EURE**. Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**,** Santiago, Chile, v. 45, n. 134, p. 193-212. 2019.

CAMACHO-RUIZ, E; et al. Indicadores de sostenible para el ecoturismo em México: Estado Actual. **Revista Liminar - Estudios Sociales Humanísticos,** México, v. 16, n. 1, p. 156-168, 2016.

CAMARGO, L.; T; MORAES, S.; T. Plano diretor Participativo: os desafios da gestão democrática da política urbana no município de Joinville (SC). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,** Taubaté, SP, v. 11, n. 2, p. 292-311, 2015.

CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Piauí. **Diagnóstico socioeconômico do município de Parnaíba.** Teresina: Fundação CEPRO, 2013.

CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Piauí. **Relatório de pesquisa demanda turística: Teresina, Litoral do Piauí (Luís Correia e Parnaíba) e São Raimundo Nonato.** Teresina: Fundação CEPRO, 2013.

CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Piauí. **Conjuntura Econômica - 2° Trimestre 2020.** Teresina: Fundação CEPRO, 2020.

CONCEIÇÃO, R. A. M. Turismofobia: Notas sobre o Processo de Imaginação Social no Turismo. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade,** Caxias do Sul, RS, v. 12, n. 3, p. 505-522, 2020.

COOPER, C. **Turismo: princípios e prática.** São Paulo: Bookman, 2007.

CORÁ, J. M.; HENRIQUES, C. O turismo criativo como base para as políticas focadas no desenvolvimento sustentável local: O caso de Brasília e do Recife – Brasil. **Journal of Tourism & Development**, v.1, n. 36, p. 367-379, 2021.

CÓRDOVA, J. C. C. F. de. Propuesta de un sistema de indicadores de sostenibilidad turística para destinos urbanos. Jornal of Tourism Research. Barcelona, v. 7, n. 1, p. 41-51. 2017.

CORRÊA, R.; L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática, 2004.

CORIOLANO, G. P.; RODRIGUES, W.; OLIVEIRA, A. F de. Estatuto da Cidade e seus instrumentos de combate às desigualdades socioterritoriais: o Plano diretor Participativo de Palmas (TO). **Urbe-Revista Brasileira de Gestão Urbana,** v. 5, n. 2, p. 131-145, 2013.

DECARLI, N.; FERRAREZE FILHO, P. Plano diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. **Senatus,** Brasília, v. 6, n. 1, p. 35-43, 2008.

DOMARESKI-RUIZ, T. C; FERNANDES, D. L; GÂNDARA, J. M. A. Contribuição do Planejamento Urbano na Imagem e na Competitividade do Destino Turístico de Curitiba (PR). **Caderno Virtual de Turismo,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.150-166, 2014.

DORNELAS, H. L.; PESSANHA, R. R.; FILHO, G. B. R. Gestão urbana e tributária frente ao Estatuto da Cidade e à Lei de Responsabilidade Fiscal: o caso do município de Muriaé (MG). **Revista Ciências Humanas,** Florianópolis, v. l, n. 2, p. 163-170, 2001.

EDWARDS, D; GRIFFIN, T; HAYLLAR, B. Urban Tourism Research: Developing an Agenda**. Annals of Tourism Research.** v.35, n. 4, p. 1032-1052, 2008.

FERNANDES, D. L. **O Impacto dos Planos Diretores na Satisfação de Visitantes e Visitados e na Imagem do Destino Turístico Curitiba.** 2015. 454f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, 2015.

FERNANDES, D. L; LACAY, M. A. C; GÂNDARA, J. M; G. La influencia de la seguridad pública en la satisfacción y en la formación de la imagen de Curitiba (Brasil) para el visitante y los visitados. **Estudios y perspectivas en turismo,** Buenos Aires, v. 25, n. 4, p. 416-438, 2016.

FERNÁNDEZ, J. S. **Gentrificación:** Capitalismo cool, turismo y control del espacio urbano. Madrid: Catarata, 2020.

FERREIRA, P. T. A; PACHECO, R. T. B. Turismo, Movimentos Sociais e Patrimônio Cultural na Cidade de São Paulo/SP. **Turismo, Visão e Ação. Balneário Camboriú**, SC. v. 24, n. 2, p. 340-359, maio/ago., 2022.

FIGUEIROA, A. C.; SCHERER, M. E. Para onde estamos indo? Uma avaliação do plano diretor do Município de Florianópolis para o entorno da Estação Ecológica de Carijós. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba, v. 38, p. 283-301, ago. 2016.

GOMES, B. M. A; PESSALI, H. F. Turismo em Curitiba, PR: um histórico de sua institucionalização no setor público. **Revista Turismo, Visão e Ação**. v. 19, n. 2, p. 244-269, 2017.

HAYLLAR, B. et al. **Turismo em cidades:** Espaços urbanos, lugares turísticos. Tradução de Ana Paula Spolon e Jorge Camargo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil - População rural e urbana.** 2015. Brasília, DF: IBGE. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios@IBGE.** 2018. Disponível em: http://www.municípios.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220208

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. **Parnaíba**. 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/parnaiba.html.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** 3. ed. São Paulo: Cencage Learning; Rio de Janeiro: Editora Senac, 2013.

KARKSY, A. Urban tourism: a key to urban regeneration? **The planner,** n. 76, n. 13, p. 15-17, 1990.

KÖHLER, A. F; DURAND, J. C. G. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. **Turismo, Visão e Ação**, Itajaí, v. 9, n. 2 p. 185-198, 2007

LAZZARETTI, K; SEHNEM, S.; BENCKE, F. F.; MACHADO, H. P. V. Cidades inteligentes: insights e contribuições das pesquisas brasileiras. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana,** Curitiba, PR, v. 11, p. 1-16, 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5° ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4° éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

LOCH, C; SANTIAGO, A; WALKOWSKI, M. O Plano diretor como estratégia de organização espacial e planejamento turístico de Florianópolis/SC. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** v. 2, n. 2, p. 64-83, 2008.

LOPES, W. G. R. *et al*. Reflexões sobre o plano diretor como instrumento de gestão em municípios brasileiros. **Geo UERJ,** n. 30, p. 145-168, 2017.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados,** v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003.

MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **IPEA. Políticas sociais - acompanhamento e análise,** n. 12, p. 211-220, 2006.

MILANO, C. Campesinos y pescadores ante la promoción del turismo residencial en el Delta del Parnaíba (Brasil). **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural (Pasos),** n. 16, p. 61-80, 2016.

MORAIS, I. A. L.; MENDONÇA, E. M. D.; SANTOS, E. F. Novas formas de fazer turismo: desde a prática às políticas públicas na construção do Plano de Turismo Criativo do Recife (Pernambuco-Brasil). **Interações**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 3, p. 669-684, jul./set. 2022.

OLIVEIRA, P. T. S. B; BITAR, O. Y. Indicadores Ambientais para o Monitoramento de Parques Urbanos. **INTERFACEHS. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente.** v. 4, n. 2, Artigo 5, maio/ ago. 2009.

OLIVEIRA, M. S; SOARES, J. R. R; SOLLA. Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: Uma revisão bibliométrica da literatura de 2003 a 2023. **Journal of Tourism & Development**, n. 45, p. 85-105, 2024.

QUIROGA MARTÍNEZ, R. **Indicadores ambientales y desarrollo sostenible:** avances y perspectivas para América Latina y el Caribe. CEPAL: Serie Manuales, 2007.

PANOSSO, N. A; NECHAR, M. C. **Turismo:** Perspectiva crítica (textos reunidos). Assis, SP: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

PARNAÍBA. **Lei N° 2296/2007** - Plano diretor do Munícipio de Parnaíba. 2007. Dispõe sobre o Plano diretor do município e da cidade de Parnaíba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-parnaiba-pi>

PARNAÍBA. **Plano diretor de Desenvolvimento Sustentável.** Prefeitura de Parnaíba, 2016.

PERINOTTO, A. R. C., *et al*. O espaço turístico de Parnaíba-PI nas fotografias on-line, por meio das hashtags# parnaiba e# deltadoparnaiba: Uma análise na rede social Instagram. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 14, n. 1, p. 1-22, 2020.

PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.** PRODETUR NACIONAL, 2002.

PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.** PRODETUR NACIONAL. Piauí, 2012.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: PNUD, 2020. Disponível em: < https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>

REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 255-271, 2007.

ROCHA, A. M. da.; MENDONÇA NÓBREGA, W. R.; REZENDE FILHO, M. F. Impactos da política de turismo no município de Parnaíba (PI): percepção de diferentes sujeitos locais. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 11, n. 4, 2018.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SANTOS, S. R.; MARQUES, M. A.; LEITE, A. R. L. Intervenções e usos turísticos do Patrimônio Histórico: o caso da rua Portugal em São Luís, Maranhão, Brasil. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v.1 5, n. 2, p. 240-260, 2022.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Por uma Nova Geografia.** São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA, D. L. B; HOFFMANN, V. E; COSTA, H. A. Confiança em redes de cooperação do turismo: análise de seu papel e elementos vinculados em Parnaíba, Piauí, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo,** São Paulo, v. 14, n. 2, p. 9-29, 2020.

SILVA, A. F; BRANDÃO, F; SOUSA, B. B. Turismo urbano e sustentabilidade social: uma reflexão para o futuro. **Journal of Tourism & Development.** v.1, n**.** 36, p. 427-435, 2021.

TOMAZZONI, E. L. **Coletânea de Estudos Turísticos:** Ensino, Eventos, Turismo, Intercâmbios internacionais. Assis, SP: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

TONINI, H.; LAVANDOSKI, J.; BARRETTO, M. Políticas públicas e enoturismo: O plano diretor do vale dos vinhedos, Sul do Brasil. **Tourism & Management Studies**, n. 1, p. 829-838, 2011.

TSCHOKE, A; et. al. As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: Uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento,** Porto Alegre, v. 17, n. 01, p. 117-136, 2011.

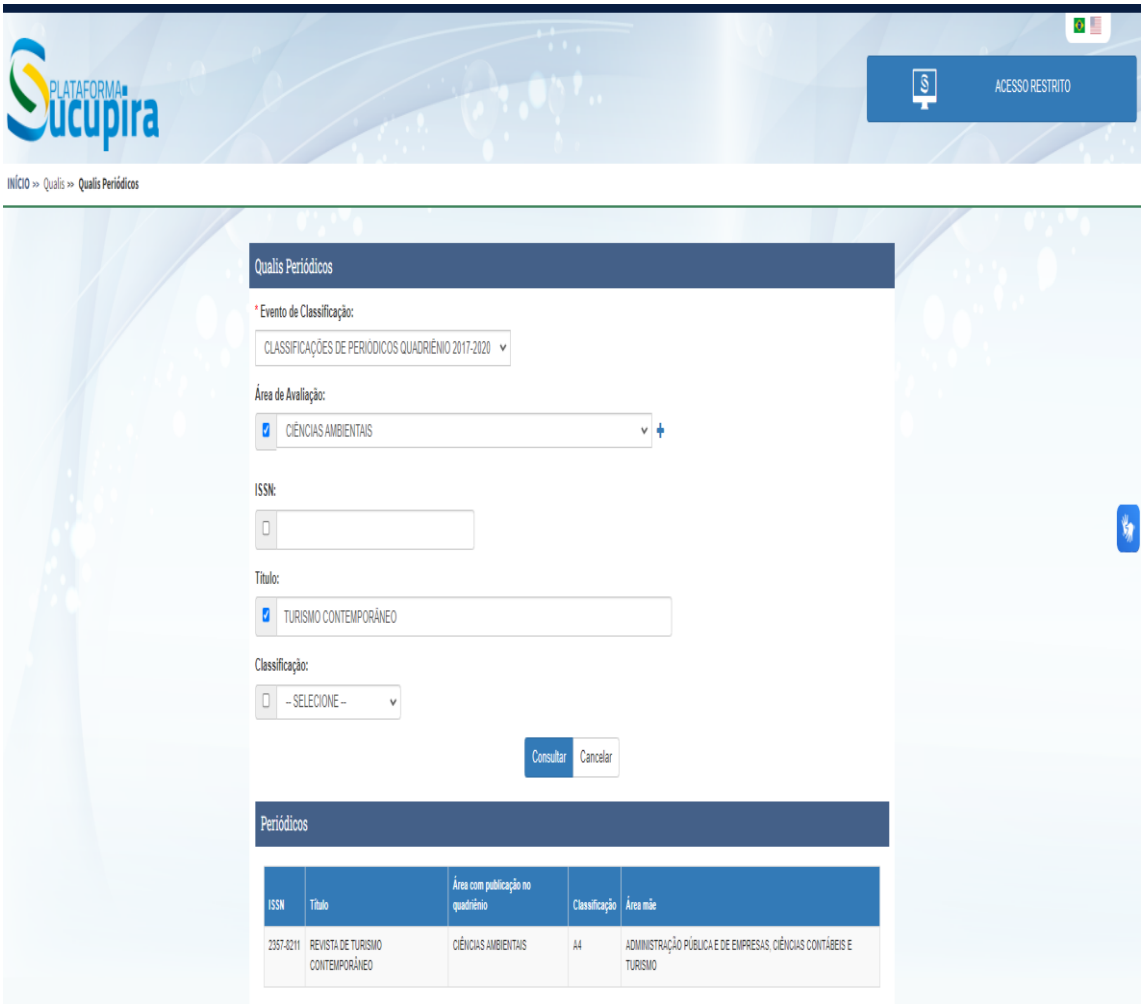
UFDPar - Universidade Federal do Delta do Parnaíba. **História do CMRV.** 2017. Parnaíba, PI: UFDPar. Disponível em: < https://ufpi.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19576:historia-do-cmrv>

VEIGA, J. E. da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 24, n. 68, p. 39-52. 2010.

VIEIRA, A. F; ARAÚJO, J. L. L. Turismo e Sustentabilidade Ambiental na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí (PI). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo,** São Paulo, v. 9, n. 3, p.519-536, 2015.

ANEXOS

ANEXO A - Classificação do periódico Turismo Contemporâneo na área de Ciências Ambientais



Anexo B - Comprovante de aceite do primeiro artigo científico da tese

Notificações x

[RTC] Decisão editorial

24-06-2024 09:51

Anderson Fontenele Vieira, Sra., Sr., Sra.:

O artigo foi aceito para publicação provavelmente na terceira edição de 2024 . Pedimos que fiquem atentos a possíveis demandas adicionais referentes à normalização do artigo.

Felicitamos o[s] autor[es] e agradecemos pela colaboração. Sugerimos o compartilhamento do número, **quando publicado**, para reforçar à participação no desenvolvimento da pesquisa científica em nossa área.

ANEXO C - Classificação dos atrativos turísticos no Ministério do Turismo (MTUR)

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C1 – ATRATIVOS NATURAIS	C.1.1. Relevo continental	C.1.1.1. Montanha C.1.1.2. Serra C.1.1.3. Monte/morro/colina C.1.1.4. Pico/cume C.1.1.5. Chapada C.1.1.6. Tabuleiro C.1.1.7. Patamar C.1.1.8. Matacão C.1.1.9. Vale C.1.1.10. Planalto C.1.1.11. Planície C.1.1.12. Depressão C.1.1.13. Outros
	C.1.2. Zona costeira	C.1.2.1. Restinga C.1.2.2. Duna C.1.2.3. Barreira C.1.2.4. Praia C.1.2.5. Mangue C.1.2.6. Estuário C.1.2.7. Falésia C.1.2.8. Baía/ensseada/saco C.1.2.9. Península/cabo/ponta C.1.2.10. Recife/atol C.1.2.11. Ilha C.1.2.12. Arquipélago C.1.2.13. Barra C.1.2.14. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C1 – ATRATIVOS NATURAIS	C.1.3. Relevo cárstico	C.1.3.1. Caverna C.1.3.2. Gruta C.1.3.3. Furna C.1.3.4. Dolina
	C.1.4. Hidrografia	C.1.4.1. Rio C.1.4.2. Riacho C.1.4.3. Córrego C.1.4.4. Arroio C.1.4.5. Lago/lagoa/laguna C.1.4.6. Alagado C.1.4.7. Fonte C.1.4.8. Outros
	C.1.5. Unidades de conservação e similares	C.1.5.1. Área de proteção ambiental C.1.5.2. Área de relevante interesse ecológico C.1.5.3. Estação ecológica C.1.5.4. Floresta C.1.5.5. Monumento natural C.1.5.6. Parque C.1.5.7. Refúgio de vida silvestre C.1.5.8. Reserva biológica C.1.5.9. Reserva extrativista C.1.5.10. Reserva de desenvolvimento sustentável C.1.5.11. Reserva de fauna C.1.5.12. Reserva particular do patrimônio natural C.1.5.13. Zoológico C.1.5.14. Jardim botânico C.1.5.15. Outras
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.1. Conjunto arquitetônico	C.2.1.1. Urbano C.2.1.2. Rural C.2.1.3. Industrial C.2.1.4. Ferroviário C.2.1.5. Outros
	C.2.2. Comunidades tradicionais	C.2.2.1. Quilombola C.2.2.2. Indígena C.2.2.3. Ribeirinha C.2.2.4. De imigração C.2.2.5. Extrativista C.2.2.6. Outras
	C.2.3. Sítios arqueológicos	C.2.3.1. Lítico C.2.3.2. Cerâmico C.2.3.3. Lítico-cerâmico C.2.3.4. Estrutura de pedra C.2.3.5. Estrutura de terra C.2.3.6. Arte rupestre C.2.3.7. Sambaqui C.2.3.8. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.4. Sítios paleontológicos	C.2.4.1. Floresta fóssil C.2.4.2. Restos fósseis ou em processo de fossilização C.2.4.3. Moldes, rastros, pegadas C.2.4.4. Outros
	C.2.5. Itinerários culturais	C.2.5.1. Histórico C.2.5.2. Religioso/espiritual C.2.5.3. Relacionado a lendas/mitos/ narrativas associadas C.2.5.4. Relacionado a fatos históricos C.2.5.5. Outros
	C.2.6. Parques históricos	C.2.6.1. Arqueológico C.2.6.2. Geoparque C.2.6.3. Histórico C.2.6.4. Outros
	C.2.7. Lugares de manifestações de fé	C.2.7.1. Romaria e procissão C.2.7.2. Culto C.2.7.3. Encontro para manifestação de fé C.2.7.4. Referencial para mitos e narrativas de fé C.2.7.5. Visitação de cunho religioso C.2.7.6. Outros
	C.2.8. Lugares de referências à memória	C.2.8.1. Acontecimento histórico C.2.8.2. Referencial para narrativa mítica C.2.8.3. Ritual e celebração C.2.8.4. Outros
	C.2.9. Feiras/mercados de caráter cultural	
	C.2.10. Arquitetura civil	C.2.10.1. Casa/casarão/sobrado/solar C.2.10.2. Casa de comércio C.2.10.3. Educandário/colégio/escola C.2.10.4. Liceu C.2.10.5. Universidade C.2.10.6. Coreto C.2.10.7. Palácio/palacete C.2.10.8. Chalé C.2.10.9. Chafariz/fonte/bica C.2.10.10. Hospital C.2.10.11. Orfanato/creche C.2.10.12. Asilo C.2.10.13. Quinta C.2.10.14. Outras

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.11. Arquitetura oficial	C.2.11.1. Casa de câmara e cadeia C.2.11.2. Paço municipal C.2.11.3. Cadeia C.2.11.4. Casa de intendência C.2.11.5. Casa de fundição C.2.11.6. Casa de alfândega C.2.11.7. Fórum/tribunal C.2.11.8. Residência oficial C.2.11.9. Sede do poder executivo/ legislativo/judiciário C.2.11.10. Outras
	C.2.12. Arquitetura militar	C.2.12.1. Bateria C.2.12.2. Baluarte C.2.12.3. Bastião C.2.12.4. Fortim C.2.12.5. Forte C.2.12.6. Fortaleza C.2.12.7. Quartel C.2.12.8. Colégio C.2.12.9. Vila militar C.2.12.10. Outras
	C.2.13. Arquitetura religiosa	C.2.13.1. Igreja C.2.13.2. Basílica C.2.13.3. Catedral C.2.13.4. Sé C.2.13.5. Santuário C.2.13.6. Capela C.2.13.7. Ermida C.2.13.8. Abadia C.2.13.9. Oratório C.2.13.10. Casa paroquial C.2.13.11. Casa capitular C.2.13.12. Casa da providência C.2.13.13. Palácio arquiepiscopal C.2.13.14. Mosteiro C.2.13.15. Seminário C.2.13.16. Convento C.2.13.17. Outras
	C.2.14. Arquitetura industrial/ agrícola	C.2.14.1. Engenho C.2.14.2. Moinho/usina C.2.14.3. Celeiro C.2.14.4. Alambique/vinícola C.2.14.5. Fábrica C.2.14.6. Casa de operários C.2.14.7. Fazenda C.2.14.8. Senzala C.2.14.9. Casa de chácara/sítio/ fazenda/engenho C.2.14.10. Outras

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.15. Arquitetura funerária	C.2.15.1. Panteão C.2.15.2. Mausoléu C.2.15.3. Cruzeiro C.2.15.4. Túmulo C.2.15.5. Memorial C.2.15.6. Cemitério C.2.15.7. Outras
	C.2.16. Marcos históricos	C.2.16.1. Divisão territorial C.2.16.2. Referência à história C.2.16.3. Relativos a festas e rituais C.2.16.4. Outros
	C.2.17. Obras de infraestrutura	C.2.17.1. Viaduto/ponte C.2.17.2. Túnel C.2.17.3. Caixa-d'água C.2.17.4. Aqueduto C.2.17.5. Trapiche/píer C.2.17.6. Marina C.2.17.7. Porto C.2.17.8. Quebra-mar/molhe C.2.17.9. Barragem/represa C.2.17.10. Farol C.2.17.11. Estrutura ferroviária C.2.17.12. Estrutura rodoviária C.2.17.13. Estrutura aeroportuária C.2.17.14. Rotunda C.2.17.15. Elevador/funicular C.2.17.16. Viaduto C.2.17.17. Torre C.2.17.18. Outras
	C.2.18. Obras de interesse artístico	C.2.18.1. Bens integrados à edificação C.2.18.2. Bens integrados à paisagem ou ao espaço urbano C.2.18.3. Outras
	C.2.19. Ruínas	
	C.2.20. Museu/memorial	
	C.2.21. Biblioteca	
	C.2.22. Centros culturais/casas de cultura/galerias	
	C.2.23. Teatros/anfiteatros	
	C.2.24. Cineclubes	

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.25. Gastronomia típica e preparação de alimentos	C.2.25.1. Receitas típicas e tradicionais C.2.25.2. Técnicas de produção e processamento de alimentos C.2.25.3. Outras
	C.2.26. Artesanato/ trabalhos manuais	C.2.26.1. Cerâmica C.2.26.2. Escultura C.2.26.3. Bordado C.2.26.4. Cestaria C.2.26.5. Mosaico C.2.26.6. Tricô/crochê C.2.26.7. Entalhe C.2.26.8. Renda C.2.26.9. Fotografia C.2.26.10. Tecelagem C.2.26.11. Papel machê C.2.26.12. Macramê C.2.26.13. Plumária C.2.26.14. Bijuteria C.2.26.15. Dobradura C.2.26.16. Marcenaria/marchetaria C.2.26.17. Gravura C.2.26.18. Pátina e texturização C.2.26.19. Cartonagem C.2.26.20. Pintura C.2.26.21. Decupagem C.2.26.22. Topiaria/arranjos florais C.2.26.23. Outros
	C.2.27. Atividades tradicionais de trabalho	C.2.27.1. Agricultor C.2.27.2. Pescador C.2.27.3. Seringueiro C.2.27.4. Garimpeiro C.2.27.5. Quebrador de coco C.2.27.6. Fotógrafo lambe-lambe C.2.27.7. Carpinteiro C.2.27.8. Peão C.2.27.9. Outras
	C.2.28. Formas de expressão	C.2.28.1. Música C.2.28.2. Dança C.2.28.3. Literária/oral C.2.28.4. Cênica/performática C.2.28.5. Outras
	C.2.29. Personalidades	
C3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS	C.3.1. Extrativista	C.3.1.1. Mineral C.3.1.2. Vegetal C.3.1.3. Animal

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS	C.3.2. Agropecuária	C.3.2.1. Agricultura C.3.2.2. Pecuária C.3.2.3. Aquicultura C.3.2.4. Silvicultura C.3.2.5. Outras
	C.3.3. Comercial	C.3.3.1. Atacadista C.3.3.2. Varejista
	C.3.4. Industrial	C.3.4.1. Petrolífera C.3.4.2. Automobilística C.3.4.3. Têxtil C.3.4.4. Alimentícia C.3.4.5. Coureira C.3.4.6. Joalheira C.3.4.7. Madeireira C.3.4.8. Ceramista C.3.4.9. Outras
	C.3.5. Tecnológica	
C4 – REALIZAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS CONTEMPORÂNEAS	C.4.1. Parque tecnológico	
	C.4.2. Centro de pesquisa	
	C.4.3. Usinas e outras estruturas de geração de energia	C.4.3.1. Hidrelétrica C.4.3.2. Termoelétrica C.4.3.3. Nuclear C.4.3.4. Eólica C.4.3.5. Solar C.4.3.6. Outras
	C.4.4. Barragem/eclusa/açude	
	C.4.5. Planetário	
	C.4.6. Aquário	
	C.4.7. Viveiro	
	C.4.8. Outras	
C5 – EVENTOS PROGRAMADOS	C.5.1. Feiras/exposições	
	C.5.2. Congressos	
	C.5.3. Convenções	

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C5 – EVENTOS PROGRAMADOS	C.5.4. Festivais/*shows*	
	C.5.5. Seminários	
	C.5.6. Oficinas/*workshops*	
	C.5.7. Competições	
	C.5.8. Desfiles/passeatas	
	C.5.9. Encontros temáticos	
	C.5.10. Festas/celebrações	C.5.10.1. Religiosa/manifestação de fé C.5.10.2. Popular/folclórica C.5.10.3. Referente ao trabalho ou ciclo produtivo C.5.10.4. Festa cívica C.5.10.5. Outras
	C.5.11. Outros	